

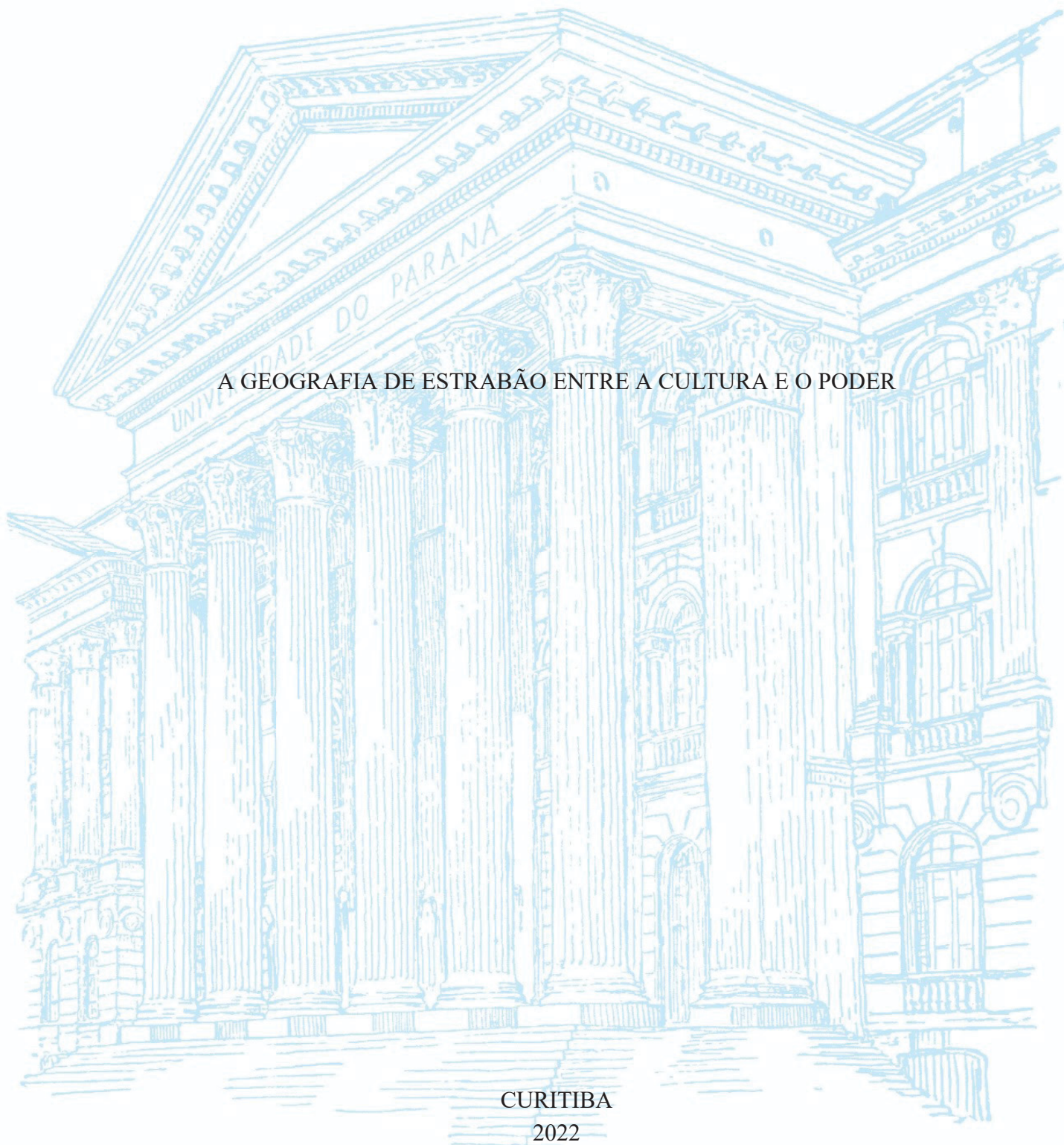
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

LUCAS AUGUSTO BORLINA

A GEOGRAFIA DE ESTRABÃO ENTRE A CULTURA E O PODER

CURITIBA

2022



LUCAS AUGUSTO BORLINA

A GEOGRAFIA DE ESTRABÃO ENTRE A CULTURA E O PODER

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em História, Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Thiago David Stadler

CURITIBA

2022

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SISTEMA DE BIBLIOTECAS – BIBLIOTECA

Borlina, Lucas Augusto

A Geografia de Estrabão entre a cultura e o poder. / Lucas
Augusto Borlina. – Curitiba, 2022.

1 recurso on-line : PDF.

Mestrado (Dissertação) – Universidade Federal do Paraná,
Setor de Ciências Humanas', Programa de Pós-Graduação em
História.

Orientador: Prof. Dr. Thiago David Stadler

1. Estrabão. 2. Geografia – História. 3. Roma – História antiga.
4. Cultura. 5. Imperadores romanos. I. Stadler, Thiago David,
1985-. II. Universidade Federal do Paraná. Programa de Pós-
Graduação em História. III. Título.

Bibliotecária : Fernanda Emanóla Nogueira Dias CRB-9/1607



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO HISTÓRIA -
40001016009P0

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação HISTÓRIA da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da Dissertação de Mestrado de **LUCAS AUGUSTO BORLINA** intitulada: **A Geografia de Estrabão entre a cultura e o poder**, sob orientação do Prof. Dr. THIAGO DAVID STADLER, que após terem inquirido o aluno e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de mestre está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 14 de Junho de 2022.

Assinatura Eletrônica

15/06/2022 10:47:50.0

THIAGO DAVID STADLER

Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica

14/06/2022 17:21:10.0

RENAN FRIGHETTO

Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica

14/06/2022 17:18:54.0

BRENO BATTISTIN SEBASTIANI

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO)

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente aos meus pais, Paulo e Nedra, que desde a aurora da minha vida até o presente momento ofereceram prontamente todo tipo de suporte e me acompanharam dos dias mais ensolarados às noites mais nebulosas.

Ao meu irmão, Raphael, pelas imensuráveis vitórias pessoais que tanto contribuíram para o bem estar da nossa família; e às minhas sobrinhas, Raphaela e Helena, pela companhia e pelo privilégio de poder participar de seu crescimento e educação.

Ao meu orientador, Professor Thiago David Stadler, que mesmo nas condições adversas do ensino remoto, contribuiu valorosamente com seus ricos comentários e reflexões; e à Professora Renata Lopes Biazotto Venturini, que durante três anos carinhosamente orientou meus estudos na Iniciação Científica.

Aos queridos Professores Zeca e Luiz Carlos; o primeiro por incentivar e ajudar no meu ingresso no Programa de Pós Graduação em História da UFPR; o segundo por, além das valorosas lições de Grego e Cultura Clássica, me incentivar a passar adiante a preciosa tocha acesa pelos antigos em um país que se afunda em escuridão.

Aos Professores Renan Frighetto e Breno Battistin Sebastiani por aceitarem compor as bancas de qualificação e defesa do trabalho.

Às amigas e aos amigos, especialmente Isabola, Laíse e Renan, pela certeza de que nossa amizade continuaria intacta mesmo após o hiato provocado pelo isolamento e pela distância; a esperança de reencontrá-los foi um combustível diário.

Agradeço enormemente à Cris, secretária do PPGHIS, pela prontidão e boa vontade em me ajudar todas as vezes que precisei.

Por fim, agradeço à CAPES pela disponibilização de uma bolsa de estudos que possibilitou a dedicação exclusiva ao trabalho.

RESUMO

Estrabão, um geógrafo nascido no antigo Oriente Grego, cresceu em um mundo que, a partir de uma certa perspectiva, pode ser descrito como a síntese do encontro das águas do poder romano com a cultura helênica: enquanto diversas cidades gregas passaram a compor o território do Império Romano, assim como a maior parte do mundo conhecido na época, os gregos marcaram profundamente a vida cultural em Roma, seja na literatura, ou na esfera intelectual. Além disso, Estrabão foi espectador de um período politicamente muito sensível da história romana: o fim da República até a consolidação do Principado de Augusto. Neste contexto de expansão territorial e de consolidação de um novo regime político, o conhecimento geográfico foi constantemente instrumentalizado para produzir uma imagem pública favorável da Roma Augustana. Que Estrabão tenha produzido tal imagem é inquestionável, mas que tenha instrumentalizado conscientemente o conhecimento na sua *Geografia* para este fim é ao menos questionável, pois observamos uma preocupação do geógrafo muito maior em reverenciar a cultura grega e o seu vigor dentro da nova ordem política romana, mesmo séculos após seu ápice. A partir dessas considerações, procuramos entender qual o lugar da *Geografia* e de Estrabão entre o poder romano e a cultura grega através de uma leitura sobre como o geógrafo retratou os maiores referenciais da cultura grega, principalmente Homero, e como retratou os três romanos protagonistas do processo de transição da República para a consolidação do Principado, Júlio César, Augusto e Tibério.

PALAVRAS CHAVE: Estrabão; Geografia; Principado Augustano;

ABSTRACT

Strabo, an eastern ancient greek born geographer, grew in a world that, seen by a certain perspective, can be described as a synthesis of the encounter of the waters of the roman power with that of the hellenic culture: while several greek cities passed to be part of the territory under the control of the Roman Empire, as have happened with most of the known world at the time, the greeks deeply marked the cultural life at Rome, whether in literature or in the intellectual life. Moreover, Strabo watched a very sensible political period in the roman history: that of the end of the Republic until the consolidation of the Augustan Principate. In such a context of territorial expansion and establishment of a new political regime, geographical knowledge was often used to portray a public favorable image of Augustan Rome. There is no doubt that Strabo produced such an image, but that he consciously instrumentalized the knowledge in his *Geography* to such a purpose is at least problematic, since we can see a far higher concern of the geographer to pay honors to the greek culture and its strength inside the new roman political order, even centuries far from its summit. From these considerations we sought to understand the place of Strabo and his *Geography* between the roman power and greek culture through a reading of how the geographer portrayed the greek references, mainly Homer, and how he portrayed the romans that played a role as protagonists of the transitional process from the Republic until the consolidation of the Principate, Julius Caesar, Augustus and Tiberius.

KEY-WORDS: Strabo; Geography; Augustan Principate.

SUMÁRIO:

INTRODUÇÃO	8
CAPÍTULO 1: Estrabão entre gregos e romanos	
1. 1. Roma, <i>imperium sine fine</i>	16
1. 2. Os gregos e a superioridade cultural	30
CAPÍTULO 2: A <i>paideia</i> de Estrabão	
2. 1. Geografia e a <i>polymatheia</i> necessária	46
2. 2. Geografia e política	70
2. 2. 1. Geografia e economia	71
2. 2. 2. Geografia, guerra e conquista	73
2. 2. 3. Geografia e administração territorial	76
2. 2. 4. Geografia como símbolo do poder	78
2. 3. A educação de Estrabão	83
CAPÍTULO 3: Homero segundo Estrabão	
3. 1. A educação homérica	96
3. 2. Homero, o primeiro geógrafo	107
3. 3. Homero além da geografia	120
3. 4. Como ler Homero?	125
APÊNDICE: Os políticos romanos na <i>Geografia</i> de Estrabão	134
CONCLUSÃO	148
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	157
FONTES	160

INTRODUÇÃO:

Com o fim das Guerras Civis e a vitória de Otaviano Augusto sobre Marco Antonio em 31 a.C. na batalha do Ácio, emergiu em Roma uma nova forma de organizar a vida política que, substituindo a República, ficou conhecida entre as próximas gerações como Principado. Verdade que, segundo Erich Gruen (2005), o termo *principatus* se referindo a uma forma de governo não foi contemporâneo ao período, embora Augusto tenha recebido o título de *princeps*, bastante corrente entre poetas como Horácio, Propércio e Ovídio. Mas a distinção de um regime chamado Principado não pode ser encontrada nem “nas memórias autobiográficas de Augusto, a *Res Gestae*, nem nos trabalhos de escritores contemporâneos” (GRUEN, Erich. 2005, p.34). Gruen destaca este ponto como sendo crucial para se entender o Principado, e o motivo é que, de fato, nos tempos de Augusto não existiu a institucionalização desta forma de governo. O que houve foi o poder sendo exercido diretamente por Augusto e seu grupo político dentro de uma teia de relações de forças com as instituições da República que já não poderiam representar qualquer oposição decisiva ao poder do *princeps*, superior a todos em riqueza material e força militar – pode-se supor, até mesmo, que os senadores nem mesmo tivessem tal interesse depois dos longos anos de conflitos civis, e também devido à postura discursiva de Augusto, que insistia na sua legitimidade apresentando-se nunca como um tirano, mas sim como alguém que respeitava profundamente as instituições, tradições e costumes dos romanos.

Nota-se, portanto, uma característica importante do Principado: ele é fruto de um processo relativamente lento, e, embora Augusto não tivesse nenhum opositor à altura após sua vitória contra Antônio nas Guerras Civis, ainda assim ele preferiu não reclamar o poder e se autoproclamar monarca de um dia para o outro, uma postura cautelosa e bastante diferente da que havia tomado em 43 a.C., quando confiscou os impostos da Ásia, recrutou um exército de antigos legionários de seu tio Júlio César e marchou sobre Roma em estado de alta traição (EDER, Walter. 2005, p.13), reivindicando um consulado ao qual, devido sua pouca idade, legalmente não tinha sequer o direito (GRIMAL, Pierre. 2008, p.28). O caminho que Augusto escolheu trilhar foi marcado, ao menos na aparência, por um grande respeito às tradições da República, e, embora estivesse assumindo o poder como de fato um monarca, sempre buscou produzir uma imagem pública que remetesse às normalidades institucionais. A fonte desta informação é o próprio Augusto que registrou no fim de sua vida na *Res Gestae* que desde o

primeiro momento quando recrutou um exército e marchou contra Roma em um ato de evidente ilegalidade, estava, na verdade, defendendo a “liberdade da república quando ela estava sendo oprimida pela tirania de uma facção¹” (RG. 1. 1). Mais do que isso, Augusto ainda declarou que, após ter vencido as Guerras Cívicas e, possuindo controle sobre todos os assuntos (*potitus rerum omnium*) por consenso universal, preferiu transferir a “república de seu poder para o domínio do senado e do povo de Roma” (RG. 34. 1).

Com isso, Augusto concluiu com uma das passagens mais emblemáticas para a compreensão do Principado: após devolver o poder ao Senado foi nomeado Augusto e recebeu diversas honras conferidas pelo Senado e pelo povo de Roma. Depois destes fatos, continua o *princeps*: “superei a todos em influência (*auctoritas*), embora não tenha possuído mais poderes oficiais (*potestas*) do que os meus outros colegas magistrados” (RG. 34. 3). No entanto, ao abdicar de sua *potestas*, Augusto não abriu mão de seu poder militar. De acordo com Erich Gruen (2005), independente dos poderes que resignou, Augusto manteve a substância deles, uma vez que, com a aprovação do Senado, continuou tendo o comando militar (*imperium*) sobre a península Ibérica, toda a Gália, Síria, Egito e Chipre, e que logo depois se tornaria *maius imperium*, com a extensão deste poder para as demais províncias e a península itálica com prerrogativas sobre até mesmo a autoridade dos governadores locais (GRUEN, Erich. 2005, p.34). De um ponto de vista formal e institucional, Augusto não esteve à frente de nenhum outro cidadão romano membro do Senado. Da mesma forma que não havia uma consciência contemporânea sobre a existência de um regime chamado Principado, não existia um cargo oficial atribuído a quem estivesse efetivamente exercendo o poder; tampouco o título de *princeps* era uma alusão a uma condição monárquica de Augusto, uma vez que se tratava de um título muito atribuído na República às figuras influentes, como um sinal de honra e autoridade (GRUEN, Erich. 2005, p.34). O que diferenciava Augusto de seus colegas magistrados era sua *auctoritas*, uma forma de poder “supraconstitucional” referente às qualidades morais de um indivíduo, garantidas a partir de uma relação de mutualidade em que existe a aprovação e reconhecimento dessas qualidades por parte daqueles sobre quem o poder é exercido. Augusto não usurpou a *auctoritas* do Senado, mas sim superou a velha instituição republicana por seus feitos e sua própria virtude, de modo a garantir um tipo de poder que não dependia da renovação de uma magistratura e o destacava acima de todos os outros magistrados.

¹ A facção a que Augusto se refere trata-se do grupo político de Marco Antônio e Cleópatra.

A trajetória de Augusto desde o jovem que, reivindicando a herança de Júlio César, marchou sobre Roma com um exército demonstrando pouco respeito às tradições políticas romanas, até se tornar o indivíduo que se produziu discursivamente como o responsável por libertar o Senado e o povo romano da tirania de uma facção, e que livremente abriu mão de toda a *potestas* para que a República pudesse se restaurar, demonstra que ao longo destes anos Augusto desenvolveu uma clara percepção de que sua hegemonia no poder não poderia ser unicamente baseada no exercício da força e na confiança de que sua riqueza e poder militar lhe garantiriam o posto de homem mais poderoso de Roma. A lenta e cautelosa construção do Principado nos indica que Augusto parecia saber que a institucionalização de um cargo oficial como líder romano poderia causar problemas e gerar ressentimentos devido à proximidade na forma de governo com a monarquia, e foi por esse motivo que construiu seu poder pouco a pouco, acumulando títulos e honras e aumentando sua *auctoritas* diante dos cidadãos Romanos e do próprio Senado.

Para Augusto, nos parece claro, seria preciso investir também no que chamaremos de uma *dimensão discursiva do poder* para garantir a sua própria posição de governante com base em um maior consenso acerca da legitimidade de seu poder. Consciente de que a natureza monárquica de seu governo não seria facilmente aceita pelos políticos tradicionais romanos, o *princeps* se apoiou também na construção de uma imagem pública favorável que o afastasse do monarca que de fato se tornou. Isso explica sua postura cautelosa diante dos cargos institucionais do Senado que vemos na *Res Gestae*. Porém, a ascensão de Augusto foi um fenômeno histórico de muito maior alcance do que apenas na esfera política, de modo que a construção da imagem de Augusto e do Principado também não foi limitada pela enumeração dos fatos que atestariam a legitimidade do *princeps* como restaurador da República. Na verdade, o *saeculum Augustum*² coincide com um dos mais expressivos florescimentos artísticos e culturais da história de Roma e de toda a Antiguidade. Segundo Karl Galinsky, “a era de Augusto produziu uma cultura que foi notável por sua criatividade e por ter transcendido seu próprio tempo” (GALINSKY, Karl. 1996, p. 4). Isso foi possível, na perspectiva do autor, porque o significado do Principado, estando ancorado na revitalização da República e dos costumes, inspirou ideais e valores que foram elaborados criativamente

² Suetônio registrou que, dentre as homenagens prestadas pelo Senado, tão zeloso em demonstrar devoção na elaboração dos funerais de Augusto, esteve a de um homem que “propôs que todo o período desde o dia de seu nascimento até o dia de sua morte fossem chamados de *saeculum Augustum*, e deveria aparecer assim nos registros” (Suet. Aug. 100. 3).

pelos artistas e intelectuais da época. Surge, portanto, uma cultura intimamente relacionada à atmosfera política do momento.

Um dos temas frequentemente explorados nessa cultura do Principado, como veremos em *1. 1. Roma, imperium sine fine*, foi a produção da imagem dos romanos como senhores e conquistadores da *oikoumene*, isto é, de todo o mundo conhecido. Trata-se de um tema já antecipado por Políbio, que apontava a história de Roma em direção à hegemonia política sobre todo este mundo. No entanto, eventos como as expressivas campanhas de conquista de Pompeu e César deram aos contemporâneos de Augusto não só uma maior correspondência entre as ambições dos romanos e a realidade geográfica conquistada, como também conferiu ao tema uma importância ainda maior, estimulando sua elaboração artística e intelectual.

Neste contexto, Roma se construiu como uma potência hegemônica no mundo, afinal seu poder e influência de fato estava presente de alguma forma nas mais diversas partes do mundo e dificilmente poderia ser efetivamente contestado. Ao lado desse processo de expansão do poder político e militar, notamos também a expansão da cultura e modo de vida romana. Para estudar o fenômeno de como, em qual grau e por quais motivos os mais variados povos aderiram à cultura romana, desenvolveu-se o conceito de *Romanização*. Em *1. 2. Os gregos e a superioridade cultural*, veremos como a Romanização foi um processo bastante diverso e que não dependia exclusivamente da vontade de imposição cultural por parte dos romanos, mas também das respostas e do grau de adesão dos povos submetidos a Roma. Nesse sentido, a situação mais emblemática foi a da relação entre os gregos e os romanos, pois se por um lado os povos de cultura grega foram completamente conquistados por Roma, eles não só não abandonaram a cultura helênica, como na verdade reivindicaram para ela um lugar especial dentro da nova configuração política criada pelos romanos, argumentando sobre a antiguidade, autoridade e superioridade dos gregos no âmbito da cultura.

Foi neste momento que Estrabão, autor da fonte que estudaremos, nasceu, cresceu, se formou e escreveu. Tendo vivido aproximadamente entre os anos 65 a.C. e 24 d.C., Estrabão pôde assistir ao desfecho das Guerras Civis, ao nascimento e estruturação do Principado com a ascensão de Augusto e a transmissão do poder do *princeps* para Tibério, bem como a expansão de Roma atingindo uma dimensão sem precedentes até então, conquistando inclusive a sua terra natal, o Reino do Ponto, foco da última oposição grega ao domínio de Roma. Grego de nascimento, de formação e, digamos assim, de coração, Estrabão, assim

como Políbio, entendeu a grandeza inexorável política e militar de Roma, e foi um dos intelectuais que produziram a imagem dos romanos, sob os auspícios de Augusto, como senhores do mundo. Mas, fiel à sua origem e formação helênica, também enveredou por uma longa defesa da tradição intelectual grega, aclamando sua superioridade e reivindicando para ela um lugar ao Sol neste mundo que ficava cada vez mais à sombra do domínio romano.

É possível notar que para Estrabão, a cultura e o poder em seu tempo são representados, respectivamente, pelos gregos e pelos romanos. Nesse sentido, nossa investigação encontrou o geógrafo e sua obra situados entre dois pontos: o da consciência do pertencimento a uma unidade política chamada Império Romano, e o da consciência de uma identidade cultural grega que deveria sobreviver, apesar da hegemonia romana. Buscaremos entender como Estrabão reflete na *Geografia* a influência da sua formação cultural helênica e o peso da política romana contemporânea, para entender qual a posição do autor e da obra entre esses dois pontos. O historiador francês Claude Nicolet, por exemplo, pensando exclusivamente nas relações entre o conhecimento geográfico e o poder, argumentou que Estrabão foi “completamente conquistado pelo novo poder romano, e que esteve na companhia da classe governante, especialmente daqueles envolvidos com a administração do Império” (NICOLET, C. 1991, p. 73). A grande questão que fazemos como contraponto a Nicolet, não tanto para negá-lo, mas antes para complementar seu ponto é: para entendermos a posição de Estrabão e sua obra basta que olharmos apenas para a sua relação com o mundo romano e seus governantes, quando na realidade as questões relacionadas à identidade e à cultura grega possuem um peso tão grande na concepção da obra dentro do universo intelectual grego?

Não se trata de ignorar as possíveis influências que a *Geografia* possa ter sofrido pela sua inserção em um contexto politicamente tão sensível quanto o da formação e consolidação do Principado, e muito menos de ignorar as possíveis consequências para a obra de seu autor ter tido contato com membros da classe governante romana; mas sim situar Estrabão e a *Geografia* dentro da nítida tensão existente entre a dominação política romana e a identidade do próprio geógrafo como um grego que reafirma sua identidade grega pelo pertencimento a um universo cultural que, para ele, é inquestionavelmente superior ao romano. Ou seja, além de pensarmos a obra com relação à esfera política, também a pensaremos como um reflexo da inserção de seu autor dentro do contexto cultural grego e da tradição intelectual grega.

Para isso, alguns dados biográficos precisam ser previamente apresentados: sabemos que nasceu em Amásia, no antigo e helenizado reino do Ponto, e que sua família fazia parte da elite local e tinha influência entre a classe política, inclusive se dividindo em ambos os lados das Guerras Mitridáticas que culminaram com a conquista romana da região. Além da *Geografia*, obra que tomamos como fonte, sabemos que escreveu pelo menos um tratado histórico conhecido como *Comentários Históricos*, que sobreviveu através de alguns poucos fragmentos que não permitem inferir muita coisa sobre a obra. Todas as informações de natureza biográfica que temos sobre Estrabão são extraídas da *Geografia*, o que explica a pouca quantidade de informações disponíveis sobre ele.

A obra é um conjunto de dezessete livros, dos quais os dois primeiros oferecem discussões preliminares sobre a história da geografia, alguns conceitos e ideias geográficas, bem como uma apresentação do escopo da obra; os quinze livros restantes abordam a geografia propriamente descritiva na prática. Estrabão descreveu as regiões de todo o mundo habitado (*oikoumenê*) conhecido na época, partindo da Ibéria (livro III) e contornando o mar Mediterrâneo até chegar na descrição do Norte da África. Embora a ordem da descrição seja claramente definida pelo Mediterrâneo, a *Geografia* não se limita à descrição da costa, abrangendo também o interior de cada região.

Uma das coisas que salta aos olhos durante a leitura da *Geografia* é a variedade de informações encontradas na obra. Além das informações da geografia física de cada região, como a topografia, relevo, clima, rios e toponimos, encontramos informações sobre fertilidade da terra, fauna, flora, recursos minerais disponíveis, condições de navegabilidade, descrições de tom etnográfico sobre as populações locais e seus costumes, cidades, fenômenos naturais como a ação das marés, atividade vulcânica e força e direção dos ventos, e ainda informações sobre eventos históricos que, mesmo fazendo parte do passado, ocupam um lugar importante na configuração da identidade presente de cada região. Trata-se de um leque temático bastante amplo, o que pressupõe, por sua vez, uma formação por parte do geógrafo igualmente ampla. Estrabão argumenta em favor da necessidade de uma ampla instrução (*polymatheia*), que faz da geografia uma atividade própria do filósofo. Em 2. 1. *Geografia e a polymatheia necessária* mostramos como essa forma bem acabada e desenvolvida do saber geográfico que Estrabão expõe é o resultado de um longo processo histórico em que à informação topográfica foram acrescentadas pouco a pouco reflexões da chamada filosofia natural, bem como

informações coletadas no próprio processo de expansão do horizonte do mundo conhecido pelos gregos e romanos.

Já em 2. 2. *Geografia e política*, olhamos mais de perto para um fenômeno que acompanhou o desenvolvimento do conhecimento geográfico, que é o estreitamento da relação entre política e geografia, seja na medida em que eventos políticos como uma expedição militar ou a conquista de um novo território tornavam possíveis o conhecimento das regiões em questão; ou, no sentido contrário, na medida em que este conhecimento geográfico poderia fornecer informações úteis para os indivíduos envolvidos com a ação política. Ou ainda, por se transformar em símbolo do poder dos Impérios, por exemplo, também buscamos entender como a geografia poderia interessar aos políticos na medida a informação geográfica pode ser instrumentalizada em textos ou imagens que ajudam a construir e propagar a sua própria glória e reputação.

Em seguida, em 2. 3. *A educação de Estrabão*, seguimos com a investigação do processo de aquisição da referida *polymátheia* pelo próprio Estrabão. Embora as informações disponíveis não cheguem a somar uma quantidade considerável, o geógrafo nos forneceu algumas pistas interessantes sobre sua formação intelectual ao longo da obra. Sabemos, por exemplo, que teve um contato muito próximo com a filosofia de Aristóteles, que indicou algum grau de afinidade com a doutrina estoica, embora a ocorrência dos conceitos do estoicismo podem também ser um reflexo da posição de destaque e proeminência dessa filosofia nos tempos de Estrabão. Além disso, sabemos que viajou constantemente, tendo passado por Roma, Esmirna, Nisa e Alexandria, e que algumas dessas viagens fizeram parte da sua educação.

Mas o ponto alto das informações disponíveis sobre sua educação são aquelas referentes a Homero, que deve ter influenciado sua formação desde o início até os anos finais de sua vida, quando escreveu a *Geografia*. E é por esse motivo que o terceiro capítulo da nossa dissertação se volta para uma investigação de perto da relação entre o geógrafo e o poeta. Em 3. 1. *A educação homérica em questão*, olhamos para o tema em perspectiva histórica, procurando demonstrar como a educação com base no poeta foi um tópico de grande importância entre os antigos, e que foi um tópico que dividiu opiniões sobre a autoridade do poeta. Encontramos nas discussões em torno do conceito de *mimesis* feitas por Platão e Aristóteles os argumentos que parecem embasar as posições de Estrabão sobre Homero.

Entre os tópicos 3. 2. e 3. 4. passamos a olhar de perto a questão homérica propriamente pelas palavras de Estrabão. Uma das principais preocupações do geógrafo era defender a autoridade de Homero, que havia sido questionada especialmente por Eratóstenes, uma das suas principais e mais estimadas referências. Estrabão se dedica então a defender a autoridade geográfica de Homero (3. 2. *Homero, o primeiro geógrafo*), e até mesmo a autoridade do poeta sobre assuntos que estão além do escopo da geografia, como retórica e agricultura, por exemplo (3. 3. *Homero além da geografia*). Mas todo esse conhecimento do qual a poesia homérica é rica, argumenta Estrabão, só pode ser acessado através de uma leitura correta dos versos, que foram feitos com uma criatividade poética excepcional e com a adição de inúmeros mitos que dão à narrativa um tom fantástico (3. 4. *Como ler Homero?*).

Já no fim do trabalho, no *Apêndice*, trocamos o foco da análise da relação de Estrabão com sua identidade cultural e intelectual helênica para a forma como viu o poder romano por meio dos seus principais representantes contemporâneos ao geógrafo: Júlio César, Augusto e Tibério. Depois de destacar todas as referências à estas personalidades do texto da *Geografia*, selecionamos e analisamos aquelas que são as mais reveladoras para discutir nossa problemática - isto é, aquelas que revelam a postura do geógrafo diante dos assuntos de governo ligados ao Império Romano, ou aquelas que retomam o tema da cultura helênica revelando a postura dos políticos romanos diante do mundo grego.

Por fim, a leitora ou o leitor que estiver lendo estas palavras encontrará no texto da nossa *Conclusão* um apanhado geral de todos os assuntos que discutimos ao longo da dissertação. Lá, todos estes assuntos convergem para a questão que nos propomos a pensar e, talvez, responder desde a concepção da ideia que originou o projeto de pesquisa e se desenvolveu no presente trabalho: *qual o lugar da Geografia entre a cultura grega e o poder romano?*

CAPÍTULO 1: Estrabão entre gregos e romanos

1. 1. Roma, *imperium sine fine*

Em 1963, o historiador britânico Peter Brunt publicou um artigo no *Journal of Roman Studies*, reeditado em 1990 no livro *Roman Imperial Themes*, se contrapondo a uma visão sobre a política externa de Roma durante os anos em que foi governada por Augusto. De acordo com essa visão, a política externa adotada por Augusto foi fundamentalmente defensiva, e seu governo teria sido marcado por, acima de tudo, um estado de paz, sem grandes ambições por novas anexações territoriais. Segundo Brunt (1990), um dos suportes para esta perspectiva é a biografia de Augusto escrita por Suetônio, em que o biógrafo o apresentou como um governante prudente que “costumava comparar aqueles que buscam pequenos ganhos correndo riscos a alguém que vai pescar com um anzol de ouro, e os ganhos não poderiam trazer benefício igual a perda para o caso de anzol se perder” (Suet. Aug. 25). Brunt, no entanto, argumenta que isso apenas revela a prudência de Augusto com relação aos seus métodos, não dizendo nada a respeito de suas ambições (BRUNT, P. A. 1990, p. 109).

Talvez, podemos imaginar, essa visão que Brunt questiona, tenha sido reforçada pelo fato de o governo de Augusto ter sucedido um momento histórico marcado pela presença de generais como Pompeu e Júlio César, responsáveis não só pela conquista de grandes territórios, mas também por um esforço discursivo em se auto produzir publicamente como grandes conquistadores, de modo a causar a impressão que Claude Nicolet apresenta, de que, no governo de Augusto, “as conquistas Romanas parecem chegar a uma paralisação” (NICOLET, Claude. 1991, p. 1). No entanto Brunt corretamente aponta momentos em que Augusto nos aparece como um Imperador inclinado à conquista e à glória militar, como revela a composição e exposição do mapa de Agripa³, que “certamente incorporou a reivindicação ou aspiração oficial de um governo universal” (BRUNT, 1990, p. 108). O historiador também menciona que moedas do período representam a deusa da Vitória em cima de um globo, e que a decisão de Augusto de registrar a chegada de embaixadas de lugares distantes como a Índia

³Não possuímos muitas informações a respeito da natureza deste mapa, como o material em que foi produzido, suas dimensões ou se era uma exposição gráfica acompanhada ou não de uma lista dos topônimos nele representados. De acordo com o testemunho de Plínio, o Velho, foi um projeto feito com a intenção de “expor diante dos olhos dos romanos uma pesquisa do mundo” em um pórtico que “continha um plano do mundo” finalizado por Augusto de acordo com as anotações de Agrippa (Hist. Nat. III. 17).

e Cítia requisitando a amizade dos Romanos (RG. 31), apontam para a mesma direção do governo universal. Brunt também argumenta que a admiração de Augusto por Alexandre é significativa nesse mesmo sentido (BRUNT, 1990, p. 108).

Daniela Dueck (2003), na esteira de Brunt, afirma que embora o governo de Augusto seja tradicionalmente reconhecido pela paz e pela estabilidade, ele não foi totalmente um período pacífico, e que expedições militares ainda foram realizadas. Segundo ela, “Augusto ganhou em diversas frentes e estabeleceu o governo baseado em várias formas de relações: alianças amigáveis, reinos clientes e, claro, províncias diretamente comandadas por governadores Romanos” (DUECK, Daniela. 2003, p. 214). Dueck ainda destaca que mesmo as campanhas desastrosas como a da Arábia foram apresentadas na “imagem oficial do *princeps* como uma política assertiva e consistente e como uma série de sucessos políticos e militares sem precedentes” (DUECK, Daniela, 2003, p. 215).

Se por um lado é verdade que existe uma nítida diferença entre a política externa muito menos ofensiva de Augusto com a de seus predecessores, não é verdade, porém, que ela tenha sido defensiva, e que o *princeps* se alienou da vida militar. Vislumbramos aqui, portanto, um Augusto que, apesar de estar longe da glória alcançada pelos grandes conquistadores Romanos do passado, demonstrou uma grande inclinação aos assuntos militares, e um dos grandes temas explorados por ele próprio e por muitos dos artistas e intelectuais do período foi, justamente, a hegemonia Romana em todo o mundo habitado sob seu governo. Por parte de Augusto, temos claramente o anúncio da conquista do mundo na própria *Res Gestae*. A primeira sentença do texto, e a única referência à Augusto em terceira pessoa, já alega que o texto que se segue é uma cópia dos feitos de Augustos, pelos quais “ele trouxe o mundo sob o poder do povo Romano” (RG. prefácio). E uma série de sentenças de autoria de Augusto que compõem o que de fato é o corpo do texto vêm a confirmar o anúncio feito no prefácio, segundo Claude Nicolet, “metodicamente, sem simbolismos, citando uma série de listas topográficas que correspondem precisamente ao conhecimento geográfico” (NICOLET, C. 1990, p. 23).

Não se trata, como veremos, de um tema exclusivamente augustano, mas segundo Daniela Dueck, “se torna ainda mais aparente nos tempos de Augusto, que combinou conquistas sem precedentes e um estado de paz interna e externa com relativa abundância de poesia, prosa e artes visuais sobreviventes” (DUECK, Daniela. 2003, p.212). As expedições de Alexandre, por exemplo, inspiraram esse tema não só em seu tempo, como ficaram no

imaginário das gerações futuras como modelo de general a ser seguido. No entanto, houve algo a mais no contexto de Augusto que fez com que, particularmente nesse período, as representações artísticas e intelectuais da soberania de um poder sobre todo o mundo atingissem um novo patamar.

Podemos argumentar que o contexto histórico de Augusto foi propício para a multiplicação das histórias com perspectivas gerais e totalizantes. Segundo Arnaldo Momigliano, o período foi marcado por uma “atmosfera apropriada das guerras e conquistas romanas do primeiro século a. C.” (MOMIGLIANO, Arnaldo, 1982, p. 547). Katherine Clarke concorda com Momigliano ao dizer que “as ambições pela conquista mundial nutridas por Pompeu, Júlio César e Augusto formaram o contínuo pano de fundo para a escrita deste tipo de relato” (CLARKE, Katherine. 1999, p. 277). Para esses autores, parecia que a história recente de Roma, marcada por uma série de conflitos e anexações territoriais inéditas, foi a responsável por impulsionar o tema da dominação romana sobre o mundo ao criar uma atmosfera que inspirou nos artistas e escritores da época o sentimento da soberania romana.

Talvez foi Virgílio, na *Eneida*, quem nos ofereceu uma das elaborações artísticas mais sofisticadas da hegemonia romana no mundo. Unindo a história mítica da fundação de Roma ao passado troiano, o poeta partiu de uma base homérica para narrar as origens divinas e heróicas da urbe, para conectar a descendência dos fundadores de Roma desde a deusa Vênus e o herói Enéias até Júlio César e Otaviano Augusto, e ainda apresentar as glórias do povo Romano e a extensão de seu poder como uma promessa divina que se realiza nos tempos de Augusto. Depois de tanto ver seu filho Enéias vagar sem chegar à Itália, a aflita deusa Vênus questiona Júpiter, o deus que “o destino dos homens, dos deuses dirige / do alto do seu poderio” (I. 229 - 230), quando se cumpriria a promessa do deus, que claramente dizia “volvidos os anos, haviam / de originar-se dos filhos de Teucro⁴ os romanos robustos, / que no mar vasto e na terra o comando teriam das gentes” (I. 234-236). Júpiter, para acalmar a deusa, lhe responde que nada havia mudado em seu pensamento, e que Enéias conheceria seu destino: “Guerras terríveis ele há de enfrentar, povos de ânimo fero / domar no jugo, a seus homens dar leis e cidades muradas” (I. 263-264), e conta como a linhagem de Enéias governará a região do Lácio até que Roma seja fundada por Rômulo. “Prazo nem metas imponho às conquistas do povo escolhido”, continua o deus, “dou-lhes Império sem fim”. Até mesmo Juno, a deusa ofendida, “há de em breve os romanos / favorecer, os senhores do

⁴“*sanguine Teucro*” pode ser traduzido, também, por “linhagem dos Troianos” ou “linhagem de Enéias”.

mundo (*rerum dominos*), esse povo togado ... César de Tróia⁵, de origem tão clara, até as águas do Oceano / vai estender-se; sua fama há de aos astros chegar dentro em pouco” (Eneida. 281-287).

Inseridas no contexto do Principado, esses versos de Virgílio se tornam particularmente significativos: eles integram o presente romano a um passado mítico e dão uma percepção de sentido para o futuro da história romana, na qual o presente é interpretado como o momento da realização da profecia de Júpiter e a comprovação de que, liderados por Augusto, este elo vivo com o passado, os romanos caminham de forma irresistível para consolidar seu *imperium sine fine*. Embora a narrativa aconteça no passado, o futuro em que a profecia de Júpiter se realiza corresponde exatamente ao presente de Virgílio.

Não discutiremos as potenciais dimensões propagandísticas dos versos de Virgílio, nos limitando apenas a dizer que o poeta produziu uma imagem da Roma augustana ocupando seu devido lugar no devir histórico com um poder ilimitado, e que essa reivindicação da hegemonia romana no mundo deve ter agregado algum capital político a Augusto, afinal o poeta atribuiu a ele o papel de protagonista na concretização da sua história presente ao vinculá-lo a uma linhagem divina destinada pelos próprios deuses a exercer o papel político que de fato estava exercendo no momento da composição da *Eneida*.

Mas a própria noção de que existia um devir histórico direcionado à hegemonia que os romanos seguiriam não foi nem uma invenção de Virgílio, nem uma novidade augustana, embora essa abordagem tenha sido particularmente favorecida por este contexto. Na verdade, ainda antes de o governo senatorial entrar na crise que conduziu os romanos para a Guerra Civil e a emergência de Augusto, o historiador Políbio já havia interpretado que a história de Roma apontava para esta direção, quando conceituou uma nova forma narrativa que chamaremos de *história geral*, capaz de narrar a realidade inédita que os romanos haviam criado sobre toda a extensão da *oikoumene*, ou o mundo habitado. Segundo Políbio, muitos outros povos chegaram a ter controle sobre vastas áreas - foi o caso dos persas, dos espartanos e dos macedônios - mas só os romanos “fizeram deles próprios mestres de quase todo o mundo conhecido, e não só de algumas partes dele, e estabeleceram um poder (*dynasteias*) tão grande que ninguém hoje consegue se opor e ninguém no futuro será capaz de superar” (Plb. I. 2. 7). Roma é o tema central que orientou a narrativa de Políbio, que declara que o interesse

⁵ “*Troianus origine Caesar*”, segundo o tradutor Carlos Alberto Nunes, é uma referência a Augusto. O verso 290 parece confirmar: “Então suspensas as guerras, aquietam-se os ásperos séculos” (Aeneid. I. 290).

pela sua obra deve vir justamente da relevância de seu objetivo: narrar “como e graças à qual sistema político a maior parte de todo o mundo conhecido foi conquistada e colocada sob um único poder, o poder dos romanos” (Plb. I. 1. 5). Para narrar esta realidade inaugurada pelos romanos, Políbio concebeu a ideia de uma história geral, expressa pelos termos *katholou gráphein*, ou “narrar o geral”. Alguns historiadores, como Katherine Clarke (1999) preferem traduzir *katholou* por universal, o que de fato é uma tradução que pode ser encontrada em dicionários, como o *Dicionário Grego-Português* (2008) coordenado por Daisi Malhadas, Maria Celeste Consolin Dezotti e Maria Helena de Moura Neves. No entanto, para evitar atribuir a Políbio uma história universal, que poderia facilmente ser confundida com modalidades históricas posteriores, optamos pelo termo “geral”, de tom mais genérico e menos carregado de outros sentidos.

Na visão do próprio Políbio, o caráter geral de sua história era mais uma consequência da natureza do objeto em questão do que propriamente uma construção narrativa, ou seja, para ele se trata de um produto da própria realidade. Isto porque, para o historiador, Roma, em seu processo de conquista e expansão, passou a exercer influência sobre a história de todo o espaço do mundo habitado. Por esse motivo, Políbio tomou como ponto de partida de sua narrativa o ano de 220 a.C., ano da “primeira expedição militar ultramarina dos romanos” (Plb. I. 3. 1). Antes desse momento, diria Políbio, seria impossível escrever uma história geral, uma vez que cada história regional possuía total autonomia uma das outras, sem qualquer conexão entre elas:

“Antes desta data, os eventos aconteciam no mundo de forma esporádica, pois cada incidente era específico do lugar em que aconteceu. Mas, desde então, a história tem se assemelhado a um corpo, no sentido que os acontecimentos na Itália, Líbia, Ásia e Grécia estão todos entrelaçados [*sympleskesthai*], e tudo caminha para um mesmo fim” (Plb. I. 3. 3-4).

Portanto, o que possibilitou Políbio a narrar o geral foi uma aguda percepção de que a atuação política de Roma promoveu a união entre as mais diversas partes do mundo, fazendo com o que os acontecimentos de cada uma delas exercessem influência sobre a história como um todo. Segundo François Hartog, o termo *sympleskesthai* se refere originalmente à tecelagem, e foi utilizado por Políbio para dizer que “depois de 220, a história começou a ganhar forma de um todo orgânico, e os eventos, assim como um tecido, começaram a se entrelaçar uns com os outros” (HARTOG, François. 2010, p. 35). O que se pode concluir é

que a história geral de Políbio criou uma concepção holística do espaço centrada em Roma. Foi apenas devido à ação política dos romanos que o mundo e a própria história atingiram o estado de conexão descrito pelo historiador. Ao tomar como o momento divisor de águas o ano de 220 a.C, Políbio buscou dar uma coerência romanocêntrica à sua obra, afinal, ele próprio espera, ao longo das *Histórias*, “demonstrar como os romanos administraram tudo para garantir a sujeição de todo o mundo conhecido sob seu domínio” (Plb. III. 3. 9). Segundo Brian Sheridan (2010), a visão geral de Políbio foi

“limitada pela sua escolha de objeto e por sua percepção de um movimento na história. Políbio não vê a história como uma progressão linear. Em vez disso, ele vê a história convergindo em direção a um ponto. História universal, para Políbio, é uma forma em que é possível dar sentido para a emergência de Roma” (SHERIDAN, Brian. 2010, p. 48).

Em sua obra, Políbio parece antecipar o tema da hegemonia romana sobre todo o mundo conhecido que seria, anos mais tarde, tão caro ao Principado de Augusto. Porém, muito mais do que antecipar um tema, Políbio, um estrangeiro grego adotado dentro de Roma, antecipou uma forma de conceituar e se situar no mundo sob o domínio político romano. Vendo o devir histórico convergindo para a conquista Romana, Políbio anunciou tanto aos políticos quanto aos estudiosos, romanos ou não, a forma pela qual Roma se torna inteligível: *em relação à totalidade do espaço*. A extensão do espaço geográfico passou a ser cada vez mais significativa, e o aumento da importância do significado dessa extensão foi um processo que caminhou de mãos dadas com o aumento do prestígio político e social conferido aos indivíduos envolvidos nas campanhas de expansão territorial, chegando a retroalimentar esse processo de extensão, uma vez que a posição de destaque dada principalmente aos generais à frente das legiões, bem como o desejo pela glória alcançada com as campanhas devem ter desempenhado um papel importante no encorajamento do planejamento das expedições militares.

É nesse sentido que Daniela Dueck (2012) assinala a adoção de cognomes pelos magistrados à frente do serviço militar como referência às suas próprias vitórias. Segundo a autora, na medida em que a República passou a depender mais da ação individual de alguns políticos, a ambição pessoal deles impulsionou o crescimento do poder de Roma, e os *cognomina* geográficos expressavam o significado político dessas conquistas. Dueck argumenta que pelo menos desde o século VI. a.C. os cognomes dos aristocratas Romanos

traziam informações geográficas relativas ao lugar de origem, mas que até o século III a.C. não existem registros de cognomes relativos a espaços estrangeiros conquistados. A partir deste momento, no entanto,

“quando as conquistas começaram a se tornar significantes, cognomes derivados de cidades e povos conquistados são atestados. Eles eram cognomes honorários conferidos aos vitoriosos, como *Africanus*, *Asiaticus*, *Macedonicus*, *Ponticus* e *Balearicus*. O significado geográfico das conquistas, portanto, encorajaram a expansão ao contribuir com o aumento da reputação política dos magistrados” (DUECK, Daniela. 2012, p. 14).

Portanto, vemos que na medida em que o poder Romano expandia suas fronteiras, crescia também o interesse por parte dos políticos em usar essa expansão para promover a sua própria carreira. Vale notar que o resultado desse processo teve duas consequências que nos interessam para os propósitos do presente trabalho. Por um lado, o significado atribuído a essas conquistas ajudou a criar a concepção de Roma como senhora do mundo, tema que estamos lidando diretamente neste capítulo; por outro, na medida em que as conquistas impulsionavam esse processo de retroalimentação entre o destaque político conferido aos magistrados que voltavam vitoriosos das campanhas e o aumento da ambição individual desses mesmos políticos em continuar as guerras de conquista, podemos argumentar que a crise da República, gerada pela tensão entre o Senado e alguns magistrados que se destacaram sobre as próprias instituições republicanas foi, pelo menos, um subproduto do significado atribuído às conquistas Romanas. Isso deve nos ajudar a entender porque, durante o Principado, o tema da conquista foi tão longamente explorado por Augusto, pelos artistas e pelos intelectuais.

O peso da importância política das conquistas pode ser visto de maneira bem clara em dois dos protagonistas dos eventos das Guerras Civis, César e Pompeu. Dueck (2003) menciona que, após conquistar grandes porções territoriais nos três continentes conhecidos, Líbia, Europa e Ásia, Pompeu adotou o cognome *Magnus* em uma clara alusão a Alexandre, o paradigma do conquistador, reforçando a impressão de que os romanos governariam todo o mundo habitado. Pompeu foi o primeiro romano a realizar a cerimônia dos triunfos sobre esses três continentes, como registrou Plutarco, para quem parecia que o general “incluiu todo o mundo em seus três triunfos” (Plut. Pomp. 45. 5). Dueck argumenta que a realização do triunfo era o ato de tornar público as glórias militares dos generais, e que “o prestígio do

vitorioso era maior na medida em que os espaços conquistados eram maiores, novos e menos conhecidos, e os cativos mais impressionantes” (DUECK, D. 2003, p. 213). As conquistas de Júlio César podem ser interpretadas nesse mesmo sentido. Sendo adversário político de Pompeu, César também buscou promover sua carreira com os sucessos militares obtidos na Gália e na Britânia. Para isso, César registrou suas campanhas de modo que, segundo Daniela Dueck, produzissem uma imagem dele próprio como “um grande conquistador que alcançou regiões desconhecidas e encontrou povos exóticos” (DUECK, D. 2003, p. 214).

A exploração discursiva da expansão romana nos revela como o espaço geográfico se tornou importante e significativo na história de Roma. Para além dos ganhos materiais obtidos pela captura e venda de escravos, butins, terras cultiváveis e recursos naturais exploráveis como minérios, as conquistas nutriram entre os romanos uma sensação de que eles eram, de fato, os senhores do mundo. E, nesse cenário, os políticos buscaram ao máximo impulsionar suas carreiras. Mas tão grande devia ser o significado espacial dessas conquistas, que não podemos argumentar que esses generais as viam apenas a partir de uma perspectiva pragmática, calculando o benefício político e material que poderia ser alcançado. Nosso argumento é que eles próprios compartilhavam desse aspecto cultural, e que alcançar o renome através da atividade militar e da conquista era a satisfação de, também, uma necessidade de espírito. Existe, por trás disso, um pano de fundo cultural construído durante a história de Roma que sustenta esse sentimento. Não foi em vão que, conforme registrou Plutarco, César chorou, se lamentando porque em sua idade Alexandre reinava sobre muitos povos, enquanto que ele ainda não havia feito nada notável (Plut. César. XI. 5-6).

Dessa forma, quando Augusto assumiu a frente da política de Roma, o tema das conquistas já estava muito bem estabelecido na cultura Romana. Elas foram não só o meio pelo qual os Romanos enriqueceram, ou a forma que os generais buscaram impulsionar suas carreiras políticas. As conquistas eram, também, a afirmação da superioridade dos romanos sobre todo o mundo habitado. Se Políbio, um século antes, havia sustentado a tese de que a história de Roma convergia para a conquista de todo o mundo, nos tempos de Augusto o próprio devir histórico parecia confirmar a teoria do historiador. Essa era a atmosfera cultural em que o Principado de Augusto foi gestado. Roland Mayer argumenta que isso gerou até mesmo um sentimento de orgulho patriótico entre os poetas romanos, e que, para eles, “o Império era por demais glamoroso para resistir, e nomes exóticos eram livremente introduzidos por poetas orgulhosos” (MAYER, R. 1986, p. 54). Segundo Daniela Dueck

(2003), a extensão do território sem precedentes, bem como a forma em que esse território foi artisticamente e intelectualmente explorado, criou entre os romanos na Era de Augusto a sensação de que viviam em um Império cujas fronteiras eram tão grandes, distantes e difíceis até mesmo de se conceber, que se tratava de um espaço de alguma forma metafísico. Para ela, “foi criado na mentalidade dos contemporâneos a noção de um espaço sagrado, mas não em um sentido religioso de santidade, e sim como uma ideia sobrenatural, metafísica e mística” (DUECK, D. 2003, p. 225).

Fica mais fácil, agora, entender o peso dos versos de Virgílio. Muitos anos de sucessivas guerras e conquistas, bem como o fluxo de bens materiais e pessoas das mais diversas partes do mundo, somando-se ao estado de relativa paz interna e estabilidade política após o fim das Guerras Civis tiveram consequências na produção artística e intelectual do período Augustano. Horácio, no *Carmen Saeculare*, também exaltou a grandeza da extensão do poder romano, que “estende-se desde o nascer do Sol até a sua morada no Ocidente” (Carm. IV. 15. 15-16), cobrindo, portanto, toda extensão do mundo habitado.

São deste período, também, como já mencionamos, as obras históricas que tiveram como projeto uma abordagem da totalidade do mundo. Esse ambicioso projeto que é o das *histórias gerais* tem uma íntima relação com o contexto político de Roma e o alcance do seu poder e influência sobre o mundo. Katherine Clarke (1999) argumenta que, favorecidas pelo contexto de Pompeu, César e Augusto, essas obras apareceram com tamanha unidade de objetivo que é possível classificá-las como pertencentes a um mesmo gênero de narrativa histórica distinta das demais. A autora identifica três principais escritores no período, Diodoro Siculo, Pompeu Trogo e, também nosso objeto de estudo, Estrabão. Clarke nota que ambos autores são de origem não itálica - Diodoro veio da Sicília, a família de Pompeu Trogo veio de uma tribo da Gália, e Estrabão veio do antigo Reino do Ponto -, e que é interessante que o “Império global de Roma” não motivou os historiadores nativos da Itália a escrever a partir dessa perspectiva geral, talvez ocupados em escrever a história da cidade de Roma, como Tito Lívio, mas sim naqueles que vieram “dos limites mais externos desse mundo e que, portanto, ganharam um ponto de vista mais ecumênico” (CLARKE, K. 1999, p. 255). Segundo Clarke, nas obras dos três autores existe a concepção de um senso de unidade do mundo através da conquista, embora existam diferenças principalmente sobre até que ponto os romanos conseguiram levar a cabo seu projeto de conquistar o mundo até o momento em que escreviam. Para Diodoro, essa conquista total foi realizada ainda por Pompeu, que havia

expandido as fronteiras do Império até os limites da terra, uma mentira que, conforme a autora argumenta, foi convenientemente ignorada por Diodoro que não vê “disparidade entre as ambições dos romanos e sua realização” (CLARKE, K. 1999, p. 262). Pompeu Trogo, no entanto, notou que os Partos dividiam o mundo com os Romanos, fazendo com que a conquista completa ainda não fosse totalmente realizada, com essa questão ainda por ser resolvida (CLARKE, K. 1999, p. 263).

Quanto à perspectiva de Estrabão, Clarke notou que ao fim da *Geografia*, após apresentar em maior detalhe todo o mundo habitado, o autor fez uma sutil diferenciação entre a extensão do mundo conhecido e o que de fato era dominado pelos romanos, de modo que são dois mundos que não podem ser equacionados e cuja disparidade não poderia ser negada ou ignorada (CLARKE, K. 1999, p. 265). Pois Estrabão afirma que do mundo habitado os romanos ocupam as melhores e mais conhecidas partes, e superaram o poder de todos os governantes anteriores de que se tinha registro (XVII. 3. 24). Segundo o geógrafo, da Europa os romanos não tinham controle apenas das terras depois do *Istros* (o baixo Danúbio), e a costa do Oceano entre os rios Reno e o *Tanais* (Don); da *Líbia* (África), os romanos possuíam controle apenas da costa Norte, uma vez que o resto “não era habitada, ou habitada miseravelmente ou por nômades” (XVII. 3. 24). Da Ásia, os romanos possuíam a costa mediterrânica, com exceção de algumas partes habitadas por nômades e piratas, enquanto dividiam o interior com os partos e os povos além dos partos. Existiam ainda a Índia, Bactria, Cítia, Arábia e Etiópia e algumas cidades que receberam liberdade dos romanos devido algum mérito ou a amizade com Roma, mas estavam submetidas a algum tipo de subordinação ao poder de Roma, como a coleta de tributos, ou que reconheciam a superioridade Romana.

Nota-se que Estrabão não considera parte do mundo habitado as regiões com condições de povoamento muito ásperas, como os desertos, e as regiões habitadas por nômades ou piratas, e que o fato de os romanos não terem controle sobre elas não diminui a imagem geral de Roma como a senhora do mundo. O que é particularmente problemático nessa concepção é o local ocupado pelos partos, que foram apresentados como um povo que, após crescer tanto, “agora (*nyn*) governam tantas regiões e tantos povos que, de certa forma, eles se tornaram rivais dos romanos no tamanho do seu Império” (XI. 9. 2). Além dessa rivalidade alegada, eles foram mencionados pelo geógrafo ao lado dos romanos como responsáveis por expandir o conhecimento geográfico disponível como consequência da expansão de seus territórios, assim como Alexandre havia feito antes (I. 2. 1); e também

foram lembrados pela derrota imposta aos romanos causada pela ignorância das condições geográficas do local da batalha (I. 1. 17).

No entanto, antes de oferecer essa imagem do mundo dividido entre os romanos e os partos, Estrabão também expôs uma outra visão que parece contradizer essa perspectiva. Segundo o geógrafo,

“Os partos, apesar de dividirem fronteira com Roma e de serem muito poderosos, se submeteram aos romanos e seus líderes, tanto que não só enviaram de volta a Roma os estandartes que tinham pego dos romanos, como também Fraates enviou seus filhos e os filhos de seus filhos a César Augusto como reféns em troca de amizade. Hoje (*nyn*) eles frequentemente vão à Roma em busca de um rei e estão prestes a colocar todo seu poder nas mãos dos romanos” (VI. 4. 2).

Estrabão parece nos apresentar aos Partos de maneira ambígua. Ora são capazes de rivalizar com os romanos, ora estão totalmente submetidos a Roma. Daniela Dueck (2000) aponta que existe, de fato, uma aparente inconsistência nessa situação. Segundo ela, Ronald Syme havia argumentado que essa contradição era, na realidade, evidência para a existência de duas versões da *Geografia* datadas de diferentes momentos e, portanto, refletindo situações distintas. Dueck contesta esta posição de Syme, argumentando que a explicação para esta aparente discrepância era o resultado da combinação do passado grego de Estrabão com sua experiência romana. Segundo ela, Estrabão conscientemente “apresentou dois conceitos, um refletindo a imagem oficial de Roma, e o outro refletindo uma ideia marginal com nuances anti-romanas que possivelmente ainda existia nos meios gregos” (DUECK, 2000, p. 115). Nosso argumento é de que não há contradição entre as passagens. Em primeiro lugar, como notou Dueck em um trabalho sobre a data da composição da *Geografia*, não devemos buscar nas expressões temporais usadas por Estrabão como *nyn* uma referência exata a acontecimentos que se passavam simultaneamente à escrita da obra, uma vez que essas expressões podem se referir a um leque muito amplo de datas (DUECK, 1999, p. 469). Ou seja, não podemos assumir que ao usar *nyn* para descrever as duas situações dos Partos - como rivais e submissos de Roma -, Estrabão tenha se referido necessariamente a condições coexistentes.

Com isso em mente, quando analisamos as passagens dentro da lógica narrativa da *Geografia*, vemos que não são produzidas duas afirmações excludentes. Quando os Partos são apresentados como submissos aos romanos, isso acontece no sexto livro da *Geografia*,

dedicado à descrição da Península Itálica. No final deste livro, o geógrafo apresenta resumidamente a história de Roma e de sua expansão. Estrabão, neste momento, os descreve, portanto, com relação ao domínio romano pelo mundo, destacando que esta submissão aconteceu no governo de Augusto, deixando inclusive duas referências a eventos possíveis de se datar, como a devolução dos estandartes romanos em 20 a.C. e a busca de Vonones⁶ em Roma para suceder o poder entre os Partos em 8 d.C.; quando, no entanto, foram descritos no Livro XI a referência não era mais o poder romano, mas sim a própria história e geografia dos Partos, na medida em que esta história interfere na configuração geográfica de seu território. Ou seja, no Livro XI Estrabão nos apresenta brevemente a história da expansão dos partos sobre seus vizinhos, culminando no ápice que foi a rivalidade em tamanho com os romanos.

Nenhum marco temporal além do vago *nyn* foi deixado pelo geógrafo quando afirmou que os partos rivalizavam com os romanos, mas sabemos que os eventos em que os estandartes romanos foram capturados pelos partos foram as derrotas sofridas por Crasso em 53 a.C., de Décido Saxa em 40 a.C. e Marco Antônio em 36 a.C., de modo que podemos argumentar que a condição dos partos como submissos e rivais de Roma não foi apresentada como situações simultâneas. Ambas coexistem na *Geografia* porque atendem às necessidades narrativas da obra, mas historicamente podem ter ocupado momentos distintos, marcando uma situação pré Augustana, de rivalidade, e outra Augustana, de submissão. Além de que, como argumenta Katherine Clarke (1999), Estrabão, na *Geografia*, não se preocupou em apresentar rigorosamente a ordem cronológica dos eventos, orientando sua narrativa pela proeminência do espaço sobre o tempo. Poderíamos, com razão, esperar encontrar essa situação melhor resolvida na sua obra histórica, uma vez que o próprio geógrafo alegou que não se alongaria na descrição dos costumes dos partos na *Geografia* porque já o havia feito longamente nos *Comentários Históricos* (XI. 9. 3).

Dado que Estrabão não se preocupou em apresentar uma organização cronológica para os eventos históricos, além da conotação bastante vaga do termo *nyn* na sua obra, somado ao fato de que os eventos históricos que podem indicar a rivalidade dos partos com relação aos romanos datam de um período anterior ao governo de Augusto, e os que indicam a submissão datam do período Augustano, nos parece que nossa perspectiva é muito mais plausível que as de Syme e Dueck, além de preservar a coerência da obra como um todo. Portanto, a questão

⁶Trata-se de um dos filhos legítimos de Fraates IV, rei dos Partos, que havia sido enviado para Augusto como refém em troca da amizade dos Romanos (FLAVIO JOSEFO. Antig.Jud. 18.2.4)

dos partos foi, para Estrabão, resolvida nos tempos de Augusto. Nesse sentido, o geógrafo ecoou o conteúdo da *Res Gestae*, em que Augusto alegou ter feito os partos devolverem os estandartes e “pedir amizade do povo romano” (RG. 29). Com essa questão resolvida, os únicos empecilhos para Estrabão igualar o mundo conquistado pelos romanos com todo mundo habitado eram as regiões ainda não conhecidas e as regiões que não despertavam o interesse dos romanos. Mas esses detalhes não o impediram de conceber Roma como hegemônica.

Tanto essa era a visão de Estrabão, que, no final do Livro VI da *Geografia*, logo após terminar a descrição das regiões itálicas, ele nos deu uma explicação dos motivos geográficos que fazem da região de origem dos romanos superior às outras e que “naturalmente os conduziu à hegemonia (*pros hegemonian*)” (VI. 4. 1). Em primeiro lugar, a Itália é, para Estrabão, como uma ilha cuja segurança é resguardada pelo Mar, com exceção de uns poucos lugares em que é protegida por montanhas. Além disso, suas poucas enseadas são favoráveis para a defesa e o comércio. Em terceiro lugar, a península possui, segundo Estrabão, uma variação de climas que oscila entre os extremos, nunca de fato os alcançando, proporcionando “tudo o que é útil para a vida” (VI. 4. 1). Encontra-se na Itália, também, montanhas e colinas com muitas frutas; rios e lagos; erupções de água quente e fria que auxiliam a cuidar da saúde; Estrabão menciona, ainda, a abundância de minas de vários tipos de metais, florestas e comida tanto para os homens quanto para os animais; e sua posição com relação aos demais povos também é favorável, pois se encontra próxima da Grécia e das melhores regiões da Ásia.

Todas essas qualidades da península, segundo Estrabão, favoreceram os romanos a alcançarem a posição de destaque que possuíam em seu tempo, uma vez que, a partir do momento em que expandiram seu poder e tomaram posse da península, a prepararam “como uma base para a hegemonia completa (*sympasan hegemonian*)” (VI. 4. 2). Assim, Estrabão entendeu a história de Roma de forma semelhante à Políbio: trata-se de um processo direcionado à conquista do mundo. Nas suas *Histórias*, Políbio destacou a influência da constituição política de Roma; Estrabão, embora não negligencie este aspecto, destacou as vantagens naturais da península, bem como sua proximidade com o mundo grego, como fatores determinantes para a expansão romana sobre o mundo habitado. Portanto, Estrabão tinha clara consciência de que viveu sob o incontestável domínio político de Roma, e ao conceituar o mundo romano da forma como o fez, contribuiu para a criação da atmosfera cultural do Principado que concebia o domínio de Roma como um *imperium sine fine*, cujas

fronteiras haviam alcançado sob o comando de Augusto as mais remotas partes do mundo.

Nesse sentido, podemos concluir que, de fato, a política externa levada a cabo por Augusto não pode ser entendida como defensiva, e que, embora seu governo tenha sido mais reconhecido pela estabilidade política do que pela conquista, o *princeps* utilizou outros métodos para reafirmar o poder romano mesmo onde este não era exercido diretamente por governantes romanos, como o estabelecimento de alianças e relações de clientela. Deste modo, não existe contradição entre as ambições da política Augustana e as produções artísticas e intelectuais que pintaram o mundo habitado como um mundo romano. Elas apenas refletem a atmosfera política da época. O que Katherine Clarke conclui para as histórias gerais da época vale, também, para todo esse conjunto de produções artísticas e intelectuais: “são os produtos das aspirações de uma era” (CLARKE, K. 1999, p. 278). Isto é, são registros que carregam consigo a marca de um sentimento generalizado de uma época: que os romanos expandiam sua força e sua vida política e cultural por um espaço que, dada sua expressiva dimensão, se tornava emblema do vigor dos próprios romanos.

1.2. Os Gregos e a superioridade cultural

No canto VI da *Eneida*, no momento da descida ao mundo dos mortos, Enéas ouviu de seu pai Anquises, enquanto este lhe apresentava as almas da linhagem futura dos romanos, que o destino de Roma era governar os povos e impor leis e costumes (*pacisque imponere morem*)⁷. Assim como a fala de Júpiter prometendo aos romanos o *imperium sine fine*, a fala de Anquises também possui, na narrativa, um caráter profético. O futuro é conhecido por Anquises, que além de contar o destino de Roma, apresenta a seu filho diversas personalidades que iriam construir esse futuro, como Júlio César e Otávio Augusto. No entanto, para Anquises, sua linhagem faria mais do que governar: ela imporá seus costumes aos povos submissos. Nessa passagem, à luz do Principado, Virgílio parece reivindicar aos romanos não só o papel da hegemonia política e militar, mas também o da imposição da cultura romana sobre os povos conquistados.

De fato, conforme o historiador Greg Woolf (1997, p. 15-16), a expansão romana foi acompanhada paralelamente por um aparato ideológico que concebia a ação dos romanos no mundo como uma “missão civilizatória” que, ao tirar os outros povos de uma condição de vida que aos olhos dos romanos parecia desregrada, abriam-lhes as portas para a aquisição de um modo de vida superior, o modo de vida romano. Inúmeros casos podem ilustrar as mudanças culturais promovidas pelos romanos em outros povos. Estrabão, na descrição dos Turdetanos (III. 2. 15), por exemplo, registrou que este povo, especialmente os que estavam situados próximos ao rio Guadalquivir, adotaram tanto o modo de vida romano que nem sequer lembram da sua língua nativa, e estavam recebendo tantos colonos romanos que “falta pouco para serem completamente romanos”. O geógrafo registrou ainda que estes que adotaram esse modo de vida eram chamados de togados (*togatoí*)⁸, uma alusão à adoção da toga, indumentária romana.

No entanto, conforme veremos, essa reivindicação de Virgílio, no sentido da expansão da cultura romana, não só não correspondia com a realidade - assim como a reivindicação do *imperium sine fine* - como também não encontrava consenso mesmo entre seus contemporâneos. Pois, se por um lado a história recente de Roma nos tempos de Augusto introduziu no espírito dos romanos a sensação, ainda que exagerada, de que todo o mundo

⁷“Mas tu, romano, aprimora-te na governança dos povos. / Essas serão tuas artes; e mais: leis impor e costumes” (Eneida. VI. 851-852).

⁸ Termo transliterado do texto grego.

habitado estava sob seu domínio, e inspirou artistas e intelectuais da época a produzirem discursos - como a *Geografia* de Estrabão, o mapa de Agripa e algumas moedas do Império - que representavam a hegemonia romana sobre todo o mundo, por outro lado não observamos essa mesma presença hegemônica que foi atestada nos âmbitos da vida política, administrativa e militar sendo repetida com a mesma segurança no que concerne à vida cultural. A posição apresentada por Virgílio encontra em outro poeta latino contemporâneo uma grande divergência. Pois, para Horácio, “A Grécia, depois de capturada, chegou a conquistar o feroz conquistador, e trouxe as artes para o rústico Lácio” (Epístolas. II. 156-157). Trata-se, para Horácio, de um movimento que se seguiu à conquista do mundo Grego pelos romanos em que a cultura helênica se impôs sobre a cultura “rude” do Lácio. Na perspectiva de Horácio, a cultura romana possuía um grande débito com os gregos, e isso por si só já deve nos alertar de que o processo a partir do qual a cultura romana acompanhou - ou tentou acompanhar - a expansão política e administrativa do Império não pode ser entendido como um processo unilateral de simples imposição de um novo ordenamento da vida cultural sobre um outro sem considerar que, “do lado de lá”, existiam diversos povos com culturas igualmente diversas que não podem ser simplesmente apagadas.

Abordar o tema da expansão cultural de Roma nos conduz diretamente às discussões sobre o conceito de romanização e seus limites. Foi a partir desse conceito que os historiadores tentaram entender o processo a partir do qual as populações da *oikoumene* aderiram ao modo de vida romano. Dois problemas envolvendo o conceito de romanização são centrais para a nossa discussão: a romanização não implica em um processo de homogeneização cultural, ou seja, o grau de adesão, bem como o grau de abandono dos costumes nativos são variáveis ao longo do espaço; e, a noção dividida entre gregos e romanos de que o legado da cultura helênica conferia a esses povos um lugar particular na *oikoumene* e, portanto, não poderia ser submetida a mesma política imperial das demais regiões. A alegação de Horácio - de que a Grécia conquistou o rude povo do Lácio no âmbito das artes e da cultura - é, nesse sentido, particularmente significativa, pois indica um processo na direção contrária à extensão da cultura romana sobre o mundo grego. Por fim, veremos como em um contexto histórico de dominação política romana em que o legado grego fazia parte de um passado já distante, a defesa da superioridade da cultura helênica foi um meio pelo qual autores como Estrabão buscaram reafirmar a identidade grega e garantir um lugar de destaque para essa cultura e seus representantes dentro da nova configuração política do

mundo habitado.

Segundo Norma Musco Mendes, o conceito de romanização esteve envolto em alguns problemas desde os primeiros estudos em que foi aplicado. Segundo ela, trabalhos como os de Theodor Mommsen da metade do século XIX, que tinham como pano de fundo a experiência imperial europeia, especialmente a britânica, tenderam a ver a romanização com as lentes de seu tempo, entendendo-a como um processo de progresso uniforme “cujo conceito implica na ideia de transferência de cultura, de mudança cultural por imitação, partindo-se do suposto abandono da identidade nativa pela adoção da cultura romana como um ato positivo, deliberado, que significava prazer e paz” (MENDES, N. M. 2007, p. 26). Nesse sentido, Mommsen, na *História de Roma*, concebeu o papel dos romanos como um ato legítimo de exportação de uma cultura superior para as populações ditas incultas que habitavam as regiões do mundo além de Roma (MOMMSEN, 2003, p. 97). Observa-se, em estudos como esse, o mundo dividido pela oposição “civilização - barbárie”. E mais, a romanização concebida dessa forma não só atribuiu um papel estritamente passivo na adoção da cultura romana por parte das populações conquistadas, como também fez parecer que esse processo teve como resultado a criação de uma cultura Romana homogênea. Greg Woolf acrescenta que além da experiência imperial moderna, essa perspectiva também deve seu conteúdo aos “relatos sobre o império e civilização formulados na literatura latina clássica e na arte e retórica romana durante a República tardia e o começo do Império, que os apresentaram como sancionados com a missão de civilizar os bárbaros” (WOOLF, G. 1997, p. 349).

Norma Mendes, no entanto, a partir de uma perspectiva crítica, entende o processo de forma bastante distinta, redefinindo a Romanização como

“múltiplos processos de mudanças sócio-culturais multifacetadas em termos de significados e mecanismos que teve início com o relacionamento entre os considerados padrões culturais romanos e a diversidade cultural provincial. Foram simultaneamente processos de mudanças sócio-culturais desiguais surgidos através de relacionamentos, também, desiguais entre o poder imperial dominante e os diferentes grupos sociais das comunidades submetidas” (MENDES, N. M. 2007, p. 26).

A perspectiva de Mendes procura levar em consideração que não existia um vazio cultural nas regiões conquistadas pelos romanos, e que a presença de diversas culturas nessas regiões fez do processo de romanização algo muito mais complexo do que seria a imposição

da cultura romana sobre uma folha em branco. Mendes também chama a atenção para a existência de uma série variável de relações de força que influenciaram, em medidas também variáveis, na configuração das culturas provinciais.

Greg Woolf (1997, p. 341), que foi um dos precursores e expoentes dessa perspectiva crítica aos usos do conceito de romanização, a partir dos seus estudos sobre a romanização da Gália notou que durante o processo não houve a submissão total das muitas culturas nativas à ordem cultural romana, e que em muitos aspectos persistiu uma diversidade cultural na região. Ao argumentar isso, Woolf não ignora o fato de que esse processo foi um subproduto da extensão do domínio romano, mas que seu resultado foi antes a criação de uma nova ordem cultural que alterou tanto a cultura romana quanto as nativas – muito além da simples extensão da cultura dos romanos sobre os povos da Gália. Woolf destaca a relação dos romanos com as elites locais nesse processo, uma vez que a própria nova ordem administrativa impunha a necessidade de recrutar da aristocracia local indivíduos que ajudassem com a administração. Isso forneceu, segundo Woolf, uma das precondições para as mudanças culturais que se seguiram, uma vez que existiam membros das elites locais que “queriam ingressar em uma nova ordem que os elevaria acima dos seus subordinados locais ainda mais do que antes. Essencialmente, o poder romano diferenciou os gauleses de forma a beneficiar a nova aristocracia galo-romana” (WOOLF, G. 1997, p. 346). Dessa forma, afirma Woolf, os romanos passaram a “discriminar em favor daqueles gauleses cuja confiança era evidente a partir da sua aderência aos valores romanos” (WOOLF, G. 1997, p. 346), criando um novo grupo social que se destacava entre os nativos em uma posição garantida pelo próprio poder romano.

Por se tratar de um processo paralelo à conquista e dominação, é evidente que essa elite local teve seu leque de escolhas reduzido, e os romanos de fato impuseram algumas interdições culturais como por exemplo ao sacrifício humano e às guerras entre as tribos, mas, ainda assim, conforme Woolf, essas elites tinham ainda um certo grau de liberdade nas suas escolhas culturais, mas os benefícios ganhos com a aderência aos costumes romanos influenciavam fortemente nessas escolhas:

“Era possível escolher de forma insensata”, isto é, manter os costumes originários, mas, continua Woolf, “as recompensas de uma escolha sábia (uma educação clássica, novas formas de comer, novos padrões de higiene, a construção de edifícios em estilo romano) eram significativas” (WOOLF, G. 1997, p. 346)

O que é importante destacar das considerações de Woolf e Mendes, feitas com base sobretudo na análise das fontes da cultura material, é que falar em romanização não implica falar em um processo de imposição pela força de toda uma ordem cultural e muito menos da criação de um mundo culturalmente homogêneo. As particularidades locais tiveram certa margem para não só continuar existindo, como também para participar ativamente na construção dessa nova ordem cultural, dada por exemplo a integração dessa elite local em Roma. E, certamente, podemos supor que a natureza do processo de romanização, entendida nesses termos, deve ter sido diferente em cada região do Império, variando de acordo com os interesses dos romanos nas regiões, com a natureza das culturas locais, bem como com o grau de adesão por parte dos mais diversos representantes nativos do poder local à cultura romana. Se por um lado, em muitos lugares o poder romano havia sido imposto pela força ou alcançado pelo reconhecimento desse poder por parte dos locais, por outro lado, nos parece pouco provável que tal afirmação possa ser feita no que diz respeito às culturas, sendo possível identificar uma certa margem de negociações e assimilações recíprocas bastante variáveis que tiveram como resultado a criação de um mundo cultural sem o mesmo grau de unidade que observamos na integração política e administrativa do Império.

No entanto, também é importante destacar que reconhecer o papel das populações nativas no processo de romanização não implica em negar o fato de ser um processo resultante da relação entre conquistador e conquistado, de modo que existiam relações de força desiguais, e as contribuições dos nativos das regiões conquistadas, bem como os traços culturais que sobreviveram ao processo, com a notável exceção dos gregos, não eram maiores do que a influência exercida por Roma. O próprio fato de os romanos, como afirma Woolf, elevarem setores das elites locais com base na sua adesão à cultura romana pode ser entendido como um mecanismo pelo qual Roma impulsionou e promoveu as mudanças culturais no processo de romanização integrando culturalmente esses povos ao Império. Mas, mesmo que essas mudanças culturais tenham sido orientadas de cima, desde o poder romano, elas não tiveram como consequência a produção de um mundo culturalmente homogêneo. Isso se deve ao fato de que os romanos não podiam dar uma mesma resposta diante da grande diversidade cultural existente em toda extensão da *oikoumene*, e nem mesmo esperar uma resposta igual de cada grupo dominado. Neville Morley (2010) argumenta que é possível identificar um grande número de processos de mudanças sociais e culturais que operaram em maior ou

menor grau em todas as partes do Império Romano. Segundo ele, os efeitos desse processo foram muito variados “dependendo de, entre outras coisas, as estruturas das sociedades antes da conquista, a maneira que a região foi incorporada ao Império, os recursos da região, sua localização e o envolvimento em redes maiores de comércio, migração e comunicação” (MORLEY, N. 2010, p. 115).

Além disso, a ação dos romanos também variava de acordo com a avaliação que faziam de cada grupo cultural a partir de alguns critérios vinculados ao conceito de *humanitas*. Segundo Woolf (1997), a *humanitas* foi o que forneceu aos romanos as lentes a partir das quais eles observaram os outros povos. E é também a partir desse conceito que se explica as diferenças da romanização entre os povos de cultura grega e as demais culturas. Pois, de acordo com Jose Van den Basselaar (1965), podemos definir a *humanitas* como a síntese produzida pelos romanos a partir da cultura grega. Trata-se, portanto, do aprendizado de alguns valores helênicos que foram assimilados ao longo dos anos de contato entre as duas culturas, e a origem grega desses valores foi o que garantiu a eles um lugar especial no processo de romanização, ao mesmo tempo em que forneceu os critérios pelos quais os romanos avaliaram os grupos culturais que integravam o Império. Segundo Basselaar, desde os tempos mais remotos os romanos receberam algum grau de influência grega, expressa por exemplo pelo alfabeto e o primeiro código de leis romanas. Essa influência se fez crescer durante o processo histórico com o contato entre Roma e as colônias gregas estabelecidas na península Itálica, mas foi só depois da Segunda Guerra Púnica que esse contato foi feito diretamente entre os romanos e o “velho continente grego”, tendo como consequência, conforme o historiador, o seguinte: “a Grécia perdeu a independência política, ficando reduzida à categoria de uma província romana, e Roma, senhora da *oikoumene*, foi se transformando numa metrópole helênica” (BASSELAAR, J. V. 1965, p. 266). O autor menciona que durante esse processo existiram três reações diferentes entre os romanos a esse contato com a cultura grega:

“a assimilação fácil, comodista e superficial; o repúdio global; e a aprendizagem lenta e paciente da nova cultura. [...] A primeira foi estéril por negar o valor das origens próprias; a segunda foi-o por não reconhecer a possibilidade dum enriquecimento mediante uma contribuição vinda de fora; a terceira [e mais fecunda] foi uma tentativa de síntese, que havia de frutificar nas obras da época clássica” (BASSELAAR, J. V. 1965, p. 266).

Basselaar comenta que para aqueles que se opunham à adoção da cultura grega, essa cultura era vista como a responsável pela decadência dos valores tradicionais romanos, o *mos maiorum*. Essa oposição, no entanto, não impediu a penetração da cultura helênica em Roma, pois existiam, conforme o autor, “pessoas seriamente empenhadas em abrir-se aos novos valores culturais sem perderem de vista o que a antiga tradição tinha de mais valioso” (BASSELAAR, J. V. 1965, p. 272). Tratava-se, de acordo com Basselaar, de um esforço por parte dos romanos para harmonizar o que viam de benéfico na cultura grega com o que era indispensável na sua própria cultura ancestral. O resultado foi que tanto a adoção comodista quanto a oposição incondicional à cultura grega não vingaram frutos, e a síntese da *humanitas* foi realizada na medida em que alguns valores helênicos puderam ser incorporados entre os romanos sem que isso representasse um ultraje aos seus valores tradicionais. Alguns desses valores do mundo grego que encontraram terreno fértil em Roma foram a *philanthropia*, que consistia em uma atitude mais relativista com relação aos seres humanos em geral; e a *paideia*, que indicava uma direção à formação intelectual humana com um certo grau de desinteresse utilitário, abrindo aos romanos o caminho para as chamadas *artes liberales* como a filosofia, poesia, artes em geral e as ciências.

Susana Morton Braund (1997), uma outra estudiosa do conceito, defende que embora a *humanitas* possa nos sugerir uma inclinação ao humanismo abrangente no sentido moderno, entre os romanos ela foi muito mais uma ferramenta de exclusão usada para distinguir entre um “nós” e um “eles”. Pois, se por um lado a *humanitas* pode indicar as características comuns entre toda humanidade, na prática ela foi usada entre os romanos para distinguir entre os grupos humanos aqueles que possuíam mais ou menos características relativas à *humanitas*. Dessa forma, com base nas ideias da *humanitas*, os romanos puderam medir em uma “escala de humanidade” construída entre dois pólos, o plenamente humano e o bestial, os grupos que possuíam práticas culturais garantidoras - ou não - da *humanitas*. Segundo Braund, nesse sentido “uma categoria de humanos é diferenciada de uma outra rotulando um grupo como ‘bestial’ ou ‘selvagem’ e o outro como ‘civilizado’”. Isso foi frequentemente expresso evocando uma outra antítese entre ‘barbaridade’ e ‘civilização’” (BRAUND, S. M. 1997, p. 20).

Chegamos aqui a um ponto em que podemos entender que a romanização, amparada e justificada pela *humanitas*, pode ser conceitualmente orientada para duas direções: entre os gregos e os “outros”. Pois se os gregos já eram considerados portadores da *humanitas*, e,

portanto, dispensavam a necessidade de uma política “civilizatória”, o mesmo não acontecia entre os povos tidos como “incultos”, isto é, aqueles que não possuíam práticas culturais garantidoras da *humanitas*. Cabia aos romanos, então, introduzir essas práticas, integrando-os também culturalmente ao Império e alterando significativamente a identidade desses povos. Segundo Greg Woolf, ao conceber a *humanitas* como um bem absoluto que poderia ser adquirido por qualquer um, os romanos encontraram nessa ideia uma “justificativa retrospectiva para a conquista romana: a expansão da *humanitas* pelo mundo foi sustentada como uma consequência do poder ilimitado de Roma” (WOOLF, G. 1997, p. 15).

No entanto, mesmo com o reconhecimento dos Gregos como os portadores originários da *humanitas*, e, portanto, não sendo justificável a sua conquista nos mesmos termos em que estava sendo justificada nas outras partes da *oikoumene*, ainda assim os romanos os conquistaram, e com um argumento também baseado pela noção de *humanitas*. Pois, segundo Woolf (1997, p. 16), para os romanos o mundo grego era apenas uma sombra do que havia sido no seu passado. Não compartilhando das mesmas virtudes morais dos romanos, foram corrompidos pelos seus vícios, de modo que cabia ao povo latino garantir que as conquistas do passado grego não fossem perdidas no presente. Neville Morley (2010, p. 122) também argumenta que o poder romano se estabeleceu de forma muito diferente entre o mundo da cultura grega. Para ele, isso aconteceu devido ao respeito prestado pelos romanos ao passado grego. Segundo Susan Alcock (1993), isso revela uma postura ambivalente dos romanos com relação aos gregos, pois se por um lado eles tinham uma certa percepção de estar lidando com a região que originou uma cultura que lhes causava grande admiração e que deveria ser respeitada e glorificada pelo seu passado, os romanos também aproveitaram a situação para reafirmar as qualidades de seus valores tradicionais e o triunfo do *mos maiorum*. Ainda mais, para a autora, essa situação permitiu aos romanos “definir a si mesmos em oposição aos rivais derrotados, e distinguir a si mesmos de um poder caído” (ALCOCK, S. 1993, p. 28)

Dessa forma, a elite romana concebeu a si própria como guardiã da *humanitas* dos gregos e promotora dela nas outras partes do mundo. Portanto, se por um lado a presença dos romanos nas províncias de cultura não helênica promovia mudanças culturais que convergiam para a promoção da cultura romana, e consequentemente, para a formação de uma identidade romana provincial, como o caso dos Turdetanos mencionados anteriormente, esta mesma presença nas regiões helênicas não alterou de maneira significativa a identidade dos gregos. Se Estrabão (Geografia. III. 2. 15) pôde atestar que a presença romana na Ibéria estava prestes

a transformar os turdetanos em completamente romanos (*pantes einai Rhomaioi*), ele jamais concebeu a si próprio como romano, apesar de ser um súdito do Império.

Greg Woolf argumenta que isso aconteceu porque, entre as mudanças culturais resultantes da dominação romana, como por exemplo as arenas de gladiadores e os banhos públicos, nenhuma delas implicou no abandono de práticas decisivas para a definição da identidade grega:

“Ao valorizar o passado grego e permitir a língua grega operar como oficial os romanos não fizeram nenhuma ofensiva contra as características centrais definidoras do helenismo. Por outro lado, a diversidade e a flexibilidade do helenismo permitiram aos gregos aceitar mudanças tanto na cultura material como na vida política de suas cidades sem ver nisso algum problema para sua identidade” (WOOLF, Greg, 1994, p. 131).

De acordo com Peter Brunt (1990), nos locais onde a língua grega era o padrão da comunicação cultural, administrativa e do comércio, os romanos não só não impuseram a língua latina como aderiram eles próprios a língua local:

“grego permaneceu a sendo a língua com a qual Roma se comunicou com seus súditos, e os gregos raramente aprenderam o latim, exceto alguns poucos que ingressaram no exército ou na administração imperial; quanto aos méritos literários da língua latina, usualmente eles estiveram satisfeitos em ser ignorantes” (BRUNT, P. 1990, p. 269).

Ou seja, independentemente da condição de subordinado político do Império Romano, os gregos permaneceram gregos, sobretudo porque além de seu passado ter produzido admiração e respeito entre os romanos, e por esse motivo não ter sido alvo de políticas contundentes para promoção de mudanças culturais, a identidade grega se manteve justamente sobre esses aspectos culturais que foram preservados, de modo que podemos argumentar que a identidade grega no momento da dominação romana não tinha como princípio definidor a pertença a um grupo étnico ou político, mas sim práticas culturais em comum que, neste momento, eram vistas como um reflexo de um passado áureo da cultura grega.

Nesse sentido, Emilio Gabba (1982, p. 52-53) entendeu o chamado “renascimento do classicismo literário”, movimento proposto por intelectuais gregos do período Augustano para reavivar os modelos literários e retóricos em particular, e a cultura grega clássica do século IV a.C. em geral, como um movimento que por um lado significava a aceitação da dominação

política de Roma não só como irreversível, mas também como algo positivo que criava as condições para uma nova aurora dessa cultura; enquanto que por outro lado, esse mesmo movimento reafirmava a supremacia cultural grega dentro da estrutura do Império. Ou seja, a subordinação ao poder romano não só não implicou na diminuição de um senso de identidade grega, como deu as condições para que esses intelectuais buscassem no passado grego a reafirmação da sua identidade através da cultura. Para Susan Alcock (1993, p. 17), esse foi o meio que os intelectuais gregos encontraram para redefinir seu próprio lugar sob o poder romano. Daniela Dueck (2000, p. 130) menciona que nas últimas décadas da República surgiram muitos intelectuais gregos que ensinavam filosofia, retórica e gramática aos aristocratas romanos, e que esse fenômeno floresceu ainda mais nos tempos de Augusto, sendo possível identificar uma ampla rede de intelectuais gregos em Roma, e que muitos desses como Dionísio de Halicarnasso, Timagenes de Alexandria, Nicolau de Damasco e Estrabão escreveram sobre o poder romano e Augusto, mas que todos os quatro demonstraram um “orgulho grego, escrevendo em grego e para uma audiência grega, e expressando ideias e mensagens a partir de uma orientação grega” (DUECK, D. 2000, p. 136).

Dionísio de Halicarnasso nos deu um dos exemplos mais emblemáticos ao apresentar a origem dos romanos ligada aos gregos na sua obra *Antiguidades Romanas*. Seu objetivo alegado era se contrapor a uma ideia corrente entre os gregos de que a origem de Roma foi a partir de “diversos vagantes sem casa, bárbaros e até mesmo homens que não eram livres, e que chegou à conquista do mundo não através da reverência aos deuses, justiça ou outras virtudes, mas através de alguma injustiça da Fortuna” (A. R. I. 4). Para isso, Dionísio se engajou em “provar que eles [os fundadores de Roma] eram gregos” (A. R. I. 5).

Através de uma análise crítica de diversos autores que lidaram com a origem dos romanos, Dionísio situou a história da povoação da região que viria a se tornar Roma dentro de uma linha do tempo bastante longa, remontando a muitas gerações antes da guerra de Tróia. Segundo o autor, inicialmente a região era habitada por um povo bárbaro e nativo chamado de sikel. Após um longo processo de guerras eles perderam seu território para os aborígenes, que foram ajudados nessa guerra pelos pelasgos (A. R. I. 9-17). Essas guerras marcaram, segundo Dionísio, o início da presença grega na região, pois, de acordo com seu argumento, os aborígenes foram um povo de origem grega, especificamente da região da Arcádia; enquanto que os pelasgos vieram da Tessália. O historiador ainda argumenta que a ajuda dos pelasgos só foi aceita pelos aborígenes devido à ancestralidade grega comum (A. R.

I. 17).

Dionísio comenta ainda sobre uma outra expedição grega que chegou à região, duas gerações antes da guerra de Tróia, liderada por Evandro, de origem da cidade de Pallantium, na Arcádia. Esta expedição foi muito bem recebida por Faunus, líder dos aborígenes, que deu as porções de suas terras solicitadas por Evandro, este que aconselhado pela ninfa Themis, sua mãe, “escolheu uma colina não muito longe do [rio] Tibre, que hoje está próxima do meio da cidade de Roma, e nessa colina construiu uma pequena vila suficiente para acolher as duas naus em que vieram da Grécia” (A. R. I. 31). A vila recebeu o mesmo nome da sua cidade de origem, Pallantium. Dionísio ainda acrescenta que alguns dos companheiros de Hércules, enquanto voltavam de uma expedição na Espanha, se estabeleceram na região, fundando uma cidade na colina do Capitólio (A. R. I. 33), e que uma grande região foi unificada e passou a se chamar Itália a partir do reinado de Italo, um rei de origem grega (A. R. I. 35).

Dentro desse longo passado de ocupação grega, Dionísio também inseriu Enéias, que recebeu o reino do rei Latinus após este morrer em guerra sem deixar um herdeiro (A. R. I. 43). Dionísio também defende que Enéias e os troianos eram gregos (A. R. I. 61-62). Toda essa longa história brevemente resumida aqui converge, enfim, segundo Dionísio, para a fundação de Roma dezesseis gerações após a queda de Tróia, quando os troianos, após se estabelecerem na região, se juntaram com os aborígenes, mudaram o nome de seu povo para latinos, fundaram algumas cidades como Lavinium e Alba, por fim enviaram uma colônia ao Pallantium, fundado antigamente por Evandro, e ao Capitólio, onde os primeiros gregos que deram origem a Roma se fixaram. Lá, os troianos se estabeleceram e cercaram o Pallantium com um muro, dando a forma de uma cidade. Essa colônia eles chamaram de Roma, por causa de Rômulo, que foi o líder da colônia, décimo sétimo descendente de Enéias” (A. R. I. 45).

Trata-se, como vimos, de uma longa história que remonta um passado muito distante e que se confunde com um passado mítico. Dionísio inseriu a fundação de Roma dentro do passado remoto das migrações gregas. Dessa forma, mais do que aceitar o poder romano a partir de uma perspectiva grega, situou esse poder dentro da própria história dos gregos. Assim, para Dionísio, a cidade de Roma, que veio a se tornar o centro a partir de onde todo o mundo - inclusive o mundo grego - havia sido subjugado, deve à sua origem grega a superioridade sobre sua vizinhança, afinal, para ele, não só foram os gregos que expulsaram os primeiros habitantes bárbaros da região, como também deram início à linhagem dos romanos e à própria cidade de Roma.

A análise de Emilio Gabba gira em torno principalmente de Dionísio, mas o historiador também inclui Estrabão dentro do leque de autores gregos que promoveram essa visão da superioridade cultural grega, conciliando-a com a condição presente de subordinação política. A *Geografia* de Estrabão nos permite ver com clareza essa ambivalência alegada do mundo grego, que de um lado possuía uma cultura superior, enquanto que de outro era um mundo em decadência que aceita a dominação de Roma e entende as mudanças culturais promovidas pelos romanos no restante do mundo como algo positivo, mas dentro de uma esteira cronológica que tem origem helênica. Em sua visão geral sobre o continente Europeu, Estrabão descreveu que existia uma combinação em equilíbrio entre planícies e montanhas - as primeiras, terras prósperas (*eudaimoni khorai*) e pacíficas; as segundas, pobres e conflituosas -que permite uma relação de mutualismo que consiste na assistência com armas de um lado, e com produtos, artes e formação de caráter do outro (*karpōis kai tekhnais kai ethopoiiais*). O resultado geral dessa combinação é que, segundo Estrabão, a maioria vive em paz, prevalecendo sobre os outros “assistidos por aqueles que estão no controle: antes os gregos, depois os macedônios e finalmente os romanos” (II. 5. 26). Estrabão expõe, ainda, uma parte do que poderíamos chamar de uma *teoria da civilização*, isto é, o que, na sua concepção, faz com que determinado grupo seja definido como mais ou menos “civilizado”. As condições topográficas influenciam, mas não determinam essa situação, afinal os próprios gregos, “que ocupavam montanhas e rochas, viveram bem (*oikoun kalos*), porque através de uma visão antecipada (*pronoia*) eles tiveram governo, artes e sabedoria sobre a vida” (II. 5. 26). Além disso, para Estrabão, esse modo de vida poderia ser adquirido pelo contato com outros povos, e nesse sentido os romanos foram verdadeiros “agentes civilizatórios”, pois conquistaram muitos povos que eram

“selvagens por natureza (*physin anemera*) por causa das hostilidade de suas regiões, que tinham poucos portos, frio ou outra condição que dificulta a habitação, e conectaram eles com outros que também estavam isolados, ensinando ao mais selvagens a viver politicamente (*tous agrioterous politikos zen edidaksan*)” (II. 5. 26)

Estrabão reconhece o papel, cronologicamente ordenado, primeiro dos gregos, depois dos macedônios e por últimos dos romanos como responsáveis por garantir a paz e o equilíbrio civilizacional entre os povos beligerantes que habitavam as regiões mais ásperas e os povos mais dóceis das regiões amenas. Além disso, confere aos gregos o mérito de

desenvolver um bom modo de viver apesar das condições ásperas de sua terra rochosa e montanhosa. Mas no presente, os romanos eram os responsáveis por levar esse modo de viver bem a outros povos que não tiveram a mesma *pronoia* do gênio grego. O protagonismo dos gregos, na visão de Estrabão, ficou no passado, dando lugar aos romanos, mas a substituição dos protagonistas não afetou o vigor da cultura helênica no presente. Nesse sentido, a descrição da cidade de Massália (IV. 1. 4-5) é bastante interessante: fundada a Oeste da Itália, na chamada Céltica Transalpina, por gregos da cidade de Fócea, Massália atingiu tamanho notável e se orientou politicamente através de um regime aristocrático bem organizado; os gregos cultivavam nessa região as vinhas e as oliveiras, mas a aridez não permitia o cultivo de trigo, de modo que recorriam também aos recursos do mar. Os romanos ajudaram os massaliotas a terminar de expulsar os nativos da região, e iniciaram um processo civilizacional que fez com que os nativos abandonassem a guerra e comesçassem a se dedicar à agricultura e às atividades urbanas. Desse modo, Massália pôde se tornar um centro de cultura grega importante na região, pois segundo Estrabão,

“todos os cidadãos de boa posição têm se dedicado à oratória e à filosofia, de modo que a cidade, que há pouco tempo se tornou uma escola para os bárbaros, instruindo os galatos ao filo helenismo ao ponto de eles escreverem contratos em grego, e hoje tem levado até os mais distintos romanos que estão se instruindo a viajar ali para estudar em vez de Atenas” (IV. 1. 5).

O protagonismo dos gregos que ficou no passado pode ser entendido como o ato de fundar colônias como Massália ao longo do Mediterrâneo. Mas Massalia só conseguiu atingir a posição que gozava nos tempos de Estrabão a partir da ajuda dos romanos, que, como vimos, na perspectiva do geógrafo, são os continuadores da ação dos gregos e dos macedônios. Finda, no entanto, a ação dos romanos, foi a cultura grega que se sobrepôs e atraiu tanto os nativos quanto os próprios romanos.

O caso de Massália é bastante emblemático para a questão aqui levantada: a ambiguidade do mundo grego entre a decadência política e a sobrevivência de uma cultura vigorosa. Não temos dúvida de que o mundo apresentado na *Geografia* por Estrabão é um recorte operado pelo autor, que escolheu, de Massália, destacar dentre algumas coisas a sua origem grega - junto com os cultos e práticas econômicas gregas -, o papel dos romanos em seu desenvolvimento e o florescimento de um grande centro de cultura grega capaz de atrair romanos e nativos. Não se trata apenas de uma identidade grega intocada pelo processo de

romanização, mas também de uma consciência acerca da superioridade dessa cultura que, mais do que resistir à dominação cultural, se impôs sobre seu feroz conquistador, para retomar as palavras de Horácio.

Mas essa conquista só se deu no âmbito da cultura. Estrabão entendeu que a configuração política do mundo grego em seu tempo já não possuía uma imagem vigorosa. A própria Massália, importante centro da cultura grega, não teve o vigor necessário para, sem a ajuda militar dos romanos, se impor totalmente sobre os nativos. Segundo Edward Dandrow, o mundo grego no presente descrito por Estrabão está repleto de ruínas, decadência, isolamento e “barbarização”. A longa história de migrações, bem como as mudanças políticas e administrativas e a mistura entre as tribos teriam, para o geógrafo, afetado “as cidades gregas e resultaram em uma paisagem definida pela *ekleipsis* [deserção] e *oliganthropia* [depopulação]” (DANDROW, E. 2015, p. 439). No entanto, segundo o autor, Estrabão não considera isso um grande problema para a manutenção da identidade grega. Maior problema seria o esquecimento, pois, para ele os “gregos se distinguem dos outros pela lembrança de quem eles são - suas origens, bem como os costumes comuns dos gregos” (DANDROW, E. 2015, p. 349).

Por isso que, mesmo vendo a si mesmo como súdito romano, Estrabão escolheu por escrever em grego a partir de um referencial grego; escrever a *Geografia* pode ser entendido, nesse sentido, como um ato de relembrar o que de mais valioso tinha na herança grega: a sua cultura. Suas principais fontes e referências intelectuais - Homero, Políbio, Posidônio e Eratóstenes - são gregas. Estrabão demonstrou muito pouco interesse pelos intelectuais romanos, e alegou que os historiadores romanos não conseguiam ir além do conhecimento estabelecido pela tradição intelectual grega:

“Os historiadores romanos imitam os gregos, e não levam muito adiante sua imitação, pois o que dizem traduzem dos gregos sem demonstrar um grande interesse por novos conhecimentos, de modo que sempre que existe um vazio de informação por parte dos gregos não é com muito que completam os romanos” (III. 4. 19).

Johannes Engels notou que todos os intelectuais considerados *andres endoksoi* [homens de alta reputação] por Estrabão fazem parte da comunidade cultural Grega e, mesmo quando estes intelectuais viveram e ensinaram em Roma, eles são mencionados com relação às suas terras natais, com a grande maioria sendo de origem das cidades gregas da Ásia

Menor. Estrabão também omitiu grandes poetas latinos como Virgílio e Horácio, e o único poeta latino que foi incluído entre os *andres endoksoi* foi Enio de Rudia, que Engels comenta que foi descrito por Suetônio como “semi-grego”, fato que talvez ajude a explicar sua aparição na obra (ENGELS, J. 2005, p. 131). Para Engels, dessa forma Estrabão demonstra seu “orgulho pessoal pela tradição cultural grega e pelas cidades da Ásia Menor como centros onde floresceram a educação e a civilização helenística. E reivindica para os cidadãos proeminentes dessas cidades um lugar apropriado às suas reputações dentro do Império de Augusto” (ENGELS, J. 2005, p. 137-138).

A apologia homérica feita por Estrabão no primeiro livro da *Geografia* também pode ser entendida em termos semelhantes. Segundo William Kahles (KAHLES, W. 1976, p. 207-212), ao longo da *Geografia*, Estrabão citou Homero diversas vezes como fonte confiável de conhecimento histórico e geográfico, além de ter se aprofundado em uma longa discussão sobre as maneiras corretas de se interpretar o poeta, defendendo valor de sua poesia, tanto o estético quanto relacionado aos seus conhecimentos. A explicação de Kahles para esse fenômeno é que Estrabão concebeu Homero como uma autoridade geográfica capaz de fornecer informações úteis para os propósitos da *Geografia*, mas que o uso dessas informações não poderia ser feito sem que antes fosse discutida toda a problemática homérica. No entanto, outras explicações também foram feitas. Mais recentemente, Lawrence Kim argumentou que a apologia homérica de Estrabão foi, na verdade, uma defesa da cultura grega, pois ao ver Homero como uma pessoa real com as qualidades próprias de um intelectual muito estimado cujo conhecimento, embora antigo, ainda era relevante devido a sua precisão, Estrabão conferiu “um senso de relevância e importância às tradições da cultura grega e ao passado grego para o nascente Império Romano” (KIM, L. 2010, p. 84). Trata-se, portanto, de uma discussão que nasce da preocupação do geógrafo sobre o lugar dos gregos e o valor de ser grego nesse mundo de grandes transformações. Homero, tendo sido a base comum da educação grega, era sinônimo da própria cultura e identidade grega. Defendê-lo, nesse sentido, era mais do que defender uma posição intelectual. O vigor alegado da poesia homérica representava o vigor da própria cultura grega.

A orientação helênica de Estrabão pode ser entendida, dessa forma, como um gesto que, através da memória da cultura Grega, proclama a superioridade cultural deste mundo; e sua persistência no presente entendida como um gesto de reafirmação da sua identidade, reivindicando um lugar especial para a cultura grega e seus representantes dentro da ordem

romana. Se gregos como Estrabão aceitaram a imposição da ordem política e administrativa não só como irreversível e irresistível, mas também como um ato positivo, eles buscaram, por outro lado, usar as armas da cultura para manter viva a tradição helênica e para reivindicar um lugar de destaque dentro da nova realidade política que Roma estava criando sobre a *oikoumene*.

CAPÍTULO 2: A *paideia* de Estrabão

2.1. Geografia e a *polymatheia* necessária

Na abertura de sua obra, Estrabão argumenta que a geografia é uma atividade própria do filósofo (I. 1. 1). Nos parece pouco provável que com o termo *philosophos* o autor quis se referir ao que atualmente entendemos como o indivíduo que se dedica ao estudo da disciplina filosófica. Duane Roller (2014) optou por traduzir o termo por *scholar*, que pode ser bem traduzido na Língua Portuguesa por erudito, estudioso, sábio e intelectual. Algumas outras traduções preservaram o termo filósofo, como a feita por Horace L. Jones em 1916 e a de H. C. Hamilton e W. Falconer de 1903 em Língua Inglesa; e a de J. L. García Ramón e J. García Blanco de 1991 na Língua Espanhola. Roller parece ter percebido a possível ambiguidade do termo para um leitor no século XXI que pode entendê-lo como restrito a indivíduos localizados dentro do moderno campo disciplinar da filosofia. De fato, *philosophos* pode, também, ser traduzido por “aquele que ama o saber, o conhecimento, que ama as coisas do espírito; homem instruído”, dando ao termo uma conotação ampla que não indica filiação a um campo disciplinar específico.

A justificativa que Estrabão usou para sustentar sua posição comprova o uso de um significado amplo atribuído ao termo *philosophos*, pois entre aqueles que se dedicaram ao estudo da geografia, todos eles *andres philosophoi* - *learned men* na tradução de Roller - o geógrafo citou como exemplo “Homero, Anaximandro de Mileto e seu concidadão Hecateu, bem como Demócrito, Eudoxo, Dicearco, Éforo e alguns outros; além dos que os sucederam, como Eratóstenes, Políbio e Posidônio” (I. 1. 1). Filósofo, poeta, historiador e geógrafo são títulos que hoje frequentemente rotulam alguns desses nomes, mas essa distinção, feita com base na análise da parcela dos trabalhos que sobreviveram desses autores, traz consigo a noção moderna de fronteiras bem definidas entre as disciplinas. Políbio e Éforo podem ser chamados de historiadores, assim como Anaximandro aparece nas apostilas de Filosofia, mas isso responde muito mais a uma necessidade contemporânea de categorização do que a uma preocupação dos antigos. Tais fronteiras não existiam de forma tão nítida na Antiguidade.

Por esse motivo que Estrabão pôde classificar todos esses nomes que escreveram tratados sobre os mais variados temas como *philosophoi*. Trata-se de uma categoria capaz de abarcar todos que se destacam pelo saber e pela instrução. Mas o argumento de Estrabão vai

além. Não foi, para ele, por um acaso que os que se dedicaram à geografia foram *philosophoi*, pois a *philosophia*, entendida como essa qualidade de possuir uma orientação ao saber, é para ele um pré-requisito para a geografia:

“a ampla instrução [*polymatheia*], única coisa que faz com que um trabalho como esse seja possível, é alcançada apenas por aqueles que cuidadosamente examinam tanto os assuntos humanos quanto os assuntos divinos, conhecimentos que, como é dito, constituem a *philosophia*. Portanto, sendo assim tão diversa [*poikile*], a geografia é útil tanto à atividade política e dos comandantes, quanto para a compreensão dos céus e das coisas da terra e do mar (animais, plantas e frutas, e tudo que pode ser visto em cada lugar), e requer o mesmo tipo de homem: aquele que reflete sobre a arte da vida e a felicidade” (I. 1. 1).

Nessa passagem, Estrabão apresenta a noção de *polymatheia*. É essa noção que nos permite explicar o que precisamente o geógrafo quis dizer com *philosophos* nesse contexto - a noção mais abrangente de orientação à ampla instrução ao invés da ideia do indivíduo que se dedica à lógica e epistemologia do que conhecemos hoje como temas clássicos da Filosofia -, e é com base na explicação desse sentido que podemos ver como a geografia pode ser entendida como uma atividade própria do *philosophos*: não porque seu campo possui uma correspondência exata com os debates filosóficos, mas sim porque não é possível se dedicar à atividade geográfica sem antes ser um *philosophos*, isto é, sem antes ter alcançado a *polymatheia*.

Ou seja, para Estrabão, a geografia é uma atividade própria do filósofo porque a *polymatheia* necessária para proceder nesse tipo de estudo que é por natureza tão diverso só pode ser alcançada por um tipo de homem, o *philosophos*, que é o homem que se orienta em direção à instrução e à sabedoria. Sem essas qualidades não se pode alcançar a *polymatheia* e, conseqüentemente, produzir um estudo geográfico. Como veremos, existe um processo histórico pelo qual a geografia antiga se tornou, assim por dizer, uma disciplina polimática, isto é, incorporou muitos saberes de outras áreas. Nosso objetivo é entender melhor quais tipos de conhecimentos constituíram historicamente essa *polymatheia*, delimitando-a melhor dentro dos interesses da geografia em geral e da *Geografia* de Estrabão em particular.

Tendo como objetivo descrever um determinado espaço, evidentemente que os geógrafos antigos tiveram que proceder através de recortes e seleções não só para determinar

quais espaços deveriam ser estudados - se a *oikoumene* ou apenas parte dela -, mas também para eleger quais informações sobre esse espaço deveriam ser registradas. É nesse sentido que a geografia pode ser definida como diversa [*poikile*], pois o geógrafo opera diretamente sobre a diversidade do mundo, e é diante dessa diversidade que a *polymatheia* aparece como necessária à geografia. L. Garcia Ramón e J. García Blanco (1991) traduziram *polymatheia* por *multiplicidad de conocimientos*, indicando que, para Estrabão, os geógrafos, para descreverem o espaço, precisam conhecer as diversas ferramentas e metodologias desenvolvidas, via de regra, em outras áreas do saber. Eles próprios, na introdução à edição espanhola que traduziram, argumentam que a geografia antiga foi “uma disciplina complexa na qual confluíram diversos tipos de saberes” (1991, p. 55). Sem os devidos conhecimentos de matemática, astronomia e geometria, por exemplo, o geógrafo não conseguiria calcular as distâncias entre os lugares, tendo que se referir à distância através de medidas de tempo como “x dias de viagem”, e também não conseguiria posicionar as regiões em questão dentro do globo.

Estrabão escreveu seu argumento sobre a relação entre a *polymatheia* e a geografia no primeiro quarto do século I d.C., mas a geografia, reconhecida como uma área do saber distinta das demais, já era praticada desde algum tempo antes. Foi Eratóstenes no século III a.C. quem, segundo Duane Roller (2015, p. 66), primeiro utilizou o termo geografia, usando-o como nome de sua obra cujos temas geográficos eram de fato centrais e discutidos a partir de uma perspectiva “polymathica”. Para Roller, dessa forma Eratóstenes fundou a disciplina geográfica. Mas não quer dizer que antes disso as discussões geográficas não despertavam interesse e levantavam debates, mas sim que antes a geografia se encontrava esparsa em obras históricas, como em Heródoto, em obras da chamada “filosofia natural” de autores como Tales de Mileto que especularam sobre a origem, natureza e forma da Terra, e mesmo nos textos literários como em Homero.

Olhando historicamente para o desenvolvimento da geografia antiga, vemos que existe um processo histórico - o qual detalharemos no decorrer do texto - em que, começando como uma atividade ligada às necessidades práticas e cotidianas de se situar e se orientar em espaços desconhecidos, a geografia incorporou diversos conhecimentos, informações e métodos de outras áreas e subdividiu-se de acordo com o escopo espacial, a forma de escrita e o tipo de abordagem. Se Estrabão optou por uma narrativa em prosa que descreve as paisagens, os animais, a topografia, as populações locais com suas leis e costumes e conta

eventos históricos relevantes, outros geógrafos optaram por limitar sua narrativa a um recorte espacial menor ou por abordar o espaço através de uma perspectiva mais “científica” do que descritiva, explorando métodos matemáticos e construindo uma imagem do espaço baseada no cálculo de distâncias e da posição no globo e formulando teorias racionais para explicar fenômenos naturais como os terremotos, cheias dos rios, movimento dos ventos ou a dinâmica das marés. Mas esse estado de maturidade do conhecimento geográfico que observamos nos tempos de Estrabão foi resultado de um longo processo de acumulação de dados empíricos, expansão do horizonte conhecido e proposição e crítica de ideias geográficas e métodos que produziram um conceito espacial do mundo que serviu de base para o desenvolvimento da geografia.

Segundo Roller, essencial para o começo da geografia foi o acúmulo de dados e informações derivados da experiência no mundo. Esses dados e informações obtidas através de "viagens motivadas por razões comerciais, políticas e militares criaram uma base de conhecimento topográfico que poderia ser usada para propósitos geográficos” (ROLLER, D. 2015, p. 13). Portanto, a expansão do horizonte do espaço conhecido desempenhou um papel fundamental no desenvolvimento da geografia, uma vez que essa expansão também deve ter significado um aumento expressivo de novas informações sobre lugares até então desconhecidos. Daniela Dueck (2012, p. 3) destacou a existência de três momentos particularmente decisivos para essa expansão na Antiguidade, sendo eles os movimentos de colonização⁹ das cidades gregas no período Arcaico, entre os séculos VIII e VI a. C; as campanhas de Alexandre no século IV a. C; e a expansão e consolidação do Império Romano, principalmente nos tempos de Augusto, mas também sob o comando dos Imperadores Cláudio e Trajano. Houve ainda uma outra expedição que aconteceu quase que simultaneamente às campanhas de Alexandre e que trouxe dados importantíssimos para o desenvolvimento da geografia. Trata-se da viagem em direção ao extremo norte do mundo feita por Píteas de Massália, cujas observações forneceram dados da maior importância para a formulação de uma concepção total do mundo bem como para a explicação de alguns fenômenos naturais.

Foram momentos em que o horizonte do mundo conhecido para gregos e romanos se

⁹Vale destacar que falar em colonização neste momento não implica em um processo semelhante aos processos de criação de colônias levadas a cabo por Portugal e Espanha no século XV e XVI. Uma diferença decisiva é que as colônias gregas possuíam autonomia política com relação às suas cidades de origem, ao passo que as colônias modernas, enquanto tiveram o status de colônia, eram dependentes de suas metrópoles.

expandiu de forma expressiva, e que impulsionou simultaneamente o conhecimento geográfico. Estrabão apontou para este fato a respeito do impacto das campanhas de Alexandre e da expansão de Roma sobre o desenvolvimento da geografia (I. 2. 1). Mas o reconhecimento desses momentos decisivos para a geografia não implica em dizer que seu desenvolvimento estacionou entre seus intervalos. Pelo contrário, Dueck (2012, p. 3) argumenta que o desenvolvimento intelectual da geografia foi constante, uma vez que os dados adquiridos nesses momentos formaram a base sobre a qual a reflexão das teorias geográficas se apoiou e se desenvolveu. Além do mais, mesmo antes desses grandes impulsos de expansão, existem sólidas evidências de que os gregos tiveram consciência do espaço em seu entorno, mesmo que dentro de um escopo reduzido a pequenas rotas comerciais e regiões próximas. Uma das evidências dessa primeira consciência geográfica são os poemas homéricos.

Existe uma posição amplamente defendida entre alguns geógrafos antigos - Estrabão e Hiparco por exemplo (I. 2. 1) -, de que Homero foi o grande precursor dos estudos geográficos. De fato, os poemas homéricos, assim como outros poemas que remontam a uma antiga tradição oral, apresentam uma certa consciência geográfica. Segundo Daniela Dueck, tanto a *Iliada* quanto a *Odisseia* preservaram “ideias de orientação espacial, detalhes de lugares reais e rotas marítimas, relatos de topônimos antigos e ecos de noções etnográficas” (DUECK, D. 2012, p. 21).

Embora geralmente se estabeleça uma data entre os séculos VIII e VII a. C. para a composição dos poemas homéricos como conhecemos hoje (JONES, P. 2016), é muito difícil precisar quais versos de fato se originaram entre essas datas e quais são de composição mais antiga. O que estudos recentes apontam é o fato de que o que hoje conhecemos como poemas homéricos é, na verdade, um estado acabado e estabelecido pelas edições críticas produzidas pelos *grammatikoi* de Alexandria no período Helenístico com base na tradição fixada em Atenas na época de Pisístrato (MOST, G. 2018, p. 168), mas que na realidade remontam a uma antiquíssima tradição de poetas orais que possuíam relativa liberdade para inventar seus versos, aos quais passaram a atribuir a autoria a um nome mítico e pan-helênico chamado Homero¹⁰. Essa situação, para os propósitos de nosso trabalho, nos dificulta a dizer a qual

¹⁰Essa hipótese é sustentada por Martin Litchfield West (1999) e Barbara Graziosi (2002). Segundo West, um grupo de rapsodos profissionais da Antiguidade, chamados de *Homeridai*, compunham poemas e atribuíam a autoria deles a um poeta, de quem eles eram herdeiros, chamado Homero, sobre quem eles próprios criavam dados biográficos. O objetivo desses rapsodos era, com isso, aumentar sua própria fama (WEST, L. M. 1999, p.

período histórico o conhecimento geográfico expresso nos versos homéricos pertence.

No entanto, independentemente de em qual período os versos homéricos foram compostos, Dueck (2012, p. 20) argumenta que ainda assim podemos estabelecer neles um ponto de início para a tradição geográfica, pois se trata da primeira evidência literária do mundo grego em que podemos observar a concepção ordenada do espaço geográfico, mesmo que diluída dentro de uma narrativa mítica em que alguns topônimos e suas características de fato correspondem com lugares reais como a Tróade e a Grécia, enquanto que outros, como a terra dos lotófagos, dos ciclopes e o submundo, ocupam um espaço na fronteira entre o real e o imaginário e que só mediante um esforço interpretativo muito grande é que foram associados com topônimos reais por alguns geógrafos, como o próprio Estrabão¹¹.

Dentre as contribuições dos poemas homéricos para a geografia vale destacar o extenso “Catálogo das Naus”, no segundo canto da *Iliada*, em que todos os comandantes Aqueus que foram para Tróia são apresentados e relacionados com o lugar de origem, bem como os Troianos em uma lista menor. Ao todo são citados 175 topônimos, vez ou outra com algum detalhe topográfico ou etnográfico ou com uma relação de algumas cidades:

“Os que eram senhores de Argos e de Tirinto amuralhada, / de Hermione de Ásina recortadas pela baía funda; / Trezena e Eionas e Epidauro cheio de vinhas, / senhores de Egina e de Mases, mancebos dos Aqueus: / deles era comandante Diomedes, excelente em auxílio, / e Estênelo, filho amado do glorioso Capaneu” (*Iliada*. II. 559-564).

Não sabemos ao certo o motivo de aparecer uma lista de topônimos tão extensa que desvia a narrativa dos acontecimentos ligados ao enredo, mas o fato é que o Catálogo estabeleceu os padrões da descrição topográfica entre os geógrafos gregos, e rendeu, no período Helenístico, tratados inteiros devotados à crítica e ao detalhamento do Catálogo homérico, como no caso de Demétrio de Scepsis que “escreveu trinta livros de comentários sobre as pouco mais do que sessenta linhas do *Catálogo dos Troianos*” (XIII. 1. 45). O conjunto de todos os topônimos arranjados em uma determinada ordem, ainda que, como

372). Graziosi não chega a ser tão específica a ponto de identificar um grupo responsável pela invenção de Homero, mas argumenta que os rapsodos em geral, por serem profissionais itinerantes e, portanto, desconhecidos, precisavam se apoiar “em um nome bem conhecido e pan-helênico, um nome que eles pudessem invocar para atrair o público para suas performances” (GRAZIOSI, B. 2002, p. 49).

¹¹Aprofundaremos esse debate no capítulo 3, em que abordaremos a postura intelectual de Estrabão com relação a Homero.

notou Estrabão, não na ordem da sequência das cidades (I. 2. 20), nos permite argumentar que desde um período antigo os gregos já possuíam uma ideia estabelecida sobre as características topográficas, políticas, demográficas e etnográficas da região o suficiente para imaginá-las dentro de uma organização determinada.

Além desse conhecimento topográfico expresso no Catálogo, é possível argumentar que os poemas homéricos também preservaram a conhecimento oriundo dos gregos sobre a situação do mundo habitado como uma porção de terra firme rodeada por todos os lados pelo Oceano, uma vez que na descrição no escudo de Aquiles forjado por Hefesto foi representado duas cidades situadas no centro, onde se passam uma série de atividades humanas, enquanto que nas bordas do escudo, em volta da terra onde estão as cidades, está representado o Oceano (Ilíada. XVIII. 468-617). Estrabão foi um dos que, com base nessa passagem, argumentou que Homero sabia que o mundo habitado era uma ilha rodeada pelo Oceano (I. 1. 7).

Se aceitarmos o argumento de Estrabão, de que ainda nos tempos de Homero existia a ideia de que o Oceano poderia ser alcançado andando em qualquer direção da *oikoumene*, podemos argumentar também que nessa época já existiam tentativas de produzir uma imagem do mundo para além do que as informações empíricas disponíveis permitiam, embora não podemos conhecer mais detalhes sobre essas primeiras tentativas que remontam a um período, como já dissemos, incerto. Essas tentativas se tornaram mais frequentes por volta do ano 600 a.C., quando o horizonte grego bem como o conjunto das informações topográficas já havia se expandido um pouco devido às viagens de colonização. Duane Roller argumenta que nessa época houve, na cidade de Mileto, uma “impressionante erupção de curiosidade intelectual” (ROLLER, D. 2015, p. 22). Dessa cidade, o autor destaca o papel de três pensadores, Tales, Anaximandro e Anaxímenes, que propuseram teorias sobre a natureza e a forma do mundo, bem como a posição da *oikoumene* nesse mundo e a explicação de alguns fenômenos naturais. Segundo Roller, Anaximandro tem atribuído a ele a primeira tentativa de produzir um mapa e identificar a localização dos seres humanos em sua superfície.

Os pitagóricos, situados na península itálica, também se destacaram pelas ideias geográficas que promoveram neste período. Segundo Roller, devido a aura mística que envolvia os pitagóricos, é muito difícil analisar as suas teorias, mas o autor destaca que foi entre eles que surgiu a primeira conclusão realmente importante a respeito da natureza esférica da terra. Roller argumenta que “existe pouca evidência de que a teoria de uma terra esférica tenha sido empiricamente embasada: a teoria era apenas um reflexo dos conceitos

pitagóricos de número, harmonia e perfeição” (ROLLER, D. 2015, p. 23).

O que esse impulso intelectual expresso pelos pensadores de Mileto, dos pitagóricos e das concepções homéricas sobre o espaço grego e sobre o Oceano nos mostra é que, entre os gregos, mesmo ainda antes de o conhecimento empírico sobre o mundo aumentar de forma significativa para além do próprio horizonte do mundo grego e de suas colônias no Egeu, na Itália e na costa Oriental do Mediterrâneo, já existiam tentativas sistemáticas de se produzir uma imagem geral e ordenada do mundo pautada em observações e teorias que não dependiam exclusivamente da informação topográfica crua. Não se tem muito conhecimento sobre os detalhes que embasaram as proposições teóricas sobre o mundo que começaram a aparecer nessa época, mas Roller (2015, p. 23) argumenta que elas têm a ver com a cosmologia, com base na observação de que conforme se desloca no espaço os fenômenos astronômicos também mudam, como a posição das estrelas, informações que devem ter circulado com frequência entre os marinheiros e eventualmente atingido outros setores da sociedade.

Deste momento até as campanhas de Alexandre no século IV a.C. poucas novas informações foram acrescentadas ao conjunto do conhecimento topográfico disponível para os gregos. Alguns avanços, no entanto, podem ser vistos, principalmente devido ao crescimento do Império Persa no Oriente que passou a ser matéria de curiosidade e preocupação entre os gregos. Roller menciona que, por volta do ano 546 a.C. os persas passaram a controlar os postos gregos na Ásia Menor, e argumenta que, independente de qual tenha sido a situação política dos gregos nesse momento, o contato com os persas impactou o conhecimento geográfico “deixando os gregos cientes da grande extensão do mundo habitado no leste” (ROLLER, D. 2015, p. 30). Outro impacto do contato com os persas foi uma expedição comissionada pelo rei persa Dario, o Grande. Segundo Heródoto (História. IV. 44. 1-3), o objetivo da expedição era conhecer o rio Indo até onde deságua no mar, e foi acompanhada por um grego, Scylax de Carianda, que foi encarregado de produzir um relatório com detalhes sobre a expedição. Roller argumenta que, por se tratar de um documento produzido a pedido do rei, ele não deve ter tido grande circulação, e que, portanto, não teve um grande impacto sobre o trabalho de futuros geógrafos, mas, ainda assim, o autor argumenta que a viagem de Scylax “fez os persas - e, portanto, em alguma medida também os gregos - conscientes sobre o Oceano Índico” (ROLLER, D. 2015, p. 31).

O resultado parcial desse acúmulo de conhecimento geográfico fez com que, ainda no

século V a.C. as informações topográficas começassem a atingir esferas cada vez mais amplas da sociedade, tornando-se assim um componente integrado na cultura grega. Esse fenômeno pode ser visto nas evidências do teatro grego que passou a incorporar a topografia de diversas regiões em suas peças. Um grande exemplo é o *Agamenon* de Ésquilo: a rainha Clitemenestra, querendo se vingar do rei Agamenon, arranhou uma série de sentinelas que, por meio de um sistema de sinais emitidos por fogueiras situadas em locais estratégicos, levariam de antemão a mensagem da queda de Tróia. Finda a guerra, as fogueiras foram acesas em cadeia até a mensagem chegar à Clitemenestra em Argos. Quando a rainha deu a notícia sobre a queda de Tróia o Corifeu a questionou qual mensageiro teria trazido a mensagem tão depressa, ao que a rainha respondeu:

“Hefesto, que mandou dos píncaros do Ida / a sua chama lúcida, vista em seguida / lá dos penhascos de Hermes, famosa Lemnos; / de lá o fogo forte foi comunicado / ao monte Atos, onde Zeus se refugia; / vencendo o interminável mar que vem depois, / levou nova fogueira a rápida mensagem / às incansáveis sentinelas no Macisto; novo sinal de chamas foi aceso logo, / muito distante das águas do Euripo; a luz / igual à de outro sol, foi vista do Messápio / por gente alerta que depressa transmitiu / a nítida mensagem vinda de tão longe / por toda infundável planície do Asopo; / nas culminâncias do Citéron nova chama / luziu como se fora lua fulgurante; / ali se iluminou a fogueira seguinte, / capaz de ser notada ainda de mais longe / e seu clarão intenso atravessou o Gorgópis; / tendo atingido, infatigável, o Egiplancto, / seguiu a chama o rumo predeterminado / e a mais brilhante das fogueiras e maior / pôde ser vista para lá do promontório / que protege a saída do golfo Sarônico; / dali partiu nova mensagem luminosa / e chegou à outra meta desejada / - o alto monte Aracne, penúltima etapa, / posto avançado atento de Argos -; finalmente, / daqui pudemos ver a luz alvissareira, / vinda diretamente da primeira chama” (Agamenon. 281-312).

Na narrativa, a rainha, responsável por posicionar cada uma das sentinelas, conhecia cada um dos pontos e sabia que a luz do fogo poderia ser vista de cada um deles. Podemos imaginar que a audiência, ou ao menos parte dela, também tinha algum grau de familiaridade com os topônimos - ou passaram a ter na medida em que esse tipo de conhecimento geográfico passou a circular, também, fora dos tratados propriamente geográficos. É muito provável que tais topônimos sejam os pontos mais altos entre Tróia e Argos, e a sua

ocorrência nos indica não só uma capacidade listá-los em sequência como também o conhecimento de alguns detalhes topográficos como montes, planícies, golfos e promontórios.

Nesse sentido, a peça *As Bacantes* de Eurípides também fornece um panorama espacial que revela uma ampla consciência do espaço geográfico. Logo na abertura da peça o deus Dionísio menciona os locais pelos quais passou antes de chegar em Tebas, local onde se passa o enredo da tragédia:

“Cruzei a Lídia e sua terra aurífera / e as planícies da Frígia eu viajei / para os ensolarados planaltos da Pérsia, / e a Bactriana com suas muitas cidades / bem defendidas por muralhas altaneiras, / e a Média, gelada durante o inverno, / e até o extremo da Arábia Feliz, / e toda a Ásia, enfim, cujo limite / são as ondas salgadas, com suas cidades / cercadas por belas muralhas, onde os gregos / se misturaram com diversas raças bárbaras” (*As Bacantes*. 17-28).

A presença de topônimos, bem como de informações geográficas circulando pelo teatro grego revelam que no século V a.C. o aumento do horizonte grego promovido pelos movimentos de migração e contato com povos como os persas fez com que o conhecimento geográfico assumisse um lugar importante na cultura grega. Mas esse novo horizonte também forneceu novas informações para as discussões propriamente geográficas e influenciou na formulação de novas teorias sobre a *oikoumene*, frequentemente baseadas nas reflexões de outras áreas. E dessa relação entre aquisição de novos dados e proposições teóricas que a geografia, como conhecemos nos tempos de Estrabão, começou a ganhar forma. Duane Roller cita os textos de Hipócrates como um exemplo desse movimento intelectual em que as reflexões geográficas intensificaram seu diálogo com outros saberes e fez surgir novas teorias. Segundo o autor, no tratado *Ares, Águas e Lugares*, Hipócrates teria investigado os efeitos do clima na saúde “contrastando os povos do mais distante norte (os Citas) com aqueles do sul (os Egípcios), portanto comparando as extremidades do mundo habitado” (ROLLER, D. 2015, p. 42). Embora, segundo Roller, o tratado de Hipócrates não estava atualizado de acordo com o conhecimento geográfico da época, ele trouxe uma inovação para a geografia que foi a de pensar como a posição no globo pode influenciar as formas de vida humana. Aos poucos a geografia começou a deixar de ser somente topográfica para incluir dentro de seu escopo outros tipos de informação.

Nesse sentido, outro marco para o desenvolvimento da geografia foi a teoria das zonas

climáticas, proposta primeiro por Parmênides de Eléia (II. 2. 2). Nessa época a experiência já havia demonstrado aos gregos que podia-se observar a existência de diferenças tanto nas condições climáticas quanto nas características naturais e humanas na medida em que se deslocasse de uma região para outra. Segundo Daniela Dueck, os gregos estabeleceram uma correlação

“entre as variações climáticas e outras variações locais, como fauna, flora e até mesmo na aparência e comportamento humano. Essa conexão foi convertida em um esquema fixo através das tentativas de conectar a posição de algumas regiões no globo com os traços humanos e naturais” (DUECK, D. 2012, p. 84).

A compreensão dessa correlação forneceu as bases para o desenvolvimento da teoria das zonas climáticas. Aliada às concepções de uma terra esférica desenvolvida no âmbito da filosofia natural¹², mais as noções de localização com base na projeção da esfera celeste e do movimento dos astros sobre a superfície da terra, bem como a compreensão das diferenças das sombras projetadas pelo Sol em diferentes latitudes, Parmênides propôs um esquema da totalidade do mundo dividido pelas zonas que, devido à diferença da incidência dos raios solares recebidas, possuíam diferenças climáticas notáveis que produziam, por sua vez, diferenças nas condições de habitação. Segundo Duane Roller (2015, p. 43), essa primeira proposta dividia o mundo em cinco zonas climáticas: duas zonas árticas, nos polos, cujas condições climáticas seriam de frio extremo, duas zonas temperadas com condições climáticas amenas, e uma zona tórrida no centro da terra, cortada pela linha do equador, onde a incidência direta dos raios solares haveriam de produzir condições climáticas extremamente quentes. A zona temperada, local onde se situava o *oikoumene*, ficava entre a zona tórrida e a zona ártica, ou seja, da mesma forma que existiam duas zonas árticas nos dois pólos da terra, imaginava-se, portanto, que existiam duas zonas temperadas separadas pela zona tórrida.

A teoria das zonas climáticas trouxe duas grandes contribuições para os estudos geográficos, embora nessa época não houvesse ainda a noção da geografia como um campo de estudo específico. Em primeiro lugar, essa teoria trouxe de forma sólida a concepção de que o mundo habitado correspondia apenas a uma porção da terra, e, da mesma forma que pressupunha uma zona habitável na porção norte do globo - que era, de fato, ocupada pela

¹² Segundo Duane Roller (2015, p. 42), Parmênides tinha relações com os pitagóricos, de quem pode ter herdado a concepção de uma terra esférica.

oikoumene -, a teoria também pressupunha uma outra zona habitável ao sul da zona tórrida. Essa concepção, no entanto, carecia de evidência empírica, e de fato, na medida em que a experiência grega e romana avançou, alguns pontos da teoria foram reformulados. Dois dos principais pensadores que ajudaram a repensar a teoria foram Políbio e Posidônio que tiveram, em seu tempo, acesso privilegiado a uma quantidade muito maior de dados empíricos (II. 2; II. 3). No entanto, o que vale destacar é que a formulação dessa teoria demonstra o grau de familiaridade com as concepções astronômicas, geométricas e matemáticas, conhecimentos utilizados para determinar as posições das zonas no globo e que viriam, desde então, a estar presente nas bases do desenvolvimento da geografia. Em segundo lugar, a teoria das zonas climáticas trouxe para o centro das preocupações geográficas as discussões etnográficas. Feita a correlação entre as variações climáticas e as variações humanas - físicas e comportamentais -, a teoria lançou também as bases para a compreensão da vida humana dentro da terra a partir de uma perspectiva geográfica.

De acordo com Duane Roller (2015, p. 46), até o próximo evento que mudaria de maneira expressiva o horizonte geográfico conhecido para o mundo grego - as expedições de Alexandre e também a viagem de Píteas - esse era o panorama geral do conhecimento geográfico. A região costeira do Mar Mediterrâneo e do Mar Negro bem como algumas regiões do interior do continente marcam as fronteiras do que era seguramente conhecido. Havia também algum conhecimento sobre o que existia para além dessas regiões, mas esse conhecimento variava muito com relação ao grau de fiabilidade. Mas mesmo diante deste conhecimento topográfico relativamente limitado emergiram diversas abordagens teóricas sobre o mundo, de modo que os que se propunham a pensar sobre o mundo encontraram na especulação filosófica e no conhecimento matemático, astronômico e geométrico, formas de se postular um conhecimento sobre o mundo além do que a experiência sensorial permitia até essa época.

Vemos, a partir daqui, que incorporando métodos e reflexões de outras áreas, o pensamento geográfico começou a ganhar a forma que Estrabão nos apresentou no começo de sua obra. Ele é diverso e se direciona aos fenômenos celestes e por tudo o que pode ser visto na terra. O conhecimento geográfico também já não dependia exclusivamente dos dados topográficos disponíveis. Vemos, portanto, como a elaboração de um conceito do mundo aos poucos passou a exigir a *polymatheia* desses precursores da geografia. Mas, de acordo com o argumento de Roller, ainda não existia a essa altura a sistematização desses conhecimentos

dentro de algo que ele chama de “disciplina de geografia”, porque os dois caminhos, teórico e topográfico, estavam sendo considerados separados: “assuntos teóricos eram da alçada dos filósofos naturais e astrônomos, e a topografia era dos marinheiros, mercadores e dos governos” (ROLLER, D. 2015, p. 46).

Segundo Roller, o primeiro grande impulso no sentido de unir as perspectivas teóricas e topográficas em um único tratado foi feito por Éforo. Foi o primeiro autor de uma história geral, conforme Políbio, mas apenas alguns fragmentos de sua obra sobreviveram. Sua obra foi escrita em um total de trinta livros, dos quais o quarto e o quinto parecem ter lidado com temas geográficos. Estrabão, inclusive, menciona que o quarto livro possuía um título próprio - *Sobre a Europa* -, o que nos sugere uma certa independência com relação ao restante do trabalho (Geografia. VII. 3. 9). Neste quarto livro, segundo Estrabão, além de uma série de detalhes etnográficos como, por exemplo, o modo de vida dos citas¹³, Éforo ofereceu uma visão panorâmica da *oikoumene*:

"Em seu tratado “*Sobre a Europa*” ele diz, dividindo as regiões dos céus e da terra em quatro partes, que os indianos ocupam as regiões em direção ao leste, os etíopes em direção ao sul, os celtas em direção ao oeste, e os citas em direção ao norte. E também diz que a Etiópia e a Cítia são as maiores, uma vez que parece que a terra dos etíopes no inverno se estende desde o nascer ao pôr do sol, e a Cítia está diretamente oposta a ela” (I. 2. 28).

A imagem geral produzida por Éforo, embora se limite à *oikoumene* - e talvez deva essa limitação à sua inserção em uma obra histórica mais preocupada com os fenômenos humanos do que o mundo físico -, nos mostra que, a partir de uma observação dos fenômenos celestes, ele produziu uma concepção do espaço terrestre. As regiões por ele mencionadas foram comumente consideradas as regiões mais remotas do mundo habitado, o que demonstra a extensão de sua visão. Mais ainda, Estrabão preservou que o argumento de Éforo sobre o tamanho da Etiópia e da Cítia foi feito com base na observação de um fenômeno astronômico. Logo, por esse motivo, Éforo foi considerado por Roller como um autor importante para o desenvolvimento da geografia. Ele foi capaz de sintetizar em apenas um tratado uma perspectiva geral sobre a *oikoumene* com dados topográficos, etnográficos e astronômicos.

¹³“Éforo, no quarto livro de sua *História*, que é intitulado “*Sobre a Europa*”, tendo passado sobre a Europa até os Citas, concluiu dizendo que existe grandes diferenças no modo de vida dos Sármatas e dos outros Citas, uma vez que enquanto alguns deles são excessivamente sombrios e canibais, outros até mesmo se absterem de comer carne de animais” (Geografia. VII. 3. 9).

Faltou a Éforo, segundo o argumento do autor, a discussão geográfica se emancipar totalmente da história e aparecer sozinha como um livro de geografia, feito que seria concretizado algum tempo depois com Eratóstenes, influenciado pelos novos dados adquiridos nas expedições de Alexandre e Píteas.

O impacto das expedições de Alexandre no conhecimento geográfico foi revolucionário, segundo Hans-Joachim Gehrke (2015). Em primeiro lugar porque essas expedições literalmente aumentaram expressivamente o horizonte conhecido para os gregos sobre o mundo habitado. Mas, tão importante quanto o aumento do horizonte foi também a orientação intelectual de Alexandre que transformou partes de sua campanha em verdadeiras expedições de investigação topográfica. O resultado, segundo Gehrke, foi que, se antes os gregos já possuíam uma determinada concepção geral sobre o mundo construída sobre bases muito mais teóricas do que empíricas, após Alexandre “as proporções entre explicação teórica e investigação empírica mudaram” (GEHRKE, H-J. 2015, p. 78).

O tamanho desse impacto foi diretamente proporcional às ambições de Alexandre. Daniela Dueck (2012, p. 12) argumenta que é muito difícil separar o fato daquilo que seriam partes das ficções nas histórias de Alexandre, mas é inquestionável que suas expedições chegaram até lugares remotos e sem precedentes na história grega. Gehrke (2015, p. 87-89), em seu estudo, aponta que nos relatos sobre Alexandre onde se questiona quais foram os motivos que definiram a extensão de suas expedições, o termo *pothos* aparece repetidamente. A palavra significa, de acordo com o Dicionário Grego-Portugues (MALHADAS, D. et al. 2009), desejo e vontade. O autor notou, também, que o mesmo termo aparece em um hino composto por Aristóteles e se refere a uma “orientação à glória alcançada através de feitos extraordinários, pela virtude, e é associado a heróis míticos como Hércules” (GEHRKE, H-J. 2015, p. 88). Se lembrarmos que Aristóteles foi instrutor de Alexandre antes de ele assumir o poder, vemos que o argumento de Gehrke aponta para a direção de que a ambição de Alexandre pode ter sido impulsionada pela influência do filósofo. Mas, mais do que a relação entre a ocorrência do termo *pothos* no hino, o autor também argumenta que dentre as lições dadas ao futuro rei da Macedônia as lições sobre o conhecimento geográfico disponível na época devem ter ocupado um lugar especial, já que se tratava da educação de um futuro rei, de modo que Alexandre deve ter conhecido ainda na juventude as concepções teóricas sobre o mundo em geral e a parte da *oikoumene* em particular.

Desse modo, Gehrke argumenta que emerge nas discussões sobre os feitos de

Alexandre um fator que explica suas ações como um impulso um tanto que irracional que o teria levado a desejar realizar feitos heróicos como alcançar e conquistar o fim do mundo habitado - mundo esse que deve ter sido apreendido a partir de suas aulas que o deixaram em dia com o conhecimento geográfico da época. No entanto, Gehrke acrescenta que embora seja muito provável que a ambição heróica de Alexandre tenha ajudado a definir o grande escopo das suas expedições, elas não foram totalmente o resultado de um impulso irracional, e segundo o autor, isso foi evidenciado pelo próprio planejamento de Alexandre que orientou suas expedições também para a coleta de informações que deve ter sido acompanhado por um processo contínuo de comparação entre a concepção teórica da *oikoumene* e as informações coletadas, além da construção de um conjunto de conhecimentos que auxiliariam na administração, comunicação e exploração de recursos do Império que Alexandre estava construindo (GEHRKE, 2016, p. 94), Império este que, com a sua morte, se dividiu em diversas monarquias helenísticas.

O fato é que independentemente de quais tenham sido suas ambições e de quais interesses possam ter orientado suas expedições, Alexandre deixou um legado que transformou todo o conhecimento geográfico. Por um lado, o conhecimento empírico aumentou significativamente, enquanto que, por outro lado, esse aumento na quantidade de informação disponível ofereceu uma base ainda mais sólida sobre a qual os futuros geógrafos propuseram suas teorias (ROLLER, D. 2015, p. 56). Estrabão, como já dissemos, demonstrou sua consciência de que essas expansões do horizonte conhecido tiveram um impacto direto sobre o conhecimento geográfico. Para ele, uma das justificativas para se escrever um trabalho de geografia era oferecer uma visão atualizada sobre o conhecimento disponível, e ele próprio alegou que fazia isso em seu tempo devido às recentes conquistas dos romanos da mesma forma que Eratóstenes fez por conta das expedições de Alexandre (I. 2. 1).

Segundo Duane Roller, nenhuma expedição anterior foi tão intensamente documentada como a de Alexandre: “existiu um grande número de relatos escritos pelos participantes [das expedições] - mais do que uma dezena é conhecido - bem como um relatório oficial” (ROLLER, D. 2015, p. 51). No entanto, apenas uma pequena parcela desses relatos chegou até nós, mediadas pelas fontes do primeiro século a. C, sendo uma delas Estrabão. O interesse de Estrabão sobre as expedições de Alexandre e sobre suas fontes foi grande, uma vez que o geógrafo alega ter discutido a fiabilidade dos relatos sobre Alexandre em outra obra:

“Todos os que escreveram sobre a Índia falaram de forma particularmente falsa, especialmente Deímaco. Depois vem Megástenes. Onesícrito, Nearco e alguns outros também fogem um pouco da verdade. Isso se tornou óbvio para mim na escrita dos *Feitos de Alexandre*¹⁴” (II. 1. 9).

Mesmo não acreditando totalmente nesses relatos, Estrabão fez uso dessas fontes em sua *Geografia* e discutiu sobre as divergências entre esses escritores sobre, por exemplo, o tamanho da Índia (XV. 1. 12), ou sobre os rios e os regimes de chuva (XV. 1. 16-18). Estrabão ainda nos ofereceu um testemunho sobre como Eratóstenes usou essas fontes. Após descrever o Golfo Pérsico de acordo com as informações de Eratóstenes, Estrabão acrescenta que

“isso, diz ele [Eratóstenes] é de acordo com Andróstenes de Tasos, que navegou com Nearco e também sozinho. Portanto, fica claro que esse mar é apenas um pouco menor que o Mar Euxino. Eratóstenes diz que Andróstenes, que navegou em torno do golfo com uma expedição, disse que depois de Teredon, tendo o continente à direita e navegando ao longo da costa, está a ilha de Ícaro, com um templo nela dedicado a Apolo e um oráculo de Tauropolos” (XVI. 3. 2).

Enquanto Alexandre expandia de forma surpreendente os horizontes do mundo conhecido aos gregos, no Leste, entre 334 e 323 a.C, Píteas de Massália fazia o mesmo em direção ao Norte. Infelizmente não possuímos muitos detalhes a respeito de sua viagem, uma vez que sua obra sobreviveu apenas através de alguns poucos fragmentos, alguns dos quais foram preservados por Estrabão, que duvidava da veracidade de suas viagens e de seus relatos¹⁵. Mas, ainda assim, sabemos que percorreu grandes distâncias em direção ao norte da Europa onde, segundo Roller,

“tomou ciência das longas noites de inverno e dias de verão nas altas latitudes. Ele também fez observações astronômicas e registrou o fenômeno das marés, algo que até essa época era pouco usual aos gregos devido à experiência limitada com o Oceano externo” (ROLLER, D. 2015, p. 49).

¹⁴Esta outra obra referida como *Hai Alexandrou praxeis* é um tema em grande disputa nos estudos sobre Estrabão. J. L. García Ramón e J. García Blanco (1991, p. 397), na nota da tradução, argumentam que não se trata de uma obra específica e sim alguns capítulos dentro dos *Comentários Históricos*. Daniela Dueck (2000, p. 69-70) aponta que os *Feitos de Alexandre* faziam parte dos *Comentários Históricos*, mas que este não foi o único livro de história escrito por Estrabão, uma vez que existem menções sobre outro que toma as *Histórias* de Políbio como ponto de partida (XI. 9. 3).

¹⁵O único que relatou sobre o Thule, Píteas, foi visto como um grande mentiroso” (I. 1. 4).

Roller (2015, p. 49-51) menciona que Píteas fez a medição de diversas latitudes a partir da determinação da altura do sol no solstício de inverno, tendo como referência essa altura no seu ponto de partida, Massália. O autor também comenta que não se sabe ao certo como esses dados foram convertidos em latitudes, mas essa foi a primeira tentativa de determinar a posição de lugares remotos em relação aos lugares conhecidos, além de ter influenciado de alguma forma a elaboração das teorias dos meridianos, provavelmente pelo fato de relacionar locais em diferentes latitudes. Roller menciona que essas tentativas de Píteas foram melhor desenvolvidas por Eratóstenes mais tarde, entre os séculos III e II a. C.

Eratóstenes certamente teve um acesso privilegiado tanto aos relatórios das expedições de Alexandre quanto às informações referentes às viagens de Píteas, uma vez que, segundo Duane Roller, ele foi chamado por Ptolomeu III para ser bibliotecário em Alexandria, de modo que “ele teve contato com essencialmente tudo o que havia sido escrito em grego, que o permitiu fazer as pesquisas que o levaram a escrever seus dois tratados de geografia: a *Medição da Terra* e a *Geografia*” (ROLLER, D. 2015, p. 66). A importância dos trabalhos de Eratóstenes para o desenvolvimento da geografia foi tão grande que o nome de seu livro deu nome à disciplina que atingiu, com ele, um novo patamar. Com base na ampla documentação disponível, Eratóstenes uniu os braços da geografia descritiva e topográfica com as teorias astronômicas e cálculos matemáticos. Uma das principais contribuições de Eratóstenes foi o desenvolvimento de um método para calcular a circunferência da Terra, que resultou em um valor bastante próximo da medida real. Daniela Dueck (2012, p. 72-73) detalhou o procedimento seguido por Eratóstenes, que partiu de alguns pressupostos como o fato de Alexandria e Syene estarem situados no mesmo meridiano; que esses dois pontos estavam separados por 5.000 *stadia*¹⁶; que durante o solstício de verão o sol se posicionava no zênite¹⁷ em Syene ao meio dia; e que em um *gnomon* (relógio de sol) em Alexandria, nesse mesmo dia, era projetada uma sombra com um ângulo de aproximadamente 1/50 de um círculo de 360°. Com base nesses dados, Eratóstenes calculou a circunferência da Terra em 250,00 *stadia*, o que, dependendo da medida que se assume para cada *stadium*, se aproxima muito dos 40.075 quilômetros que a Terra possui no Equador.

¹⁶Unidade de medida antiga baseada na medida por pés, em que 600 pés equivalia a um *stadium*. O valor dessa unidade variava muito de acordo com a região. Segundo Dueck (2012, p. 71), na Ática, por exemplo, o valor do pé correspondia a 29,6 centímetros, e um *stadium* equivalia a aproximadamente 178 metros.

¹⁷Diretamente acima do ponto em questão.

Duane Roller (2015, p. 66) argumenta que, com os cálculos de Eratóstenes, se tornou possível entender melhor a concepção do mundo como um todo, localizar a *oikoumene* dentro dele e posicionar pontos conhecidos, mesmo que entre esses pontos existisse uma grande distância e lugares ainda desconhecidos, tornando possível também a criação de uma imagem precisa do mundo, seja através de uma representação gráfica, seja por uma descrição. Um dos fragmentos transmitidos por Estrabão nos permite ver com clareza essa concepção:

“No terceiro livro da *Geografia*, após estabelecer um plano do mundo habitado, Eratóstenes o dividiu em duas partes por uma certa linha do Oeste até o Leste, paralela à linha do Equador. Ele tomou como extremidades desta linha os Pilares de Hércules [estreito de Gibraltar] no Oeste, e no Leste nas mais distantes montanhas que definem as fronteiras do Norte da Índia. Ele desenhou as linhas desde os Pilares passando pelo estreito da Sicília e das montanhas do sul do Peloponeso e da Ática, chegando até Rodes e o golfo de Iso” (II. 1. 1).

Vemos como Eratóstenes pôde exprimir de forma clara uma determinada imagem do mundo que está distante da concepção linear do espaço que deve ter predominado nas primeiras listas topográficas. Ora, tal concepção só pôde ser construída a partir da união entre os dados topográficos acumulados pela experiência grega até o momento e as teorias e metodologias desenvolvidas nos âmbitos da filosofia natural, matemática, geometria e astronomia. De fato, o esforço intelectual de unir todos esses dados, conhecimentos e metodologias com o objetivo de oferecer uma imagem sólida e racional do mundo habitado dentro de uma única obra, a *Geografia*, é que foi a grande contribuição de Eratóstenes. Segundo Roller (2015, p. 70), alguns anos depois a vitória dos romanos sobre Cartago mudou drasticamente a situação do Mediterrâneo e o conhecimento disponível sobre as suas porções ocidentais, e em pouco tempo os dados de Eratóstenes ficaram desatualizados. Mas ainda assim seus esforços culminaram com a invenção de uma nova disciplina ao definir para ela um escopo próprio, mesmo que a partir da junção das metodologias e discussões desenvolvidas em outros campos do saber.

A primeira crítica dirigida ao trabalho de Eratóstenes foi feita por Hiparco de Nicéia, ainda no século II a. C, que, de acordo com D. R. Dicks (1960, p. 31), foi antes um astrônomo e matemático do que um geógrafo, e suas críticas a Eratóstenes eram feitas apenas dentro dessas áreas. Uma questão central da crítica de Hiparco era que ele considerava que as teorias

e conclusões de Eratóstenes sobre o posicionamento de lugares no globo foram tiradas com base em evidências inconsistentes. Segundo Duane Roller, Hiparco acreditava que “a única forma correta de posicionar lugares no globo era através da matemática e da astronomia, não por relatórios de viajantes” (ROLLER, D. 2015, p. 70), de modo que seus esforços foram direcionados a correção da posição de alguns lugares feitas por Eratóstenes.

De acordo com J. García Blanco (1991, p. 92), entre as ideias desenvolvidas por Eratóstenes e o aperfeiçoamento da metodologia e dos cálculos de Hiparco a geografia grega alcançou seu ápice no que diz respeito à sua expressão científica. A partir deste ponto os progressos da geografia foram registrados principalmente no âmbito topográfico na medida em que o horizonte conhecido se expandiu com a política romana. Enquanto no oriente os romanos começaram a subjugar as monarquias helenísticas, a vitória sobre os cartagineses abriu as portas para o conhecimento sobre a porção ocidental da *oikoumene*, ainda pouco explorada e registrada.

Cipião Emiliano, o renomado conquistador de Cartago, também ficou conhecido por enviar expedições de reconhecimento sobre o novo território conquistado. Uma dessas expedições, conforme registrou Plínio, o Velho, em sua *História Natural*, foi acompanhada por Políbio (V. 1), que ao longo de suas *Histórias* abordou temas geográficos e trouxe informações coletadas de suas próprias viagens. Duane Roller argumenta que Políbio viu a si próprio como um novo Odisseu, cuja missão era “tornar conhecida as partes remotas da *oikoumene* para os gregos” (ROLLER, D. 2015, p. 74). Políbio argumenta sobre o papel de Alexandre sobre o conhecimento da Ásia, e que em seu tempo eram os romanos que tornavam possível o conhecimento geográfico das regiões ainda desconhecidas, ao deixar os viajantes livres de preocupações como a guerra para investigar os territórios. Disse, portanto, que seria conveniente trazer à tona um conhecimento mais preciso sobre essas regiões:

“Foi principalmente por isso que enfrentamos os perigos e as dificuldades que nos ocorreram nas viagens pela África, Espanha, Gália e pelo Mar Exterior que cerca estes lugares, para proporcionar aos gregos o conhecimento sobre essas partes do mundo e corrigir nossos antepassados sobre estes temas” (Histórias. III. 59).

Políbio não tinha dúvidas sobre a importância das suas viagens para a coleta de dados geográficos atualizados. Cronologicamente esteve localizado exatamente no ponto em que os

romanos assumiram o protagonismo como agentes da expansão territorial, o que deixa muito claro que o que se sabia sobre a porção ocidental da *oikoumene* - ou que se pensava que sabia - não era de todo preciso. Foi com Políbio que os relatos de Píteas caíram em descrédito pela primeira vez, influenciando também a posição de Estrabão sobre o assunto¹⁸. Duane Roller (2015, p. 74) avalia que as principais contribuições de Políbio para a geografia foram suas viagens ocidentais e o conhecimento topográfico sobre as regiões antes controladas por Cartago, embora alguns fragmentos de sua obra preservados por Estrabão sugerem uma clara orientação às discussões teóricas, principalmente no que diz respeito às zonas climáticas (II. 3. 1-8).

Outro nome muito importante para o desenvolvimento da geografia no mundo romano foi Posidônio de Apaméia, a quem Estrabão (XVI. 16. 10) considerou o homem com conhecimento mais extenso de seu tempo (*anêr tôn kath'emas philosophôn polymathestatos*). Não foi em vão que Posidônio ganhou este título de Estrabão, pois suas contribuições para a geografia ajudaram a estabelecer ainda melhor a extensão dos assuntos de interesse aos geógrafos. Foi com Posidônio que o processo histórico da constituição da geografia como uma disciplina *polymathica* atingiu um novo patamar e passou a se preocupar com uma noção de totalidade do mundo, não só no que diz respeito à sua extensão territorial - o que já era uma preocupação das ideias geográficas desenvolvidas ainda no século VI a.C. e refinadas com as teorias das zonas climáticas e os cálculos de Eratóstenes e Hiparco - mas, também, no que diz respeito à consideração de um amplo conjunto de fenômenos naturais e dados topográficos, etnográficos e discussões sobre o aspectos do espaço físico como o mar, fauna e flora que conferem uma determinada concepção do todo a sua visão geográfica.

A *Geografia* de Estrabão é uma das principais obras que preservaram os fragmentos de Posidônio, que foi, segundo Duane Roller (2015, p. 77), o terceiro autor mais citado, atrás apenas de Eratóstenes e Homero. Em seu tratado *Sobre o Oceano*, que parece ser majoritariamente “geográfico, algumas vezes em um sentido estrito e outras de forma mais matemática” (II. 2. 1), Posidônio discutiu sobre a teoria das zonas climáticas e suas extensões (II. 2. 2) e se posicionou contra Políbio sobre a natureza da zona tórrida (II. 2. 3). Mas, além

¹⁸ “Antes havia uma cidade chamada Korbilon nesse rio, sobre o qual Políbio disse - lembrando-se das histórias míticas de Píteas - que os massalistas que estiveram associados com Cipião, quando questionados por ele sobre a Britânia, não tinham nada válido a dizer sobre, nem os narboneses nem os de Corbilon, embora essas fossem as cidades mais importantes da região. Píteas foi ousado o suficiente para dizer essas mentiras” (Geografia. IV. 2. 1)

dessas discussões de natureza teórica, Posidônio também teve muita experiência como viajante e coletou diversos tipos de informações, principalmente relativas ao ocidente da *oikoumene*, especificamente na Ibéria e na Céltica. Relatou a natureza dos ventos (III. 2. 5) e das marés (III. 2. 3), e também coletou informações sobre os animais da Ibéria, como os castores, cavalos e pássaros (III. 4. 15). Também se interessou pela natureza dos fenômenos sísmicos (VI. 2. 11) e processos geológicos (IV. 1. 7) e ofereceu relatos detalhados de natureza etnográfica sobre os costumes das populações locais (III. 4. 17; IV. 4. 6).

Duane Roller considera que a grande contribuição de Posidônio foi dar um passo em entender o ambiente geral como um elemento essencial para a geografia, pois, para ele, “todos os fenômenos terrestres eram partes da geografia, e, portanto, flora, fauna e clima eram importantes, uma visão da disciplina muito mais holística do que antes” (ROLLER, D. 2015, p. 79). Essa postura holística de Posidônio parece, também, estar em conformidade com sua postura filosófica como um estoico, pois se assumirmos, conforme Laura Liliana Gómez Espíndola, (2014, p. 41), que na doutrina estoica a ordenação do mundo e do universo obedecem a uma lei racional regida por uma providência (*pronoia*) e está, portanto, em harmonia com essa razão; e que, para os estoicos, os seres humanos no processo de aprendizado dessa razão, conseguem “contemplar a natureza e apreender a harmonia e regularidade das coisas” (ESPÍNDOLA, L. 2014, p. 47), podemos concluir que os esforços de Posidônio em compreender e explicar tão grande variedade de fenômenos naturais são um reflexo da sua orientação estoica no processo de conhecer a razão da providência.

Chegamos, aqui, a um ponto em que nos reencontramos com o início do texto, isto é, com Estrabão, tanto cronologicamente quanto conceitualmente - embora ele não nos tenha deixado em nenhum momento ao longo da narrativa, uma vez que seu texto é a principal fonte de informação sobre a história da geografia antiga. Cronologicamente porque na esteira de Posidônio veio Estrabão; e conceitualmente porque a geografia como uma disciplina *polymáthica*, isto é, orientada para a “compreensão dos céus e das coisas da terra e do mar (animais, plantas e frutas, e tudo que pode ser visto em cada lugar)” (I. 1. 1), parece ter se consolidado em Estrabão a partir de Posidônio.

A partir de uma perspectiva teórica e matemática nos parece que Estrabão teve pouco a acrescentar, se limitando a oferecer um balanço geral das discussões feitas pelos geógrafos anteriores, principalmente nos dois primeiros livros da sua obra, mas também eventualmente nos demais livros, quando essas discussões tinham alguma relação com fenômenos da região

em questão¹⁹. As contribuições de todos aqueles que se dedicaram ao estudo e desenvolvimento das ideias geográficas já haviam criado um terreno sólido para a geografia, de modo que, segundo García Blanco (1991, p. 113), Estrabão nunca pensou a parte científica da geografia como algo além de um quadro geral para sua obra, e nem mesmo focou suas discussões sobre a totalidade do mundo, se limitando principalmente a descrever a porção habitada, sobre a qual possuía novas informações para acrescentar ao conjunto do saber geográfico. O que Estrabão sabia que faltava ao conhecimento geográfico de seu tempo não era o aprimoramento dessas ideias, mas apenas uma atualização do conhecimento que se tornou disponível em sua época depois das conquistas dos romanos promovidas por Pompeu, César e Augusto (I. 2. 1).

Mas, embora ele próprio não tenha se aprofundado nas discussões teóricas e científicas para além do que já havia sido feito pelos seus predecessores, Estrabão tinha muito claro em seu conceito geral da disciplina geográfica que essas discussões eram próprias do geógrafo e que era apenas com base nelas que a geografia poderia atingir seu objetivo, que é descrever o mundo:

“Todos aqueles que se dedicam a falar sobre as características dos lugares dedicam particular atenção aos eventos celestes e geométricos, explicando formatos, tamanhos, intervalos e zonas, e também as temperaturas, isto é, a natureza da atmosfera” (I. 1. 13)

Além disso, Estrabão também tinha consciência sobre a necessidade de se confiar nos postulados dos predecessores (II. 5. 1), o que talvez nos ajude a entender seus motivos para não se aprofundar nas discussões de caráter mais “científico”²⁰:

“Aquele que mede a terra toma seus princípios do astrônomo, e este por sua vez do físico, de igual modo que o geógrafo deve partir daquele que mediu a terra, confiando nele e naqueles em que ele confiou, e expor, dessa forma, nosso mundo habitado, suas dimensões, sua forma, sua natureza e sua relação com a totalidade da terra, pois esta é a tarefa própria do geógrafo;

¹⁹Um exemplo pode ser visto na discussão sobre a natureza do pôr do sol na costa Ocidental da Ibéria. Estrabão discute as posições de Artemidoro e Posidônio, em que o primeiro relatou que a escuridão da noite cai imediatamente após o pôr do sol sobre o Oceano, enquanto que Posidônio argumentou, com base na sua estadia em Gadir (atual Cádiz, na Espanha), que de fato a noite ocorre mais rápido nessa região do que quando o sol se põe atrás de uma montanha, mas que a escuridão não surge imediatamente como disse Artemidoro (III. 1. 5).

²⁰Outro motivo que devemos ter em mente é o objetivo de sua obra, orientada em um sentido pragmático e direcionada, também, para o âmbito da política. As discussões estritamente teóricas provavelmente afastariam esse tipo de leitor.

depois deve dar um detalhamento conveniente de cada uma das regiões, tanto terrestres como marítimas, acrescentando o que não foi suficientemente tratado pelos nossos predecessores, especialmente os considerados melhores” (II. 5. 4).

Nota-se que Estrabão sugere a existência de uma cadeia de dependência entre as áreas do saber que formam a base da geografia. Uma vez, no entanto, essa base estabelecida - feito que foi realizado pelos seus predecessores que já apresentamos ao longo do texto -, o geógrafo pode proceder na concepção geral do mundo e no detalhamento de suas características. Isso está de acordo com a própria organização da sua obra: dois livros introdutórios que apresentam as concepções gerais do mundo com base nas discussões físicas, astronômicas, matemáticas e geométricas realizadas desde o começo do desenvolvimento das ideias geográficas, seguidos pelos demais quinze livros onde são apresentados os detalhes desse mundo, como dados topográficos, formatos de cada região, distâncias, condições climáticas, recursos e fenômenos naturais e a vida humana ali presente.

Vemos, portanto, como a geografia se consolidou, nos tempos de Estrabão, como uma verdadeira disciplina *polymathica*. Sem as contribuições dos físicos, astrônomos, geômetras e matemáticos, a geografia não teria produzido uma concepção geral do espaço sobre a qual os geógrafos pudessem oferecer maior detalhamento. E até mesmo a visão sobre quais características das regiões seriam detalhadas foram historicamente se expandindo, desde os relatos topográficos e lineares dos viajantes e marinheiros que ofereciam verdadeiros roteiros práticos com informações como portos, enseadas, ventos e tempo de viagem de um ponto a outro, até chegar ao estado em que vemos em Estrabão. Não é que a geografia tenha abandonado sua função como roteiro de viagem, afinal esse tipo de informação é abundante na obra de Estrabão²¹, mas sim que a esse tipo de informação foram acrescentadas várias outras, como o formato e tamanho de cada região, seja com base em imagens cotidianas ou com base nas formas geométricas. Nesse sentido, a Ibéria, nos conta Estrabão, lembra a

²¹Na realidade, embora Estrabão tivesse uma sólida concepção do espaço amparada pelas matemáticas, a narrativa da *Geografia* avança frequentemente de forma linear, tanto no esquema geral fazendo um périplo pelo Mediterrâneo, quanto na descrição das regiões, lembrando, de certa forma, as primeiras descrições geográficas que listavam em sequência os topônimos, como no exemplo: “Partindo no Promontório Sagrado, na outra parte da costa em direção ao Tejo, existe um golfo, e depois o Cabo *Barbarium*, que está próximo da foz do Tejo, navegando em linha reta por 10 *stadia*” (III. 3. 1). A principal diferença desta com as primeiras narrativas é a predominância da distância marcada por *stadia* e conceitos geométricos como linha reta, e não mais por dias de viagem, contribuições diretas da geometria.

imagem de uma “pele de boi esticada” (III. 1. 3), enquanto “a Sicília é triangular em forma” (VI. 2. 1). Também foram acrescentadas nas descrições das regiões informações que Estrabão julgou pertinente sobre os recursos naturais, clima e condições de habitação (III. 1. 2), costumes das populações nativas (III. 3. 7), eventos históricos (IV. 4. 1), animais (XVII. 2. 2), fenômenos naturais (I. 3. 10) e alguns outros tópicos que abordaremos em maior detalhe no próximo capítulo, como a exegese dos textos homéricos que ocupa uma boa parte da obra de Estrabão e parece ser um tema comum entre muitos geógrafos.

Essa grande quantidade de temas relatados demonstra como a geografia se diversificou durante seu desenvolvimento, e o geógrafo, para atender a tudo isso, precisava estar bem orientado no sentido da *polymatheia*. A geografia nos tempos de Estrabão possui bases matemáticas, astronômicas e geométricas que oferecem uma concepção organizada do mundo, bem como as posições, formatos e distâncias entre cada região. Também deve às contribuições da chamada filosofia natural a especulação sobre fenômenos naturais como o regime das marés ou fenômenos sísmicos e geológicos. E ainda requer dos seus praticantes uma grande capacidade de observação das coisas que estão no céu, na terra e nos mares. A grande contribuição de Estrabão foi criar, a partir de um processo de recortes da realidade, uma imagem de conjunto desse mundo diverso em uma única narrativa que ele compara com as estátuas colossais, que não devem ser julgadas pelos menores detalhes, mas sim pela imagem geral construída (I. 1. 23). Nada disso teria sido possível, no entanto, se Estrabão não fosse portador de uma autêntica *polymatheia*, necessária sobretudo para apreender o mundo na perspectiva holística que se tornou característica da disciplina geográfica em seu tempo.

2. 2. Geografia e política

Existe um tópico da história do desenvolvimento das ideias geográficas que nos interessa de forma particular: a relação mutualista entre o conhecimento geográfico produzido e a sua utilidade prática. Como já dissemos, as primeiras informações geográficas que formaram a base sobre a qual a geografia deu seus primeiros passos foram extraídas da experiência e contato com o mundo físico no exercício de atividades ligadas à guerra, ao comércio e a outras atividades de interesse político. E, ainda que o registro dessas informações tenha favorecido o surgimento da geografia como uma área do saber, criar uma disciplina certamente não foi o propósito inicial dos indivíduos que fizeram esses registros, pois deviam estar muito mais preocupados em aumentar a quantidade de informações que pudessem vir a ser úteis a outras pessoas que, assim como eles, se dedicavam a atividades semelhantes.

Isso certamente aconteceu porque a informação geográfica era – e ainda é – capaz de orientar de forma melhor e mais racionalizada as ações desses indivíduos na sua vida prática. Para um povo que, como os gregos, dependiam da navegação para muitas atividades, era fundamental que se soubesse as distâncias ou os dias de viagem que separavam cada um dos lugares, as condições climáticas, o regime das marés e a dinâmica dos ventos, recursos para orientação como a posição e movimento dos astros, lugares seguros para servir de ancoradouro, e até detalhes de caráter etnográfico sobre os povos com quem se relacionavam. Da mesma forma, para um povo que, como os romanos, anexaram grandes extensões territoriais ao seu domínio, outras informações geográficas, além das que já foram citadas acima, como a disponibilidade e distribuição dos recursos humanos e naturais devem ter sido decisivas para primeiro despertar o desejo da conquista de determinada região, e depois auxiliar na administração do território, interferindo até mesmo nas decisões de estabelecer novas dimensões e fronteiras para as províncias. Portanto, sendo assim uma forma de conhecimento útil para orientar a ação das pessoas no âmbito da guerra, do comércio e da administração, podemos argumentar que, além dos intelectuais, a geografia também despertava o interesse dos grupos dirigentes da sociedade responsáveis pelo desempenho do tipo de atividade política que era beneficiado pela disponibilidade das informações geográficas e prejudicados pela sua ausência.

O próprio Estrabão demonstrou uma aguda percepção deste fato na sua *Geografia* ao

argumentar que o tipo de conhecimento produzido pelos geógrafos está particularmente “orientado para os assuntos da política” (I. 1. 16). Isso porque, para ele, “o espaço das nossas ações é precisamente a terra e o mar em que vivemos”: um espaço pequeno é próprio para as pequenas ações, e os grandes, próprios às grandes ações. Mas, maior que todos os espaços é o da *oikoumene*, espaço das maiores ações possíveis. Uma vez que “os maiores comandantes de exércitos são aqueles que têm poder para governar sobre a terra e o mar, reunindo povos e cidades em único poder e administração política”, isto é, são aqueles que agem no maior espaço das ações, Estrabão entendeu que, por isso, “a geografia é totalmente orientada para ações próprias do governo”. A utilidade prática do conhecimento geográfico é evidente para Estrabão, que conclui seu argumento acrescentando que “a melhor maneira de manejar cada região é sabendo de que extensão é seu território, a que distância se encontra de outros lugares, e quais são as peculiaridades de seu ambiente” (I. 1. 16).

Trata-se, sem dúvidas, como argumentou Rafal Koszek (2015) de uma orientação geopolítica que Estrabão deu tanto à sua obra como também imaginou ser uma característica própria da geografia.. Sabendo disso, o que podemos nos perguntar é quais devem ter sido as consequências dessa relação entre a geografia e a política para a produção do conhecimento geográfico? De que forma o intrínseco interesse político pode ter influenciado os geógrafos no recorte do escopo de seus trabalhos, nos temas abordados, na forma que abordaram e nos valores expressos quando lidaram com temas politicamente sensíveis? Para isso, analisaremos algumas fontes que expressaram essa relação entre a geografia e a política no mundo antigo, especialmente no tocante a utilidade dessa forma de conhecimento para atividades como o comércio, a guerra e a administração. Também pensaremos a geografia como expressão e símbolo da dimensão da extensão territorial e do poder dos Impérios, bem como dos políticos envolvidos nos processos de expansão territorial -ponto que de certa forma já foi tocado em *I. Roma, imperium sine fine*.

2. 2. 1. Geografia e economia

Como já vimos, as primeiras manifestações de consciência geográfica de que temos notícia não compunham ainda um conjunto de textos ordenados dentro de algo que poderíamos chamar de disciplina geográfica. Eram mais, na verdade, informações geográficas dispersas em textos de diferentes estilos. Segundo Daniela Dueck (2012), essas primeiras

manifestações estavam diretamente ligadas às necessidades econômicas e demográfica dos gregos, e descreviam principalmente as rotas marítimas próximas à costa, lugar de navegação e orientação mais segura, o que rendeu a esses registros o nome de *periploi*, que significa literalmente “navegar em torno”. Dueck alegou que podia-se encontrar nos *periploi*:

“(...) informações práticas sobre sítios situados nas rotas marítimas ao longo da costa ou de rios, organizadas de acordo com a ordem da viagem, incluindo nomes de ancoradouros, distâncias entre os lugares (normalmente definida pelo número de dias de navegação), direções e informações locais básicas” (DUECK, D. 2012, p. 6).

Eventualmente, informações etnográficas ou sobre fauna e flora foram acrescentadas aos *periploi*. Existe uma fórmula homérica de dupla ocorrência que registrou o sentimento de se chegar a uma terra estrangeira sem qualquer tipo de informação: “Ai de mim, a que terra de homens mortais chego de novo? / Serão eles homens violentos, selvagens e injustos? / Ou serão dados à hospitalidade e tementes aos deuses?” (Odisseia. VI. 119-121; XIII. 200-202). Não há dúvida de que os textos com informações geográficas nasceram da experiência prática para auxiliar a ação de outros marinheiros para se evitar a situação registrada pela fórmula homérica, e de que esses textos atendiam aos interesses econômicos dos agentes históricos inseridos no contexto social e político. As informações contidas nos *periploi* eram essenciais para fornecer a base a partir da qual as viagens seriam planejadas: duração da viagem, descrição de topônimos, enseadas que servissem de abrigo, recursos encontrados em cada um dos lugares e os costumes das populações locais são exemplos de informações que devem ter ora estimulado, ora desencorajado viagens a determinados lugares.

A própria *Geografia* de Estrabão oferece uma quantidade enorme de informações desse tipo. Cada região da *oikoumenê* é acompanhada de um inventário das principais atividades econômicas. No âmbito da agricultura somos informados sobre a produção de grãos, videiras, oliveiras, frutas, papiro, perfumes e especiarias; na pecuária somos informados sobre a criação de ovelhas e cavalos; ainda somos informados sobre atividades como a apicultura, a pesca e atividades derivadas, como a salga de peixes; no âmbito da mineração Estrabão descreveu atividades como as salinas, extração de pedras preciosas, mármore e metais como ouro, prata, cobre, ferro e estanho.

Além desse inventário que acompanha a descrição de cada região, Estrabão também

registrou algumas informações bastante específicas a respeito de condições de navegação que foram, sem dúvidas, destinadas para o comércio. Sobre o rio Reno, por exemplo, Estrabão detalhou que é “em sua maior parte navegável, inclusive com cargas consideráveis, e chega a quase todos os lugares desta região através de seus afluentes, navegáveis também com carga máxima” (IV. 1. 14). Os rios Betis e Anás, na Ibéria, hoje chamados de Guadalquivir e Guadiana, foram descritos pelo geógrafo em função da sua navegabilidade: o primeiro “é navegável por quase mil e duzentos estádios corrente acima, desde o mar até Córdoba e alguns lugares do interior”, e continua detalhando sobre o tipo das embarcações apropriadas para navegar rio acima: “até Hispális a navegação se dá em embarcações de tamanho considerável ao longo de um trecho não muito inferior a quinhentos estádios; até as cidades que estão mais acima de Ilipa em barcos menores, e até Córdoba por meio de lanchas fluviais” (III. 2. 3). O Guadiana, segundo Estrabão, também é navegável, mas não com barcos tão grandes, nem por trechos tão longos.

São essas excepcionais condições de navegação que, para Estrabão, fizeram dessa região da Ibéria, a Turdetânia, duplicar seus benefícios naturais com a exportação, “pois o excedente de seus produtos é facilmente vendido por seus numerosos barcos mercantes” (III. 2. 4). Em seguida, Estrabão explica o fenômeno que permite aos rios e estuários da região serem navegáveis: “As subidas do nível do mar durante a maré alta os inundam, de forma que não são menos navegáveis que os rios [ao descer com a corrente], senão até melhores”. Mas o geógrafo alerta para um inconveniente decorrente dessa forma de navegação: “a maré vazante nos estuários é perigosa, uma vez que elas se acentuam proporcionalmente às subidas da maré e, devido sua velocidade, deixa navios encalhados muitas vezes” (III. 2. 4).

Por fim, vemos não só como a geografia pode oferecer aos comerciantes um escopo das possíveis atividades econômicas a se realizar com inventário dos recursos naturais, como também, de fato, informa os indivíduos envolvidos nessa atividade sobre as situações que terão de lidar. Um comerciante que eventualmente teve acesso a obra de Estrabão soube quais produtos encontraria na Ibéria (e também nas outras partes do mundo descritas), bem como até que ponto poderia navegar com sua embarcação, e também sobre o risco de ficar encalhado nos estuários caso não se antecipasse à baixa da maré.

2. 2. 2. Geografia, guerra e conquista

Quando Estrabão definiu a geografia como um conhecimento orientado para os assuntos próprios da política, deixou entrever pelos termos que usou que um desses assuntos era da esfera militar, uma vez que os sujeitos da política que atuam no maior dos espaços, a *oikoumene*, foram apontados pelo geógrafo como os maiores comandantes de exércitos (*megistoi ton stratelaton*). Daniela Dueck (2012, p. 10) argumenta que existiu uma relação entre geografia e a vida militar em que cada uma nutriu uma à outra. Isso porque de um lado as informações geográficas, da mesma forma que beneficiavam comerciantes em seus negócios, poderiam auxiliar um general a conduzir uma guerra, planejar a rota da sua campanha tendo em mente os eventuais entrepostos, populações aliadas ou inimigas, recursos naturais, passagens, rios e outras características geográficas como relevo e clima que poderiam facilitar ou dificultar o caminho. Por outro lado, a expansão e consolidação do conhecimento geográfico dependia, em grande medida, da expansão das fronteiras físicas, sendo, portanto, um tipo de conhecimento frequentemente adquirido para a guerra, e também a partir da guerra.

Alguns testemunhos históricos nos permitem ver essa relação entre a geografia e a guerra, como por exemplo o caso da viagem de Scylax de Carianda, que, de acordo com Heródoto (História. IV. 44. 1-3), foi enviado pelo rei persa Dario para investigar o rio Indo. Segundo o relato de Heródoto, a expedição desceu o rio até chegar ao mar, de onde rumou para o Oeste até chegar ao Egito no trigésimo mês da viagem, a partir de onde teria sido feita uma circunavegação em torno do continente africano. Depois dessa viagem, nos conta Heródoto, “Dário subjugou a Índia e fez uso desse mar” (História. IV. 44. 3). Não temos detalhes sobre quais informações foram registradas ao longo da expedição, nem de que forma elas foram úteis para Dário, mas, aos olhos de Heródoto, certamente existiu uma relação entre a expedição de exploração e a conquista da Índia. Se dessa passagem de Heródoto não temos detalhes de como a informação geográfica auxiliou o rei Dário a conquistar a Índia, sabemos, por meio de Estrabão, como o rei Xerxes se beneficiou da informação dada por Efialtes na ocasião da batalha nas Termópilas: “ao mostrar aos persas o caminho que existe através das montanhas, deixou os gregos que rodeavam Leônidas à mercê deles” (I. 1. 17).

Da mesma forma que o conhecimento geográfico pode ter sido decisivo para o sucesso das campanhas militares, como no caso acima, a falta desse conhecimento teria consequências

desastrosas nesse tipo de empreendimento. Tucídides (VI. 1. 1-2), por exemplo, registrou que os atenienses decidiram atacar a Sicília “ignorando seu tamanho e número de habitantes”. O resultado foi que os atenienses, confusos, foram derrotados em Siracusa (VII. 44. 1-8). Estrabão registrou situações semelhantes envolvendo os romanos em expedições contra os Partos, Celtas e Germanos:

“os bárbaros estavam guerreando com pleno conhecimento de terreno, em zonas pantanosas, selvas inacessíveis e terras desertas, fazendo com que parecesse aos que não conheciam que o que estava perto estava longe, e escondendo os caminhos e os meios de abastecimento de alimentos e outras coisas” (I. 1. 17).

Mas, talvez, para o mundo antigo, o caso exemplar para a relação entre conhecimento geográfico e a sua utilidade militar venha da história da expedição do rei Dário entre os Citas, que foi narrada por Heródoto e, pode-se argumentar, criou um *topos* literário comum para o mundo antigo que foi, segundo Christopher Krebs (2006, p. 131) retomado por Júlio César na narrativa de suas campanhas na Germânia. Segundo Heródoto (IV. 46. 2-3), o grande problema de guerrear contra os citas é que aqueles que o fazem não podem escapar sem prejuízos. Uma vez que se trata de um povo essencialmente nômade - “não têm cidades construídas nem recintos amuralhados, não vivem da lavoura, mas sim do gado, e tem suas casas em carros” -, Heródoto argumentou que esse fato fazia dos citas invencíveis e inacessíveis (*amachoi kai aporoi*), e que a terra e os rios deles cooperavam com eles (IV. 47. 1). Com base nessas vantagens, que podem ser resumidas nos termos de que os citas estavam a todo momento em movimento dentro de um território conhecido por eles, mas não conhecido pelos inimigos, os persas ficaram até mesmo sem condições de se orientar. Segundo o relato de Heródoto, os citas envolveram os persas em uma perseguição que os conduziu cada vez mais para dentro do território cita, inclusive deixando partes do gado aos persas “com a finalidade de que permanecessem por mais tempo na Cítia” (IV. 130) e continuassem a perseguição devido ao aparente êxito.

Quando os citas julgaram que os persas haviam entrado o suficiente no território, enviaram presentes a Dario: “um pássaro, um rato, uma rã e cinco flechas” (IV. 131. 1). O significado desses presentes foi interpretado, de acordo com Heródoto, como o seguinte recado: “persas, se não se transformarem em pássaros para subir aos céus, ou em ratos para se

esconderem embaixo da terra, ou em rãs para mergulharem nas lagoas, não regressarão à vossa pátria, pois serão atravessados por essas flechas” (IV. 132. 3). A partir desse momento, então, os persas começaram a fugir para a ponte que atravessava o rio Istro. Trata-se literalmente de uma situação em que a caça virou caçador:

“como a maior parte do exército persa era integrado por infantaria e não conhecia os caminhos, ao passo que o exército cita era composto por cavalaria que, além disso, conhecia os atalhos e o caminho, ambos exércitos não se encontraram, e os citas chegaram à ponte com muita vantagem sobre os persas” (IV. 136. 2).

Segundo Heródoto, o desfecho dessa história só não foi trágico para os persas pelo acaso de os citas não os terem encontrado em fuga, pois os citas, após destruir a ponte, retomaram a busca pelos persas supondo que eles procurariam a rota de fuga pelos caminhos com disponibilidade de água e forragem para os cavalos, enquanto que na realidade os persas “marchavam seguindo seu próprio rastro que deixaram anteriormente” (IV. 140. 3). Esse episódio narrado por Heródoto revela uma situação em que os citas não só tiraram vantagem do conhecimento que tinham sobre a região, mas principalmente tiraram vantagem da falta desse mesmo conhecimento entre os persas, uma vez que desde o primeiro momento manipularam a situação para atraí-los para o interior onde eles não seriam capazes de se orientar. E, independente da precisão dos fatos narrados por Heródoto e sua relação com a realidade dos eventos, é inquestionável que podemos ver nessa narrativa a exposição muito evidente das vantagens e utilidades do conhecimento geográfico para a atividade militar, bem como as desvantagens, ou melhor, os perigos de não se conhecer o espaço antes de iniciar uma expedição.

2. 2. 3. Geografia e administração territorial

Especialmente em tempos em que uma unidade de poder teve domínio sobre grandes extensões territoriais, o conhecimento geográfico foi necessário para a organização e administração dos territórios. Os romanos, por exemplo, venceram diversas guerras e subjugaram muitos povos ao seu domínio – e, como vimos, mesmo para isso o conhecimento

geográfico teria sido útil. Mas o exercício do poder, de fato, não foi sentido unicamente pela presença das legiões romanas, embora estas foram essenciais para a manutenção da ordem romana nas províncias. Para governar todo esse espaço era necessário a criação de uma estrutura organizacional para a administração dos territórios.

Segundo Claude Nicolet (1991), já no final da República os romanos começaram a ter consciência dos limites e da fragilidade do seu domínio, e que só seria possível mantê-lo na medida em que o governo romano fosse capaz de apresentar vantagens para seus súditos. Essas vantagens foram, de acordo com o historiador, expressas pelo programa político e ideológico de Augusto, ainda antes de assumir o poder em Roma, nos termos da paz interna e de uma boa administração com a finalidade de aumentar as posses das populações subordinadas. Para Nicolet, colocar este programa em prática exigia, de antemão, uma “ideia clara a precisa sobre os recursos do império e os gastos necessários para sua manutenção” (NICOLET, 1991, p. 123). O historiador menciona que Cícero já havia expressado uma ideia semelhante acerca da necessidade de se ter informações dessa natureza “sem as quais nenhum senador pode estar verdadeiramente preparado” (De leg. 3.41). Segundo Nicolet, Augusto, durante seu governo, se preocupou em produzir os conhecimentos mais precisos sobre seu império, e que isso implicou na criação de uma geografia. No entanto, não bastava apenas o conhecimento da dimensão física:

“(…) existe também a esfera humana em termos econômicos e administrativos, cujo controle depende do domínio de informações estatísticas. Isto é, a preparação e a consulta de documentos, em todos níveis de poder, passa a ser necessário para conhecer e para comandar, a fim de estar corretamente informado” (NICOLET, C. 1991, p. 125).

Uma das formas de produção desse tipo de conhecimento, que não deixa de ser geográfico na medida em que entendemos que, na Antiguidade, a esfera humana era tida como parte da *polymatheia* geográfica, foi o censo, tal como Augusto anunciou em suas *Res Gestae* ter feito por três vezes (RG. 8). Segundo Nicolet, essa preocupação foi própria do Principado e revelou uma necessidade das autoridades de se conhecer nas mais diversas dimensões, a natureza do império: “essas informações deram às autoridades uma ideia exata dos recursos e do tamanho do império” (NICOLET, C. 1991, p. 139).

Além do censo, que fornecia aos governantes um inventário dos recursos e dos habitantes, a geografia também serviu aos interesses administrativos de Roma no sentido da ordenação territorial. A ordenação do território era entendida, segundo María José Castillo

Pascual, nos termos de “aplicação de linhas de ação política que tendessem a melhorar o desenvolvimento das populações em relação com os recursos e os serviços, com as infraestruturas e com a exploração do meio”, uma forma de “controle racional do cidadão sobre seu espaço jurídico e vital” (PASCUAL, 2011, p. XV - XVII). Nicolet argumenta que os romanos organizaram seus territórios, especialmente os recém conquistados, sob a luz da exploração agrícola, e que isso era necessário para não só definir claramente as fronteiras de cada lote de terra, mas também a natureza jurídica desses lotes. Para Nicolet, isso explica o papel importante desempenhado no “sistema cívico romano por especialistas [*agrimensores*] responsáveis por definir o espaço físico e a natureza legal de cada terra, bem como especificar seus direitos” (NICOLET, C. 1991, p. 150).

A existência desses especialistas agrimensores na sociedade romana implica em um processo de formação desses especialistas e de transmissão dos conhecimentos ligados ao seu ofício. De acordo com Nicolet, um conjunto de textos chamado *Gromatici* era onde ficavam registradas as pesquisas e todo tipo de conhecimento necessário no trabalho desses agrimensores, que vão desde técnicas de medição aos diversos status jurídicos que uma terra poderia ter, e chegam, por fim, a uma “transcrição em documentos gráficos (planos, mapas etc) das pesquisas e operações feitas em campo” (NICOLET, C. 1991, p. 151). Trata-se, sem sombra de dúvidas, de um conjunto de conhecimentos próprios da geografia que, quando pensados com relação às necessidades da política, levaram a uma maior racionalização do espaço geográfico e seus componentes, e a uma consequente melhor e mais eficiente administração e organização desse espaço e seus recursos materiais e humanos.

2. 2. 4. Geografia como símbolo do poder

Até aqui, vimos alguns testemunhos históricos do mundo antigo que nos dão a dimensão de como o conhecimento geográfico foi, em grande medida, de interesse da vida política na medida em que podia fornecer aos políticos o tipo de informação prática que lhes possibilitava racionalizar o espaço para melhor proceder no exercício de atividades como o comércio, a guerra e a administração dos territórios. Ainda, vimos que essa característica própria da geografia não passou despercebida pelos geógrafos antigos. Estrabão expressou com muita clareza que a informação geográfica era própria dos assuntos da política e, portanto, de interesse dos indivíduos envolvidos com esse tipo de atividade.

A constatação de Estrabão nos leva a inferir, portanto, que um geógrafo, no ato da composição da sua obra geográfica, tinha como expectativa encontrar entre seus futuros

leitores o tipo de indivíduo envolvido de alguma forma com o exercício do poder político. Desta inferência vem uma questão importante: sabendo que sua obra deveria interessar e alcançar os políticos, além do conhecimento prático para as ações de governo, quais outras preocupações este fato deu aos geógrafos? Evidentemente que não temos aqui a ambição de responder essa questão, pois exigiria um estudo para cada caso. Nosso esforço será direcionado para tentarmos entender uma outra forma de relação entre o conhecimento geográfico e a política que vai além da sua dimensão pragmática com o tipo de informação que poderia ser instrumentalizada para melhorar a eficiência das decisões políticas, que é o conhecimento geográfico entendido socialmente como significativo do poder.

Um exemplo distante do contexto da Antiguidade pode nos ajudar a introduzir a questão com um pouco mais de clareza, além de relevar que essa característica da geografia transcendeu o mundo antigo, onde deve ter começado. Vamos rapidamente para o Império Otomano, onde, durante o século XVI, podemos observar uma grande multiplicação dos trabalhos geográficos. Segundo Pinar Emiralioglu (2014, p. 6), a explicação para esse fenômeno foi uma relação de patronagem entre membros da corte otomana e os intelectuais em que estes últimos, além de satisfazer seus anseios como intelectuais, buscavam ganhar favores do sultanato otomano ou de algum membro da corte. Emiralioglu menciona que na maioria dos casos os membros da corte que ofereciam o patronato eram os mesmos responsáveis por dar forma à política imperial otomana. O auxílio dos geógrafos era útil na medida em que supriam os políticos com informações práticas, assim como na Antiguidade, mas, e ainda mais importante para o autor,

“(...) esses trabalhos geográficos podiam ser usados para apoiar a agenda política dos patronos. Os trabalhos preparados para os sultões otomanos narravam e retratavam as características geográficas do Império Otomano e de diferentes partes do mundo. Fazendo isso, eles esperavam retratar os sultões como soberanos universais. Eles promoviam a magnificência imperial dos sultões e projetavam o Império Otomano como o centro do universo” (EMIRALIOGLU, P. 2014, p. 6)

Dito de outro modo, a geografia passou a ser um veículo de transmissão de uma forma de conhecimento que, além de auxiliar no exercício das atividades de governo, também relacionou o espaço geográfico simbolicamente ao poder político e aos políticos. Ou seja,

além de interessar pela sua dimensão pragmática, a geografia também passou a interessar os políticos na medida em que poderia servir como um meio de anúncio do seu próprio poder.

Quando comentamos sobre as expedições de Alexandre no tópico 2.1. *Geografia e a polymatheia necessária*, mencionamos que dentre as motivações do rei macedônio ao definir o tamanho de sua expedição se destaca a ocorrência do termo *pothos* como o desejo de realizar feitos heroicos. Não temos dúvidas que se encontra entre esses feitos heroicos alcançar lugares e conhecer e subjugar povos até então desconhecidos dentro do horizonte helênico. Não se trata de ignorar a motivação dos ganhos materiais e das riquezas, mas sim de argumentar que o significado do espaço geográfico alcançado por Alexandre se tornou um sinônimo da sua glória e poder. Quem nos atesta isso é Estrabão ao questionar a veracidade dos registros produzidos pelos geógrafos que acompanharam a corte de Alexandre. Para Estrabão, “as histórias que têm sido espalhadas por toda parte para glorificar Alexandre não são completamente aceitáveis, e seus autores foram homens mais preocupados com a bajulação do que com a verdade”, uma vez que esses geógrafos “transferiram o Cáucaso para as montanhas da Índia” (XI. 5. 5), para aumentar o tamanho e o impacto. Estrabão ainda escreveu que

“(…) não é fácil acreditar na maioria dos que escreveram as histórias de Alexandre, porque eles brincam com os fatos, tanto por causa da glória de Alexandre quanto porque suas expedições alcançaram os limites da Ásia, muito longe de nós; e o que é dito sobre coisas que estão tão distantes são difíceis de refutar” (XI. 6. 4).

A importância dessas duas passagens retiradas da *Geografia* de Estrabão não é nem a discussão sobre se as informações registradas pelos geógrafos que acompanharam Alexandre são precisas e reais, mas sim que para Estrabão não só era possível pensar o conhecimento geográfico como símbolo do poder político e algo capaz de promover o prestígio e a imagem de um indivíduo, como também era possível pensar na possibilidade de manipulação e falsificação da informação geográfica para este fim.

Não foi uma coincidência que essa aguda percepção de que o conhecimento geográfico poderia ser suscetível à falsificação com o objetivo de promover politicamente um determinado indivíduo foi expressa de forma tão clara por Estrabão, pois, como vimos em *I. 1. Roma, imperium sine fine*, o contexto histórico em que o geógrafo viveu foi profundamente

marcado pela existência de um significado político vinculado à geografia e pela multiplicação de materiais que relacionavam a extensão territorial do domínio romano simbolicamente ao poder de Roma e diretamente à imagem de Augusto, que certamente se beneficiou politicamente com a profusão desses materiais e, ao que tudo indica, deve ter até mesmo participado na produção de ao menos alguns desses materiais, como o mapa de Agripa (Hist. Nat. III. 17) e o próprio texto da *Res Gestae* onde o *princeps* anunciou a conquista do mundo pelos romanos sob seu governo.

Poucas informações sobre o mapa de Agripa chegaram até nós. Do pouco que se sabe é que foi planejado por Agripa, um dos homens mais influentes no Principado de Augusto, para ser exposto ao público no *Porticus Vispania*, e que representava toda a *oikoumene*. Segundo Daniela Dueck (2012, p. 108), informações adicionais a respeito da natureza do mapa, suas dimensões, materiais utilizados e objetivos são disputadas nas especulações dos historiadores. Mas sabemos, por meio de um testemunho de Plínio, o Velho, que o mapa era objeto de interesse de Augusto, “quem completou o pórtico que continha o mapa do mundo que havia sido começado pela sua irmã [Vispania Polla Agripa] de acordo com o projeto e as notas de Marcus Agripa” (Hist. Nat. III. 16-17). As informações trazidas pelo testemunho de Plínio abrem margem para entendermos o mapa como um projeto inserido na política simbólica de Augusto. Alguns historiadores, de fato, apontam para esta questão. Para J. J. Tierney o mapa estava enraizado por uma visão orgulhosa e patriótica de Roma, uma vez que o mapa representava “um momento de um desenvolvimento histórico, um ponto no processo de cristalização das terras do Mediterrâneo em Império Romano” (TIERNEY, J. J. 1963, p. 165).

Claude Nicolet defende que o mapa foi uma realização do discurso político de Augusto ao representar Roma como um Império universal. Para ele, o nascimento da cartografia romana tinha, além de uma dimensão pedagógica, finalidades ideológicas e políticas na medida em que os mapas eram feitos para a exibição pública: uma vez que “o Império foi expandido, teoricamente, até os limites do mundo conhecido, um mapa geográfico geral poderia ilustrar melhor essa conquista” (NICOLET, C. 1991, p. 111). Para Nicolet, o mapa facilitaria a visualização das conquistas romanas e completaria, ao lado da *Res Gestae*, um inventário do poder inédito dos romanos sob o comando de Augusto exibido publicamente.

O tema discutido neste tópico vai de encontro com o que foi discutido em *1. 1. Roma, imperium sine fine*. Pois, se por um lado o conhecimento geográfico foi um assunto próprio da política na medida em que as informações geográficas poderiam auxiliar nas tomadas de decisões de governo, por outro lado ele também se tornou, principalmente em Roma, um veículo de propaganda política em potencial, a partir do momento em que a informação geográfica passou a ser um fator importante na cultura dos antigos e capaz de promover a glória, o poder e principalmente a carreira dos políticos. No entanto a possibilidade de o conhecimento geográfico ser instrumentalizado como parte de um programa político e ideológico não nos deve levar de antemão a concluir que toda e qualquer forma de produção geográfica tenha atendido a esse tipo de interesse político, mesmo em momentos onde essa relação entre política e geografia tenha se estreitado como no Principado de Augusto. Isso porque precisamos entender a geografia e as produções intelectuais no geral também como movidas pela noção da *paideia* e sendo parte da cultura antiga, da forma que Henri-Irénée Marrou se referiu, “no sentido perfectivo que a palavra tem hoje entre nós: o estado de um espírito plenamente desenvolvido, tendo desabrochado todas as suas virtudes, o do homem tornado verdadeiramente homem” (MARROU. 2017, p. 178). Isto é, a geografia no mundo antigo foi ainda além de um conjunto de informações práticas orientadas às ações de governo ou de um veículo da ideologia imperial, atendendo também a interesses propriamente intelectuais.

2. 3. A educação de Estrabão

A *polymatheia* defendida por Estrabão como necessária para a escrita de um tratado geográfico pressupõe um processo para sua aquisição tão longo quanto a extensão dessa *polymátheia*. Se aceitarmos a proposta de Daniela Dueck para a data de composição da *Geografia* entre os anos 18 e 24 d.C., temos, então, que a obra foi o resultado de um trabalho realizado por um Estrabão já em idade avançada, possivelmente na faixa dos 80 anos de idade (DUECK, D. 1999, p. 478). Não temos a ambição de reconstruir integralmente e em detalhes o processo da aquisição de toda a *polymatheia* do geógrafo - o que nem mesmo é possível dada a escassez de fontes para tal. Mas ao longo de sua obra foram deixadas algumas informações que nos permitem conhecer alguns pontos essenciais de sua formação intelectual, como por exemplo quais foram as suas principais referências, como Políbio, Posidônio, Eratóstenes e Homero; sua inclinação declarada ao estoicismo; para quais lugares viajou, sendo alguns desses lugares também centros intelectuais, como Roma, Nisa, Esmirna e Alexandria; e ainda pelo menos alguns professores com quem teve lições, bem como amigos que possam sugerir uma maior afinidade com determinados círculos intelectuais. Nosso objetivo se limita a investigar as informações disponíveis sobre esse processo e avaliar a forma como ele pode ter influenciado na elaboração das visões que Estrabão expressou na *Geografia*.

Vale notar preliminarmente que, sendo a *Geografia* a única fonte disponível para obtermos esse tipo de informação, a imagem geral do processo de formação intelectual de Estrabão que podemos construir acaba por ser bastante limitada, acima de tudo porque o objetivo da obra foi o de apresentar uma discussão geral sobre a geografia e atualizar o conhecimento sobre a *oikoumene* disponível em sua época, de modo que toda informação biográfica apresentada - intencionalmente ou não - está de alguma forma relacionada com a discussão central da obra. Sabemos, por exemplo, que visitou o Egito e a Arábia, e foi amigo de Élio Galo e o acompanhou em uma expedição porque essas informações foram acrescentadas à descrição da Arábia (XVII. 1. 46). Sabemos sobre sua origem e família porque ele julgou o envolvimento de seus familiares nas Guerras Mitridáticas como uma informação histórica importante para a descrição de sua terra natal, o antigo reino do Ponto (X. 4. 10; XII. 3. 9). Da mesma forma que sabemos alguns dos nomes de seus professores porque eles foram apresentados como homens de grande reputação das suas cidades de

origem. As informações biográficas de Estrabão, inclusive as referentes à sua educação, não possuem autonomia na *Geografia*, nem pertencem a um capítulo particular, mas se encontram totalmente espalhadas pela obra na medida em que se relacionam com os espaços descritos ou temas discutidos.

Do que Estrabão transmitiu na sua obra podemos argumentar seguramente que teve contato com Homero ainda muito cedo. Em primeiro lugar porque disse, assumindo a defesa das qualidades pedagógicas da poesia, que as cidades gregas educam suas crianças com a poesia (I. 2. 3), e que ele próprio, na descrição da Grécia, estava comparando a condição atual com aquela descrita por Homero por causa da fama do poeta “e do lugar que ele ocupa em nossa vida desde a infância²²” (VIII. 3. 3). Se o próprio Estrabão nasceu em uma cidade grega e alega ter familiaridade com Homero desde a infância, podemos concluir dessas informações que ele teve uma educação homérica nos anos iniciais de sua vida. E o que é particularmente surpreendente desta conclusão é que se Homero esteve presente no início de sua formação, este início deve ter sido decisivo para o geógrafo, e os poemas homéricos devem ter acompanhado Estrabão durante toda sua longa vida, uma vez que Homero foi o autor mais citado e louvado na *Geografia*.

As possíveis consequências sobre a educação homérica de Estrabão serão debatidas com maior atenção no próximo capítulo. Por enquanto nos limitaremos a rastrear os possíveis elos que conectaram Estrabão às discussões homéricas ao longo de sua vida. Além do fato de os poemas homéricos serem a base da educação clássica e terem figurado no escopo educacional dos anos iniciais da vida de Estrabão, sabemos de pelo menos outros três pontos importantes: que Homero, considerado um dos *andres philosophoi* por Estrabão, foi o centro de um extenso debate - tanto entre os geógrafos quanto entre intelectuais dedicados a outros assuntos -, de modo que nos parece impossível fazer parte do universo cultural grego, especialmente das discussões geográficas, ignorando totalmente os tópicos homéricos; que dentre seus professores, ao menos um, Aristodemo de Nisa, foi um renomado estudioso dos poemas homéricos, e deve ter integrado um círculo de estudos homéricos (DUECK, D. 2000, p. 8-9); e que algumas das cidades que visitou eram destacados centros de estudos homéricos.

²²A tradução de Duane Roller, mais recente, traz *syntrophia* traduzido por *our common nurture with him*. Em outras traduções, como a espanhola da Gredos e a francesa da Belle Lettres, foi dado o sentido de familiaridade adquirida a partir de uma convivência desde a infância: “*familiaridad que desde la niñez tenemos con él*”; e “*la place qu’il occupe dans notre vie depuis notre enfance*”. A tradução de Roller sugere a existência de um processo de aquisição dessa familiaridade, mas não se arrisca a estendê-lo desde a infância.

Em primeiro lugar, como já dissemos, a expansão do horizonte conhecido para os gregos e romanos levou muitos estudiosos a confrontar o novo conhecimento disponível com os versos homéricos. Estrabão não só tomou posição nesse debate argumentando em favor do conhecimento de Homero sobre diversos topônimos, como demonstrou muita familiaridade com as discussões que o precederam. Estrabão apresentou os pontos de Zenão e Possidônio sobre uma passagem da *Odisseia* que não se sabe ao certo a quem Homero se refere (XVI. 4. 27). Argumentou contra Eratóstenes sobre as qualidades da poesia - em especial a poesia homérica - como veículo de aprendizagem (I. 2. 3); rejeitou as críticas de Eratóstenes a respeito dos topônimos homéricos (I. 2. 12-13) e argumentou que Eratóstenes errou quando disse que Homero não conhecia o rio Nilo e a ilha de Faro só porque não os mencionou pelo nome (I. 2. 22-23); apresentou a posição de Políbio como um dos defensores de Homero, concordando com sua visão sobre as viagens de Odisseu que passaram pela Itália e Sicília (I. 2. 15-17), mas apontou que Políbio errou sobre as referências ao Oceano Atlântico (I. 2. 18).

Ou seja, independentemente de sua educação homérica inicial, o interesse geográfico de Estrabão haveria de levá-lo para o centro das discussões sobre a fiabilidade dos versos de Homero, uma vez que essas discussões ocuparam um lugar central na geografia antiga e continuaram a ocupar em sua época, como demonstra não só a sua própria retomada das posições dessas grandes referências como também a de alguns outros menos conhecidos para nós. Demétrio de Scepsis, por exemplo, foi uma fonte importante para Estrabão sobre a região de Tróia, uma vez que ele era originário da região (XIII. 1. 43), e escreveu um estudo em trinta livros interpretando as poucas 60 linhas do Catálogo dos Troianos homérico (XIII. 1. 45). Aristarco de Samotrácia foi outra autoridade homérica mencionada por Estrabão (I. 2. 24-27), com quem Menecrates, pai de Aristodemo de Nisa, teve aulas (XIV. 1. 48). Crates de Malos também foi um dos estudiosos mencionados por Estrabão que tomou os poemas homéricos como base de seus estudos (III. 4. 4). Estrabão também menciona Apolodoro de Atenas como um dos geógrafos que tomaram a poesia homérica, especialmente o Catálogo das Naus, como base para sua descrição (I. 2. 24).

Essa pequena exposição nos coloca diante de um cenário intelectual marcado pela centralidade da questão Homérica nas discussões geográficas. Além disso, a presença de Aristarco de Samotrácia nessas discussões pode sugerir a inserção de Estrabão dentro de um círculo de estudos homéricos, uma vez que ele foi mestre do pai de um dos professores de Estrabão, Aristodemo de Nisa, também reconhecido pelos seus próprios estudos sobre

Homero. Estrabão nos conta que quando era novo assistiu extensivamente às aulas de Aristodemo quando este estava já em idade muito avançada. Segundo Estrabão, ele teve duas escolas, uma em Rodes e outra em Nisa, e ensinava retórica de manhã e filologia nas tardes, mas quando esteve em Roma como professor dos filhos de Pompeu ensinou apenas filologia (XIV. 1. 48). Daniela Dueck argumenta que Estrabão assistiu as aulas de Aristodemo em Nisa, e que a cidade, nesse momento, era “um grande centro cultural com uma grande biblioteca a um círculo intelectual inclinado aos estudos homéricos” (DUECK, D. 2000, p. 8). A autora destaca, ainda, que Aristodemo era neto de Possidônio, e que seu pai, Menecrates, que por sua vez foi aluno de Aristarco, outro estudioso de Homero, “escreveu um estudo comparativo da *Iliada* e da *Odisseia*” (DUECK, D. 2000, p. 8). Além disso, também acrescenta que o irmão de Aristodemo, Sótrato, escreveu sobre geografia, estudou com Possidônio, seu avô, e preservou as ideias do filósofo. Tais fatos sugerem a inserção tanto de Aristodemo quanto de Estrabão nos estudos homéricos. De fato, Dueck aponta que Aristodemo escreveu uma História e produziu comentários aos épicos, argumentando que Homero era originalmente um romano (DUECK, D. 2000, p. 9). Sarah Potheary (2011, p. 41-42) comenta que os trabalhos de Aristodemo foram perdidos, e que é difícil saber se as referências existentes a um certo Aristodemo como crítico literário são de fato referências ao mestre de Estrabão, mas que existe uma inclinação a considerá-lo como autor de tratados sobre gramática, história e Homero. Nos parece claro que a estadia de Estrabão em Nisa deve ter sido decisiva para determinar sua formação. Ela nos sugere uma afinidade muito grande com as discussões homéricas, bem como a possibilidade de uma introdução às ideias de Possidônio devido aos laços familiares existentes entre seu professor e o filósofo, potencialmente mediadas por Sótrato. Além disso, nos sugere também algum contato com as discussões geográficas, sejam as feitas por Possidônio, sejam as feitas pelo trabalho autoral de Sótrato.

Os outros de seus professores que Estrabão nos permitiu conhecer indicam uma inclinação ao aristotelismo. Um deles, Xenarco, está associado à descrição de Holmos, na Selêucia: “Alguns homens notáveis nasceram aqui em meu tempo: os filósofos peripatéticos Ateneu e Xenarco” (XIV. 5. 4). Estrabão nos informa que Xenarco, a quem ele ouviu, não ficou por muito tempo em sua terra natal, e escolheu ensinar em Alexandria, Atenas e Roma. Não sabemos ao certo onde Estrabão ouviu suas lições, uma vez que viajou tanto para Alexandria quanto Roma. Dueck (2000, p. 9) acredita mais na possibilidade de que esse encontro tenha acontecido em Roma. De fato, Estrabão nos transmitiu alguns detalhes sobre a

vida do filósofo em Roma, como sua amizade com Augusto, possivelmente mediada pela amizade com Ário, professor de Augusto (Suet. Augusto. 89). Nos conta ainda que Xenarco teve grande estima até em idade avançada e que perdeu a visão pouco antes de ser acometido por uma doença que tiraria sua vida (XIV. 5. 4). Esses detalhes da vida de Xenarco em Roma parecem sugerir o contato de Estrabão com o filósofo na urbe.

Além de Xenarco, Estrabão nos conta que teve aulas com o gramático e também peripatético Tirânio de Amiso (XII. 3. 16). Sobre Tirânio, Estrabão nos informou que ele, um *philaristoteles*, isto é, um admirador de Aristóteles, foi responsável por cuidar dos livros da biblioteca de Apelicon que continha os livros do filósofo, quando Sula a trouxe para Roma depois da captura de Atenas (XIII. 1. 54). A informação sobre a participação de Tirânio na organização dos livros de Aristóteles faz parte de uma breve narrativa sobre a transmissão desses livros. Estrabão nos conta com alguns detalhes como, após a morte do filósofo, os livros passaram pelas mãos de Teofrasto e Neleu, e como os herdeiros de Neleu guardaram as obras sem o devido cuidado, causando danos às obras e à futura transmissão das ideias de Aristóteles. O primeiro a tentar recuperar os trabalhos do filósofo foi Apelicon, que comprou os livros por uma grande quantia de dinheiro, mas ele, segundo Estrabão, era mais um admirador de livros do que filósofo, e suas edições ficaram cheias de erros. A consequência, argumenta Estrabão, foi que os peripatéticos desse período praticaram apenas um esboço da real filosofia de Aristóteles. Estrabão criou um novo termo para distinguir esses peripatéticos que foram prejudicados pela transmissão do material daqueles de seu tempo que tiveram acesso às obras melhor recuperadas e puderam “*aristotelizar*” melhor de acordo com as ideias de Aristóteles (*philosophhein kai aristotelidzein*) (XIII. 1. 54).

Daniela Dueck (2000, p. 9) comenta que Tirânio deve ter ensinado Estrabão em Roma, e que o filósofo também ajudou Cícero a organizar sua biblioteca, além de ter ensinado seu sobrinho Quintus. Dueck menciona uma carta de Cícero que indica a autoridade de Tirânio nos assuntos geográficos, bem como uma preocupação por parte de Cícero em tomar Eratóstenes como sua principal fonte, uma vez que Tirânio parece se contrapor às visões do geógrafo. Ainda no escopo da filosofia de Aristóteles, quando Estrabão falou sobre os homens notáveis de Sidon, mencionou Boeto e seu irmão Diodoto. Sabemos com certeza que conheceu o primeiro, com quem disse que estudou a filosofia de Aristóteles (XVI. 2. 24). Daniela Dueck (2000, p. 11) comenta que é possível argumentar, com certa cautela, que Boeto assistiu às aulas de Xenarco junto com Estrabão, e que assumiu a frente da escola peripatética

em Atenas após a morte de Andronico, que ocupava a posição anteriormente.

Apesar de as informações disponíveis sobre seus professores apontarem para uma formação filosófica dentro do aristotelismo, e do seu declarado interesse sobre o destino dos livros de Aristóteles e sua consequência na transmissão das ideias do filósofo sugerirem uma formação complementar peripatética, não são com as ideias de Aristóteles que Estrabão parece se identificar, e não são essas ideias que parecem definir de maneira mais influente o escopo da *Geografia*, mas sim o estoicismo. A outra ocorrência do neologismo *aristotelidzein*, termo que parece significar a prática de uma filosofia aristotélica correta, aparece na obra como algo a se evitar. Após passar pelos tópicos de seu interesse sobre a obra de Possidônio, Estrabão escreveu que “existe muita investigação das causas por parte dele [Possidônio] em imitação a Aristóteles (*aristotelidzon*), o que *os nossos* evitam devido a obscuridade das causas” (II. 3. 8).

Existe entre os estudiosos um consenso de que a referência a “os nossos” (*hoi hemeteroi*) é uma alusão aos estoicos. Myrto Hatzimichali (2018, p. 18) nota, porém, que a afirmação de Estrabão parece se opor à teoria estoica das causas, e argumenta que, talvez, “Estrabão tenha notado a diferença entre a noção aristotélica de causa, com ênfase na explicação, e a estoica, cuja ênfase na responsabilidade torna as causas menos relevantes em um contexto científico” (HATZIMICHALI, M. 2018, p. 18), ou ainda que talvez seja uma crítica a inclinação de ambos autores em buscar as causas mesmo quando estas estão por demais ocultas. O fato é que essa afirmação, quando acrescentada a outras referências mais explícitas ao estoicismo, nos permite argumentar seguramente que Estrabão via a si próprio como um estoico, mesmo que, como veremos, ele não tenha submetido seu objeto de estudo completamente à doutrina estoica, sugerindo uma concepção um tanto que particular de estoicismo.

A inclinação de Estrabão ao estoicismo fica clara quando se refere ao filósofo Zenão duas vezes como “nosso Zenão” (*Dzenon ho hemeteros*) (I. 2. 34; XVI. 4. 27). Essas duas referências ao fundador da Stoá acontecem na discussão de tópicos homéricos, e volta a se repetir na sua querela com Eratóstenes sobre a finalidade pedagógica da poesia de forma menos explícita como “os nossos [*hoi hemeteroi*] dizem que apenas o poeta é sábio” (I. 2. 3). Segundo Daniela Dueck (2000, p. 62), “os nossos” aqui é uma referência aos estoicos e a inclinação comum entre eles sobre a poesia. Mas, além destas referências que podem ser apenas o reflexo da proeminência do pensamento estoico na época, também podemos

observar a ocorrência de algumas ideias derivadas do estoicismo desenvolvidas ao longo da obra, principalmente através do conceito de providência (*pronoia*). Trata-se de um dos conceitos principais na filosofia estoica, sendo a chave para entender a configuração do mundo e das coisas que há nele. Segundo Jean Brun (1997, p. 73 - 75), a providência, que também pode ser entendida como destino ou a natureza, é para os estoicos uma realidade natural, ética e teológica que estrutura o mundo a partir de uma força, o *lógos*, que preside a organização do todo de forma racional e harmônica, de modo que não existe espaço para o acaso e o acidente nessa configuração. Essa força coloca as coisas em movimento, “é a razão do mundo, a lei de todas as coisas que estão no mundo, regidas e governadas pela providência. É a razão pela qual o passado foi, o presente é e o futuro será” (BRUN, J. 1997, p. 75).

Exprimindo a ideia de uma força que organiza a partir de uma razão todas as coisas que existem no mundo, não é difícil entender como a providência pode se encaixar em um estudo geográfico, pois, de acordo com essa lógica, é a partir da atuação da providência que se deve explicar o mundo e suas características. Um bom exemplo na obra de Estrabão pode ser visto na descrição de Toulouse, cujas características naturais e vantagens produziram um território tão harmônico que, com o fim dos conflitos regionais, a população facilmente adotou um modo de vida politicamente ordenado. Isso, continua Estrabão, pode ser argumentado como uma “confirmação dos trabalhos da providência (*pronoia*), uma vez que os lugares não estão ordenados de maneira casual, mas sim como se fosse o resultado de algum tipo de cálculo” (IV. 1. 14).

No entanto, nem toda ocorrência do termo *pronoia* na *Geografia* possui uma correspondência tão grande com a doutrina estóica. Hatzimichali (2018, p. 14-15) identificou quatorze ocorrências do termo ao longo da obra, das quais em nove Estrabão utilizou o termo para se referir não à providência atuando como uma força da natureza e arquiteta do mundo, mas sim como uma característica humana de premeditação e antecipação que resulta em vantagens futuras. Os romanos, por exemplo, escreveu Estrabão, acrescentaram os trabalhos da *pronoia* às vantagens naturais de sua terra, pois investiram na pavimentação de estradas e construção de esgotos e aquedutos, coisas que os gregos haviam negligenciado (V. 3. 8). E mesmo quando a concepção de *pronoia* está mais de acordo com a noção estóica, ainda podemos observar uma certa liberdade do geógrafo com o conceito. Isso pode ser visto na descrição do Egito: Estrabão explica que o lago Moiris, se parece com o mar: sua cor e

tamanho, bem como suas margens lembram as do mar. A partir disso, continua, pode-se conjecturar que a região toda do baixo Egito foi antigamente um mar (XVII. 1. 35). Trata-se, para Estrabão, de processos de mudanças pelos quais o mundo sempre passou, discutidas com mais profundidade no primeiro livro da *Geografia* (I. 3. 4). Após a descrição desse lago, Estrabão abre uma nova discussão sobre os trabalhos da natureza e da providência (*tes physeos kai to tes pronoias ergon*):

O da natureza é: todas as coisas convergem para o centro do todo, e cria uma esfera em torno disso. A mais densa e mais central é a terra, e a próxima e menos densa é a água. Cada uma forma uma esfera, a primeira sólida e a outra líquida (com a terra dentro dela). O da providência - que é a criadora e artesã de muitas coisas - é que ela orientou seus trabalhos primeiramente para os seres vivos, e entre eles os mais fortes (deuses e humanos), em função de quem tudo foi planejado. [...] Mas, uma vez que a água está em volta da terra e os humanos são animais terrestres e não aquáticos, e precisam de ar e luz, a providência criou muitas elevações e cavidades na terra, fazendo com que a maior parte da água preenchesse essas cavidades abaixo da superfície terrestre, deixando uma porção de terra seca suficiente para os humanos, animais e plantas (XVI. 1. 36).

A providência possui, nessa passagem, um caráter antropocêntrico: seus trabalhos são em função de criar condições favoráveis para a vida humana, e está em grande medida de acordo com a doutrina estóica. No entanto, a separação entre os trabalhos da natureza e os da providência - mesmo que ambos trabalhos aconteçam em conjunto (*synferontas*) - é algo que sugere algum grau de divergência com o pensamento estóico que via ambas noções como uma mesma coisa. Para Hatzimichali, devemos considerar que essa divergência que aparece na abordagem do geógrafo surge “menos de considerações filosóficas do que das prioridades do projeto geográfico de Estrabão” (HATZMICHALI, M. 2018, p. 16).

Outra ocorrência da *pronoia* que vale destacar acontece na revisão do pensamento de Possidônio no segundo livro da *Geografia*. Lá, Estrabão se opõe ao filósofo estoico e argumenta que as características da vida humana, animal e vegetal não são resultados da premeditação da providência, e sim se dão ao acaso e de acordo com as circunstâncias (*periptosin kai syntyxian*), de modo que se os atenienses, por exemplo, são inclinados à instrução e os espartanos não, isso deve às peculiaridades locais e aos costumes, não tendo qualquer tipo de relação com as condições naturais ou ao capricho da *pronoia* (II. 3. 7), de

modo que Estrabão reduz o papel da providência em detrimento das circunstâncias de origem humana na diferenciação dos grupos humanos: eles se diferenciam devido a processos internos e pode ser explicado pela aplicação de determinado em determinada atividade.

O que os usos feitos por Estrabão do conceito de *pronoia*, ideia central no estoicismo, nos revela é que Estrabão certamente teve familiaridade com as ideias estoicas o suficiente para se identificar mais como um adepto do estoicismo do que da filosofia de Aristóteles, na qual foi introduzido por seus muito estimados professores Tirânio e Xenarco. Seu sentimento de pertença declarado nas suas referências “aos nossos” e a Zenão encontra eco nas ideias expressas ao longo da *Geografia*. Mas, por outro lado, a forma particular como fez uso das ideias - mencionando a *pronoia* como uma qualidade humana, separando-a da noção de natureza e até mesmo se contrapondo ao estoico Posidônio, uma das suas grandes referências intelectuais, sobre a extensão do papel da *pronoia* na configuração das características da vida humana - nos revela, talvez, uma revisão do conceito e uma postura intelectual que dá prioridade à explicação geográfica sobre a filosófica, como sugere Myrto Hatzimichali (2017, p. 18); ou ainda, como argumenta Jérôme Laurent, os conceitos estoicos na *Geografia* refletem mais a imagem de um Estrabão eclético em sintonia com as ideias mais populares de seu tempo do que a imagem de um geógrafo profundamente engajado com a filosofia estoica propriamente dita (2008, p. 126-127).

Apesar de as ideias estoicas ocuparem um lugar de maior importância do que a filosofia peripatética na *Geografia* e ser com essa escola de pensamento que Estrabão se identifica de forma explícita, não temos a mesma riqueza de detalhes sobre como essas ideias podem ter sido transmitidas a ele. Sabemos, no entanto, que as ideias estoicas eram muito influentes na época, e também temos notícia de alguns estoicos com quem teve contato e amizade e que serviram de fonte de informações direta na descrição de eventos históricos e aspectos geográficos. Em primeiro lugar, vale lembrar do já mencionado círculo intelectual e familiar ao qual Estrabão se juntou em Nisa que pode tê-lo colocado em contato com as ideias do estóico Possidônio, já que seu professor Aristodemo de Nisa era neto do filósofo. Se o contato com esse círculo de intelectuais em Nisa feito quando Estrabão ainda era novo foi responsável por introduzi-lo ao estoicismo de forma geral e às ideias estoicas de Possidônio de forma particular não podemos confirmar. O fato é que Estrabão não só esteve familiarizado com conceitos estóicos como também foi um admirador de Possidônio, a quem considerou o homem com o conhecimento mais extenso de seu tempo (XVI. 16. 10), mesmo tendo

discordado com o filósofo assumindo, como vimos, uma postura um pouco estranha ao estoicismo no que diz respeito ao papel da providência.

Outro possível ponto de contato com a filosofia estóica que pode ter influenciado a postura de Estrabão é o filósofo Atenodoro de Tarso, um dos homens de alta reputação citados na *Geografia*. Junto com este Atenodoro, Estrabão ainda menciona outros quatro filósofos da mesma cidade: Antipatros, Archedemos, Nestor e um outro Atenodoro - chamado de Cordylion -, todos eles, com a exceção de Nestor, estoicos (XIV. 5. 14). Estrabão nos conta sobre alguns episódios da vida de Atenodoro de Tarso: ele foi professor muito prestigiado de Augusto, tendo sido enviado de volta para Tarso na sua velhice com autoridade conferida pelo próprio Augusto para dissolver o governo local devido a sua corrupção e assumir a administração da cidade. Estrabão nos informou alguns detalhes desse processo: houve resistência por parte dos locais, e o geógrafo citou até mesmo as falas das contendas e uma frase escrita em uma parede contra Atenodoro. Essa riqueza de detalhes sugere um certo grau de proximidade com o filósofo, e de fato Estrabão também nos informa que era amigo de Atenodoro, de quem colheu algumas informações sobre Petra (XVI. 4. 21). Sabemos ainda que o filósofo, ao lado de Posidônio, foi a referência de Estrabão nas discussões sobre a natureza do movimento das marés (I. 1. 9), e Daniela Dueck (2000, p. 11) acredita que os detalhes sobre os acontecimentos de Tarso podem ter vindo da sua obra *Sobre a Pátria* ou ainda a partir de conversas em encontros pessoais.

Outros pontos importantes da formação intelectual de Estrabão podem ser inferidos a partir de alguns dados biográficos referentes às suas viagens. De acordo com Daniela Dueck (2000, p. 130), a expansão romana em partes remotas do mundo habitado, bem como a política imperial de Augusto ajudaram a criar um cenário favorável aos viajantes, sendo muitos deles intelectuais que visitavam cidades reconhecidas como centros de estudo para complementar sua formação ou para ensinar. O próprio Estrabão nos oferece um reflexo dessa realidade, tanto porque ele mesmo participou dessas viagens, como também documentou essa realidade extensivamente. A grande quantidade de homens de alta reputação ligados ao universo letrado citados nas descrições das cidades nos revela um mundo repleto não só de intelectuais, mas de redes de trânsito desses intelectuais sem as quais as informações sobre eles não viajariam. Além do mais, em alguns casos esses homens de alta reputação foram descritos com detalhes sobre sua atuação intelectual fora da sua cidade natal. O caso de Aristodemo de Nisa, professor de Estrabão, é bastante emblemático: além de Nisa e Rodas,

ensinou filologia aos filhos de Pompeu em Roma (XIV. 1. 48).

Estrabão declarou, não sem um certo orgulho, a importância de suas viagens para a composição de sua obra. Essas viagens compõem, junto com as informações colhidas por seus predecessores, a base de informação para sua *Geografia*:

Eu viajei desde o oeste da Armênia até as regiões do Tirreno em frente a Sardenha, e em direção ao sul desde o Mar Negro até as fronteiras da Etiópia. E você não pode encontrar outra pessoa entre os geógrafos que viajou mais do que as distâncias mencionadas. Aqueles que viajaram mais do que eu nas regiões ocidentais não o fizeram no leste, e aqueles que viajaram mais nas regiões orientais não viajaram mais que eu em direção ao oeste, e o mesmo se mantém verdade com relação às regiões do sul e do norte” (II. 5. 11).

Mas, mais do que legitimar o seu trabalho como geógrafo que colhe informações *in loco*, essas viagens também devem ter desempenhado um importante papel na sua formação dentro da tradição intelectual do helenismo. Como já vimos, teve aulas com seus professores em Nisa e Roma. Sabemos ainda que chegou a morar em Alexandria por muito tempo²³ (II. 3. 5), onde muito provavelmente deve ter aproveitado a grande disponibilidade de materiais na famosa biblioteca talvez ainda na composição de seu trabalho histórico. Historicamente, Alexandria se constituiu como um dos principais - quando não o principal - centro intelectual do mundo helenístico. Francesca Schironi (2011, p. 01)²⁴ argumenta que a consolidação de Alexandria como esse grande centro intelectual foi fruto da política dos ptolomeus na disputa com os demais reinos herdeiros de Alexandre pela posse do legado da cultura grega, e comenta sobre uma política cultural instituída pelo rei Ptolomeu III que mantinha que todos os livros que chegassem deveriam ser copiados, ficando o original na cidade, de modo que a riqueza e diversidade de materiais que poderiam ser acessados na biblioteca se tornou, de fato, surpreendente.

A longa estadia em Alexandria deve ter impactado de algum modo a formação intelectual de Estrabão, embora os detalhes desse impacto não podem ser precisamente

²³Não é possível saber a quanto tempo Estrabão se referiu com a expressão *polyn chronon*, mas podemos supor que deve ter sido suficiente para satisfazer seus interesses com a estadia.

²⁴O texto de Schironi faz parte da entrada “*Hellenistic Scholarship*” no livro “*The Homer Encyclopedia*” editado por Margalit Finkelberg. Nessa pesquisa tivemos acesso apenas aos verbetes isolados e sem a paginação igual à do livro, de modo que nossa citação se refere à primeira página da entrada da autora, não à primeira página do livro.

definidos. Dois tópicos, no entanto, merecem ser ao menos apontados: a cidade foi onde Eratóstenes desenvolveu seus trabalhos quando foi responsável pela curadoria da biblioteca; e foi onde a crítica homérica se desenvolveu com particular vigor pelos gramáticos com a finalidade de se produzir uma versão corrigida dos poemas que, supunha-se, haviam sido corrompidos pela transmissão oral. Esse esforço de correção homérica fazia parte, na verdade, de um esforço maior de preservação de outros autores clássicos como Ésquilo, Sófocles, Eurípidas e Aristófanes, por exemplo, e também era praticado em outras cidades como Pérgamo. Se, ou em qual medida Estrabão teve acesso a todo esse material em Alexandria - citado frequentemente na *Geografia* - não sabemos, mas é muito verossímil conjecturar que sua estadia na cidade teria feito parte da sua formação intelectual.

Sem sombra de dúvidas Estrabão viajou para muitos outros lugares, mas, como notou Daniela Dueck (2000, p. 18), embora o geógrafo tenha orgulhosamente declarado ter viajado extensamente, são poucas as vezes que os lugares em que esteve são determinados ao longo da sua descrição. No geral, sabemos quais cidades visitou quando sua descrição entrega algum tipo de referência que sugere algum tipo de experiência sensitiva em termos como “eu vi” ou “eles me mostraram”, por exemplo. Outras vezes, a presença de Estrabão é sugerida por impressões estéticas acrescentadas à descrição, como no caso de Esmirna que, segundo o geógrafo, “no presente é a cidade mais bonita da Jônia” (XIV. 1. 37). Sua possível passagem por Esmirna pode ter sido acompanhada por estudos homéricos, já que Estrabão nos informa que a cidade possuía uma biblioteca e que os cidadãos acreditavam que Homero nasceu na cidade, sendo honrado em moedas e com o *Homereion*, um pórtico quadrangular com um templo dedicado ao poeta.

Como vimos, não é possível reconstituir completamente o processo de formação de Estrabão. Conhecemos como um polímata de 80 anos pela sua *Geografia*, mas não podemos conhecer cada passo de seus estudos. Podemos, no entanto, saber de algumas informações importantes: que estudou com dois peripatéticos, que teve contato com a filosofia estoica possivelmente mediada pela amizade com Atenodoro de Tarso ou pelos seus contatos em Nisa quando era ainda novo, que pode ter estudado uma grande variedade de assuntos em Alexandria onde já morou, e, o que mais se destaca na sua obra: que teve contato com os estudos homéricos durante a maior parte de sua vida, começando talvez como parte da educação inicial comum aos gregos, passando por seu professor Aristodemo de Nisa, sua possível passagem em Esmirna, sua estadia em Alexandria, se tornando um dos tópicos mais

importantes de sua vida intelectual, já que foi mantido até os anos finais de sua longa vida quando escreveu a *Geografia*. Um estudo sobre Estrabão e sua formação nos revela que Homero é a grande autoridade defendida por Estrabão, e possivelmente o pilar mais importante de toda sua formação intelectual.

CAPÍTULO 3: Homero segundo Estrabão

3. 1. A educação homérica

Estrabão justifica sua *Geografia* argumentando sobre a possibilidade que ele teve, em seu tempo, para corrigir alguns tópicos e acrescentar ao conhecimento já acumulado pelos geógrafos que o precederam as informações sobre a nova realidade promovida pela expansão dos romanos e dos partos. Não se trata, para ele, de uma discussão com toda a tradição geográfica, mas apenas com aqueles mais importantes, os quais ele próprio toma como referência como “Eratóstenes, Posidônio, Hiparco, Políbio e outros” (I. 2. 1). Dentro dos tópicos que Estrabão se propôs a discutir contra Eratóstenes em particular, e corrigi-lo, está a questão homérica, em que o geógrafo nos revela muitas das suas posições sobre a poesia em geral e Homero em particular. Na verdade, podemos argumentar que para ele todo debate sobre poesia acaba por ser um debate sobre Homero, o poeta por excelência (I. 2. 10). Estrabão nos informou que Eratóstenes defendia que os poetas tinham como objetivo o entretenimento, não o ensino, de modo que podiam fabricar sua narrativa de acordo com esse objetivo (I. 2. 3). Contra esta posição, Estrabão elaborou uma longa argumentação defendendo a multiplicidade de conhecimentos de Homero bem como sua inclinação à educação (I. 2. 3- I. 2. 40).

Um dos temas mais sensíveis desse debate é a existência dos mitos nos poemas homéricos. Se por um lado Estrabão enumera ao longo da obra diversos topônimos referenciados e conhecidos por Homero, por outro ele está ciente que não pode lidar com os poemas como se fossem espelhos perfeitos da realidade, afinal a narrativa é mítica. Mas, para o geógrafo, isso não chega a ser um problema que coloca em xeque a finalidade instrutiva da poesia homérica, porque a presença dos mitos não exclui dos versos as informações que servem à educação. Da mesma forma que não se pode censurar um poeta por omitir detalhes - até mesmo os geógrafos o fazem - também não se deve censurá-lo se misturar “fábulas dentro de sua narrativa histórica e pedagógica” (I. 1. 10). Na verdade, na perspectiva de Estrabão, os mitos complementam a poesia e a ajudam a alcançar seu objetivo, de modo que, conclui o geógrafo, “Eratóstenes deveria ter dito que todo poeta escreve com o propósito de entreter e ensinar, mas ele disse que é apenas para entreter e não ensinar” (I. 2. 3).

Estrabão nos informa que as cidades e os legisladores consideraram os mitos úteis

para a educação ainda antes dos poetas. Segundo o geógrafo, partindo do princípio de que os humanos são animais racionais que buscam o conhecimento, os legisladores e as cidades entenderam que os contos poderiam atrair as crianças, podendo o mito funcionar como uma forma de linguagem que faz com que elas queiram buscar o conhecimento, uma vez que “quando as maravilhas e os prodígios são acrescentados, aumenta-se o prazer, que é um atrativo para o ensino” (I. 2. 8). Estrabão compara todas as pessoas com pouca instrução com crianças que amam os mitos (*philomythei*). Além disso, acrescenta que os mitos, por serem também assustadores, possuíam uma outra função para as cidades, que é a de dissuasão, de modo que os mitos são considerados a linguagem ideal para a instrução e ordenamento da vida política, ao menos para aqueles que não possuem a maturidade intelectual necessária para a aquisição do conhecimento por outras vias, isto é, aqueles de “mente infantil” (*nepiόphronas*):

“A maioria dos que vivem nas cidades tende a ser encorajados pelos mitos prazerosos, ouvindo os poetas recitar feitos de heroísmo, como os trabalhos de Herácles ou Teseu, ou as honras dispensadas aos deuses, ou ainda, por Zeus, quando eles veem representações, imagens ou figuras que sugerem alguma ocorrência no mito. Contudo, eles são dissuadidos pelas punições dos deuses, medos ou ameaças” (I. 2. 8).

Estrabão ainda comenta que os antigos, ao perceberem a utilidade do mito para a cidade, e também a utilidade para introduzir fatos históricos, decidiram preservar esse sistema de educação infantil também na maturidade, acreditando que a poesia poderia ser suficiente para educar em todos os períodos da vida. Mais tarde surgiram a escrita da história e a filosofia, mas essas formas, argumenta Estrabão, eram acessíveis para poucos, enquanto a poesia, “especialmente a poesia de Homero, é para um público maior e pode até mesmo encher um teatro” (I. 2. 8).

Essas palavras do geógrafo parecem considerar o mito como uma forma de linguagem capaz de instruir as pessoas ainda não suficientemente desenvolvidas em dois sentidos ligados à formação de caráter: ao mesmo tempo que direciona as pessoas ao que é bom - como pelos feitos dos heróis -, também pode afastá-las do que é considerado ruim ao dissuadi-las a partir do medo provocado pelos castigos divinos, por exemplo. Desse modo, o mito opera dentro da poesia como uma linguagem capaz de instruir tanto pelo seu conteúdo quanto pela sua capacidade de atrair a atenção de um público específico. Esses argumentos vão de encontro

com a ideia geral que Estrabão defende contra Eratóstenes, com base nas maiores autoridades do assunto e com base nos antigos: que a poesia, com toda sua carga mítica, é um tipo de filosofia primária (I. 1. 10) que “introduz as pessoas desde a infância ensinando-as sobre os costumes, emoções e ações sem abrir mão do prazer (*ethe kai pathe kai prakseis meth' edones*)” (I. 2. 3).

Não sendo um problema para a instrução, os mitos podem fazer parte das poesias sem que isso signifique uma perda de credibilidade dos poetas, que podem simultaneamente investir no teor educacional e estético de suas narrativas. E, muito embora Estrabão argumente que os mitos se direcionam para as “mentes infantis”, tendo ele próprio recebido esse tipo de instrução em sua infância, isso não quer dizer que para ele a poesia, especialmente a homérica, esgote sua função na instrução das crianças. Pelo contrário, vimos no capítulo anterior que, mediado por seu professor Aristodemo de Nisa e pelas suas viagens a centros de estudos homéricos, o poeta acompanhou Estrabão desde a infância até a escrita da *Geografia* nos anos finais de sua longa vida, sendo a principal referência da obra. Nem os peripatéticos nem os estóicos, ambos parte da formação intelectual do geógrafo, foram tão importantes para a *Geografia* quanto Homero. Se por um lado Estrabão preferiu evitar “aristotelizar” (II. 3. 8) e limitou o papel da providência na configuração da vida humana contra o tão estimado estoico Posidônio (II. 3, 7), não vemos nenhum tipo de indisposição semelhante contra o poeta.

No entanto, para não nos deixarmos enganar, acreditando que a postura que Estrabão assumiu teve um tom de reverência religiosa com relação a Homero, vale ressaltar que o geógrafo se recusou a se alinhar com aqueles que tinham desejo injustificável de atribuir ao poeta todo tipo de conhecimento. Aqui, Estrabão retoma uma posição de Hiparco, que diz que o ato de atribuir essa onisciência a Homero seria “semelhante a alguém que pendura maçãs e peras em uma grinalda ática que não pode suportá-las” (I. 2. 3). Existem outros fatores que explicam melhor a posição de proeminência de Homero na *Geografia* do que uma reverência cega e puramente apaixonada. Em primeiro lugar, como já vimos, o poeta esteve presente na formação intelectual de Estrabão. Em segundo lugar, vimos brevemente como foi amplamente debatido pelos geógrafos que o precederam, se tornando um assunto comum nas discussões geográficas, e portanto um tópico relevante para a obra. Mas, além disso, Homero foi uma das figuras mais importantes na cultura grega, e a grande reputação do poeta que vemos na *Geografia* é, também, reflexo de uma longa tradição cultural e intelectual que por séculos

colocou em disputa a autoridade de Homero sobre diversos temas além da geografia. Por último, vale relembrar a situação do geógrafo e seu contexto histórico: identificando a si próprio como um grego pertencente a um mundo cultural e intelectual superior, mas que se tornou submisso ao poder político e militar de Roma, uma das preocupações de Estrabão foi destacar a alegada superioridade cultural da sua origem grega sobre os romanos. E ele fez isso mencionando os intelectuais de grande reputação do mundo grego (ENGELS, J. 2005) e também louvando a força e a vitalidade do legado homérico, essa pedra estruturante da cultura e identidade grega (KIM, L. 2010).

A postura de Estrabão não foi uma novidade entre os antigos. Estrabão deixa claro ao longo da sua discussão que a disputa em torno da autoridade de Homero é um tema que o antecede de longa data. Homero é tido como o fundador da geografia por ele, em comum acordo com seus predecessores (I. 1. 2). Além disso, os diversos autores que Estrabão trouxe à tona revelam a extensão cronológica do debate: foram mencionados, dentre outros, Heráclito de Éfeso (I. 1. 6), Zenão de Cítio (I. 2. 34), Eratóstenes (I. 2. 3), Hiparco (I. 2. 3), Políbio (I. 2. 18) e Possidônio (XVI. 4. 27), todos eles tomando parte na questão homérica. Apenas esses nomes nos revelam que a discussão dos temas homéricos no âmbito da geografia se estenderam desde pelo menos a época de Heráclito no século VI a.C até Estrabão, passando pelos mais destacados nomes que protagonizaram o desenvolvimento das idéias geográficas.

Mas a educação homérica não se limitou apenas à geografia. Na realidade, um breve olhar pela história da educação grega nos revela que o poeta ocupou um lugar de destaque nessa história da qual Estrabão foi apenas uma parte. Diversas fontes, entre críticos ou não, atestam esse lugar: ainda no século VI. a. C, Xenófanes de Cólofon registrou que “desde o princípio todos aprenderam de acordo com Homero” (Fragmento 10); no ano de 405 a.C. a comédia *As Rãs* de Aristófanes atesta que a honra e a glória do poeta vieram “das coisas úteis que ensinou” (Rãs. 1034-6); e Platão, na *República*, apesar de criticar a educação homérica, se referiu a Homero como “educador dos gregos” (República. X. 606e), reconhecendo a posição do poeta.

Para entendermos como Homero se tornou o “educador dos gregos” precisamos antes tecer alguns comentários introdutórios sobre qual o lugar social da poesia e dos poetas na Grécia Antiga. Tanto Hesíodo quanto Homero, os dois poetas tidos como os mais antigos pela tradição grega, abrem seus versos pedindo às Musas a inspiração para a narrativa que se segue. Na *Teogonia*, Hesíodo nos conta um pouco sobre as musas (Teogonia. 36-105): elas

são as nove filhas de Zeus com a Memória (*Mnemosyne*), e cantam no Olimpo “dizendo o que é, o que será e o que foi antes” (Teogonia. 38). Hesíodo alega que elas o ensinaram o belo canto quando ele, um pastor, apascentava cordeiros no monte Hélicon, dizendo a ele que sabiam “muita coisa enganosa falar semelhante à genuínas”, e quando queriam, sabiam também “verdades proclamar” (Teogonia. 22-28). Após isso, Hesíodo alega ter recebido o cetro das Musas que “sopraram-me a voz / inspirada para eu glorificar o que será e foi, / pedindo que cantasse a raça dos ditosos sempre vivos / e a elas mesmo primeiro e por último sempre cantasse” (Teogonia. 31-34).

O que Hesíodo nos diz é que a autoridade de toda a narrativa que se segue à exortação das Musas não é mais do próprio poeta, ele que, inspirado pelas deusas, se transforma em um veículo das palavras das Musas. Da mesma forma ele abre seu outro poema, *Os Trabalhos e os Dias*: “Musas, que com cantos glorificam, da Piéria para cá, narraí de Zeus, vosso pai, celebrando-o” (Trabalhos. 1-2); e Homero também fez o mesmo nos primeiros versos na *Iliada* e na *Odisseia*: “Cante-me, ó deusa”; “Fala-me Musa”. A partir desse momento, quem canta a cólera de Aquiles - e todos os eventos que dela sucederam na Guerra de Tróia - e as andanças de Odisseu em sua volta para casa - e todos os lugares, povos e prodígios que o herói viu - não é Homero e sim as Musas, que, como nos informou Hesíodo, cantavam o que foi, o que é e o que será, mesmo que de forma enganosa, de modo que, segundo Thiago David Stadler, “o campo da verdade e das mentiras assemelhadas aos fatos ficava mais transponível, mais propício às interpretações matizadas de acordo com cada realidade” (STADLER, T. D. 2020, p. 91).

Essa origem divina do discurso dos poetas é o que está na base da autoridade da poesia no mundo antigo. Segundo Marcel Detienne, a invocação das musas conferia um suporte simbólico sobre o qual o discurso se produzia como verdadeiro, “um discurso eficaz; com sua virtude própria, institui um mundo simbólico religioso que é a própria realidade” (DETIENNE, M. 2013, p. 16). Não há dúvidas que parte da vitalidade da poesia homérica pode ser explicada pela sua relação com o divino, que garantiu ao poeta a autoridade sobre a verdade. Além disso, o caráter incerto e enganoso das verdades sopradas pelas Musas também deve ter aberto margem para disputa sobre o discurso e o que de fato se disse.

Mas, como já apontamos em alguns momentos do texto, a autoridade de Homero, mesmo que resguardada por uma tradição que considerava o discurso dos poetas como um discurso de origem divina, não chegou intacta até os tempos de Estrabão. O próprio esforço

do geógrafo por defender as qualidades do poeta pressupõem um ataque. O principal interlocutor de Estrabão foi Eratóstenes, mas como já vimos, muitos outros tomaram partido nessa querela. O primeiro crítico de quem temos notícia foi Xenófanes de Cólofon, que acusou tanto Homero quanto Hesíodo de atribuírem aos deuses “todo tipo de coisas que são reprováveis e censuráveis entre os homens: roubo, adultério e fraudes” (Fragmento 11).

Um dos pontos mais importantes da crítica homérica foi a feita por Platão. Se por um lado, na *República*, o filósofo alegou ter respeito por Homero desde a infância (595b), e reconheceu que o poeta foi o educador dos gregos (606e), o maior dos poetas e primeiro dos tragediógrafos (607a), essa reverência não o impediu de tecer uma longa crítica, argumentando que a cidade ideal haveria de banir a poesia mimética, inclusive a de Homero, pois “não se deve honrar um homem acima da verdade” (595c).

A crítica de Platão deve ser entendida dentro da doutrina filosófica por ele desenvolvida. Para ele, por ser uma arte mimética, a poesia não é capaz de apresentar a realidade a uma audiência, mas apenas uma aparência dessa realidade. Segundo Luc Brisson (2017, p. 3-4), para ilustrar essa situação Platão utilizou o exemplo de uma cama: em primeiro lugar existe a cama real e ideal, que é o modelo para a cama sensível e material, esta que é, por sua vez, uma imitação baseada em seu modelo ideal. Enfim, continua Brisson, “existe a cama imitada pelo pintor ou pelo poeta, o primeiro usando cores e o segundo usando as palavras, que é apenas uma imagem de uma outra imagem” (BRISSEON, L. 2017, p. 3), de modo que o artista mimético - como o poeta - está três vezes distante da imagem real do objeto narrado (602c), fazendo com que a poesia produza apenas um simulacro da realidade.

Isso acontece porque, para Platão, o poeta não precisa conhecer realmente o objeto imitado: ele faz suas imitações “sem saber, relativamente a cada uma, em que é que ela é má ou boa; mas, ao que parece, aquilo que parecer belo à multidão ignara, é isso mesmo que ele imitará” (602b). Esse raciocínio leva o filósofo a concluir que “a arte de imitar executa as suas obras longe da verdade” (603a-b). Como, longe da verdade desse modo, a poesia homérica pode ser usada para a educação? É preciso, argumenta Platão, bani-la da cidade, pois caso contrário “governarão a cidade o prazer e a dor, em lugar da lei e do princípio que a comunidade considere, em todas as circunstâncias, o melhor” (607a).

A crítica platônica não para por aí. Pois, uma vez que o poeta canta sob inspiração das Musas, portanto destituído das suas qualidades racionais que poderiam colocá-lo em contato com a realidade, ele se afasta ainda mais da verdade. Catherine Collobert concluiu que ambas

as teorias de Platão - da arte mimética e da possessão das Musas - levam à mesma conclusão, a de que o poeta é ignora a realidade:

“o poeta não tem conhecimento, e sua atividade não tem como objetivo a verdade. A poesia poderia ser o produto da inspiração divina; e poderia ser *mimesis*, mas ela é, definitivamente, uma atividade decorrente da ignorância” (COLLOBERT, C. 2011, p. 41).

Além disso, Platão também criticou a poesia por conta da sua natureza performática no mundo antigo e a consequente relação entre poeta e audiência. Estando no controle da linguagem, os poetas poderiam direcionar sua narrativa de modo que ela se tornasse agradável ao público. Nesse caso, a relação com a crítica aos sofistas é explícita, pois assumem um compromisso mais com a recepção da narrativa do que com a verdade que poderia estar contida nos versos. Podemos ver essa crítica presente no *Íon*: à pergunta de Sócrates se tinha consciência que a sua poesia causava na audiência, o rapsodo Íon respondeu que sim, e explicou com as seguintes palavras: “preciso prestar grande atenção neles, pois se os faço chorar, devo rir por conta do dinheiro que ganho, mas se os faço rir, devo chorar por conta do dinheiro que perco” (*Íon*. 535e).

Platão também abordou o mesmo problema moral que Xenófanes havia levantado antes. Para o filósofo, a forma ímpia e cheia de vícios como os deuses foram representados na obra poderia incitar os cidadãos da *polis* à anarquia. Trata-se de uma crítica aos versos da *Theomachia* homérica presentes no canto XX da *Iliada*, quando os deuses lutam entre si. Platão argumenta que não é bom que se conte aos jovens

“que os deuses lutam com os deuses, que conspiram e combatem - o que [para ele] não é verdade - se desejamos que nossos futuros guardiões considerem que nada é mais vergonhoso que brigar levemente uns com os outros” (*República*. 378b-c)

Para Platão os deuses homéricos não só não correspondem à realidade - tais atos não seriam próprios deles - como também tal forma de representá-los seria danosa à ordem da cidade, ainda mais se considerarmos o papel de Homero na educação das crianças que, segundo o filósofo, não seriam capazes de discernir se nesses versos existe uma alegoria (*hypónoia*), uma mensagem mais profunda a ser interpretada por trás da aparência imediata da narrativa (*República*. 378d). Ou seja, deve-se banir a poesia - em especial a homérica, apesar da sua qualidade artística - porque ela, sendo mimética, irracional, performática e imoral, não só não poderia ser um bom instrumento para a educação porque é estranha à verdade, como

também apresenta às crianças formas de comportamento que devem ser evitadas na cidade ideal do filósofo.

Mas, muito diferente das ideias de Platão sobre a arte mimética - e, consequentemente, do seu papel na educação -, foi a postura de Aristóteles. Para ele, a ação de mimetizar está naturalmente presente nos seres humanos desde a infância e à ela recorrem para efetuar suas primeiras formas de aprendizagem: ao observar as imagens mimetizadas, “aprendem a contemplar e elaborar raciocínios sobre o que é cada coisa” (Poética. 1448b). Isso porque a *mimesis*, para Aristóteles, apesar de não corresponder completamente com a realidade, é produzida pelo artista - em particular o poeta - segundo a verossimilhança ou a necessidade, de modo que a poesia se refere ao universal, enquanto que a história, ao evento e ao particular (Poética. 1451b). O ato de mimetizar do poeta é, para Aristóteles, tanto um ato criativo quanto imitativo, e mesmo que não se oriente para apresentar a realidade como tal, a *mimesis* não é, como para Platão, um impedimento para a educação. Operando dentro do verossímil, a poesia pode apresentar “personagens, emoções e ações” à audiência (1447a).

Para Howard Cannatella, a partir dessas características que Aristóteles considerou próprias da arte mimética, esse tipo de arte possuía um potencial educacional muito forte dentro da teoria aristotélica:

“Aristóteles viu a *mimesis* desempenhando um papel significativo no auxílio do entendimento humano, acreditando que era natural para os seres humanos contemplar e construir imagens, ações, melodias e ideias na forma mimética. Ele argumenta que a *mimesis* causa aprendizado e prazer sendo uma fonte essencial para o conhecimento humano e sabedoria” (CANNATELLA, H. 2006, p. 9).

É difícil detalhar como, para Aristóteles, a poesia homérica poderia ser usada para a instrução, uma vez que não existe uma obra com a finalidade de discutir o tema. Mas, pela sua discussão sobre a *mimesis* presente na *Poética*, bem como a constante alusão a Homero na obra, que apesar de ter como tema central a tragédia, não consegue escapar do peso do poeta - ele é tido por Aristóteles, na verdade, como um tipo de precursor da tragédia e também da comédia²⁵ (1448b-1449a) - podemos concluir com segurança que a poesia de Homero foi considerada pelo filósofo como um material com um potencial educativo expressivo. Além disso, ao longo das suas outras obras existem inúmeras referências ao poeta, como demonstra

²⁵Precursor da comédia porque Aristóteles atribuiu a Homero a autoridade de um antigo poema cômico perdido chamado *Margites*.

Donald McGuire (1977) ao subdividir todas as referências a Homero na obra do filósofo em três tipos: as que consideram Homero um mestre das artes da linguagem, uma fonte de informação filosófica e científica e como professor de valores humanos.

Mencionaremos dois exemplos interessantes dessas referências. Aristóteles discute, na perspectiva da zoologia, a idade que os cães podem alcançar com base em Homero:

“O cachorro da raça dos Laconianos vivem dez anos, e a cadela vinte. A cadela de outras raças usualmente vivem por quatorze ou quinze anos, mas alguns vivem até os vinte; e por essa razão, certos críticos consideram que Homero fez bem em representar o cachorro de Odisseu morrendo no seu vigésimo ano” (História dos Animais, 575a).

Nessa passagem, Aristóteles indica a existência de um debate em torno de Homero em que os críticos prestaram atenção e parecem concordar até mesmo com a idade que o poeta escolheu para a morte do cão de Odisseu, ilustrando como os versos homéricos foram considerados instrutivos e carregados de informação para os mais variados temas. Uma outra referência ao poeta, dessa vez na *Política*, nos mostra como, para Aristóteles, Homero conheceu e falou sobre as formas primitivas de organização social da vida humana ao apresentar os Ciclopes e sua forma de vida dispersa nas montanhas: “Isto é o que Homero quis dizer com: ‘E cada um exerce a lei a seus filhos e esposas’, porque seus Ciclopes vivem em famílias dispersas; e está é a forma em que as pessoas viveram em tempos antigos” (Política. 1252b). A posição do filósofo diante de Homero é clara: a descrição dos Ciclopes nada mais é do que uma descrição da verdadeira organização sociopolítica das pessoas em tempos antigos.

Nos parece que as ideias de Platão e Aristóteles foram fundamentais para o desenvolvimento das discussões sobre o papel das artes miméticas na educação dos gregos, e, conseqüentemente, sobre o papel de Homero. Considerando essas artes a partir de perspectivas diferentes, ambos filósofos conceberam um lugar distinto para a poesia: Platão a banuiu da cidade por não ter a verdade como objetivo; Aristóteles a valorizou justamente por não ter como objetivo o que realmente aconteceu, mas por poder apresentar temas universais ao público que poderiam servir à instrução. Vemos ecos dessas posições no embate de Estrabão com Eratóstenes. Se para esse último a poesia era unicamente orientada em direção ao prazer sem qualquer compromisso com a verdade, se aproximando da perspectiva

platônica, Estrabão parece recorrer a Aristóteles, pois para ele a poesia junta prazer e aprendizado. Mais do que ensino, quando Estrabão argumenta que a poesia “introduz as pessoas desde a infância ensinando-as sobre os costumes, emoções e ações sem abrir mão do prazer” (I. 2. 3), na verdade o geógrafo está parafraseando a *Poética* de Aristóteles (1447a)²⁶.

Além disso, Estrabão retomou as ideias de Aristóteles também quando afirmou que a tarefa do poeta é justamente “imitar a vida mediante palavras”, o que o coloca em confronto direto com Platão, pois se para o filósofo os poetas não precisam conhecer seu objeto para imitá-los, Estrabão argumenta que para imitar a vida, o poeta precisa ser experiente na vida: “não é possível ser um poeta de qualidade se antes não se tenha chegado a ser um homem de qualidade” (I. 2. 5). Estrabão, como já vimos, considerou a si próprio como parte de uma geração que, devido à transmissão das obras de Aristóteles, pôde “aristotelizar” melhor, e teve aulas com pelo menos dois filósofos peripatéticos, Tirânio e Xenarco. É bastante seguro argumentar, portanto, que o eco das ideias de Aristóteles em sua defesa da poesia e dos poetas não seja fruto do acaso, mas sim o reflexo do seu próprio contato com essas ideias.

Esse sumário nos mostra como a poesia, em especial a homérica, ocupou uma parte importante das reflexões e preocupações sobre a educação no mundo antigo. Passando por dois dos mais importantes pensadores da Antiguidade, Platão e Aristóteles, Homero chega ao século primeiro da nossa Era com relativo vigor: além de ocupar parte considerável das discussões geográficas, sua poesia também fazia parte de uma formação ampla ligada à ética, à política, à zoologia - e muitas outras áreas sobre as quais não falaremos porque desviaria muito o foco - chegando a servir de modelo poético para a concepção da *Eneida* de Virgílio entre os romanos. Se as críticas de Platão forneceram a Eratóstenes diretamente os argumentos para criticar Homero - como os argumentos de Aristóteles parecem ter fornecido a Estrabão -, não sabemos, mas essa crítica deixa transparecer nosso argumento: que Homero foi o educador dos gregos e que a tradição homérica resistiu aos ataques dos críticos chegando aos tempos de Estrabão com vigor. Assim também entendeu Henri Irénée-Marrou, que argumentou em sua *História da Educação na Antiguidade* que foi com Homero que começou “para não mais se interromper a tradição da cultura grega” (MARROU, 2017, p. 23).

²⁶ Em ambos os textos observamos a ocorrência dos termos “*êthe kai páthê kai prakseis*” como qualidades introduzidas pelas artes miméticas. Quando citamos a frase de Aristóteles no texto, optamos pela tradução de *êthe* como personagens para preservar a tradução de Paulo Pinheiro, enquanto que na tradução do trecho de Estrabão optamos por costumes. Apesar da diferença, ambas traduções apontam para o mesmo sentido: as características conferidas aos personagens que podem ser apreendidas pelo público.

Com isso, podemos entender melhor o que um certo Pseudo-Heráclito, que viveu provavelmente pouco tempo depois de Estrabão, escreveu em suas *Alegorias de Homero* - e que não se confunda com o pré-socrático Heráclito de Éfeso:

“desde muito cedo, as crianças começam a aprender nutridas pelos ensinamentos de Homero. Quase se pode dizer que seus poemas são nossas roupas de bebê, e que nutrimos nossas mentes com goles de seu leite. Ele continua do nosso lado enquanto cada um de nós cresce, e divide nossa juventude na medida em que gradualmente nos tornamos adultos; quando atingimos a maturidade, sua presença conosco está no auge; e, mesmo quando velhos, nós nunca nos cansamos deles. Quando paramos, temos sede de recomeçar. Em uma palavra, o único final de Homero para os seres humanos é o final da vida” (*Alegorias de Homero*. I. 5-8).

3. 2. Homero, o primeiro geógrafo

Na introdução da *Geografia*, Estrabão também nos conta sobre Homero e seu lugar na história do desenvolvimento dos estudos geográficos: ele é um dos *andres philosophoi* portadores da *polymatheia* necessária para a geografia (I. 1. 1). Mas, dentre os ilustres *philosophoi* mencionados ao lado de Homero - Anaximandro, Hecateu, Demócrito, Eudoxo, Dicearco, Éforo, Eratóstenes, Políbio e Posidônio - o poeta foi não só o primeiro deles a enveredar por esses estudos como também foi superior a todos:

“Ele [Homero] superou todos, antigos e recentes, na excelência de sua poesia e seu conhecimento acerca da vida política. Ele se interessou não só pelas atividades humanas - para aprender e transmitir sobre elas o máximo possível - mas também sobre cada um dos lugares do mundo habitado, em terra e mar. De outra forma, ele não teria ido até seus limites mais distantes em seus escritos” (I. 1. 2).

Essa primeira introdução ao poeta é bastante reveladora da postura de Estrabão diante dos poemas homéricos. São, para o geógrafo, poemas da mais alta qualidade poética - o que explica em grande medida o prazer originado do contato com Homero -, mas que não se esgotam nessa dimensão ligada ao entretenimento. Muito mais do que belos versos eles estão carregados de ensinamentos, os quais o poeta se esforçou para aprender e transmitir.

Como vimos anteriormente, a educação homérica no mundo grego foi discutida no âmbito de diversos assuntos. A alusão de Estrabão ao “conhecimento acerca da vida política”, por exemplo, indica, a partir de outra perspectiva, o tema discutido por Platão sobre o papel da poesia homérica na educação das crianças na cidade. É evidente que Estrabão pressupõe que a poesia de Homero deve fazer parte da educação moral e política, diferente do que pensava Platão. Mas o lugar do poeta como geógrafo fundador e de destaque entre os mais ilustres dos geógrafos também nos indica a utilidade da sua obra para a educação geográfica, já que escreveu sobre cada um dos lugares do mundo habitado.

Mas, além da sua posição de destaque na história da geografia - fato que justificaria por si só a presença do poeta em um tratado geográfico -, o motivo para Estrabão discutir Homero longamente foi também os ataques direcionados à sua autoridade como geógrafo e polímata. Estrabão se engajou ao longo de toda a *Geografia*, com ênfase no primeiro livro, a defender o poeta de seus detratores e provar que ele teve amplo conhecimento geográfico.

Nesse sentido, boa parte das referências a Homero são aquelas em que Estrabão alegou oferecer as interpretações corretas dos versos, explicar termos e reconciliar as eventuais contradições que podiam figurar na poesia homérica para resguardar o lugar de proeminência do poeta entre os principais geógrafos. Além disso, Homero também foi citado numerosas vezes como fonte de informação para a obra.

Começaremos demonstrando como Estrabão defendeu a autoridade geográfica do poeta. Em primeiro lugar, Homero havia destacado que o mundo habitado era banhado em todos os lados pelo oceano, e também teria falado sobre muitos de seus lugares:

“especificando pelo nome algumas de suas regiões, enquanto alude a algumas outras através de dicas. Ele menciona especificamente a Líbia, Etiópia, os Sidônios e os Erembios (provavelmente significando os Árabes), mas apenas sugere sobre aqueles em direção ao Oeste e ao Leste se referindo a eles como banhados pelo oceano” (I. 1. 3).

Sobre os povos que habitam o Oeste, continua Estrabão, o poeta falou claramente sobre sua prosperidade e o bom clima de seu ambiente, de modo que parece ter aprendido sobre a riqueza da Ibéria (I. 1. 4). Estrabão argumentou isso com base em uma passagem extraída da *Odisseia* em que Menelau conta a Telêmaco, filho de Odisseu, sobre o que lhe contou Proteu, uma divindade marinha, sobre o destino dos homens que lutaram em Tróia. Depois de contar sobre os destinos de Agamenon e Odisseu, a divindade lhe disse o seguinte, de acordo com a citação feita por Estrabão:

“mas os imortais enviarão você para a Planície Elísia e aos limites da terra, onde o loiro Radamanto está, onde a vida se torna mais fácil ... não existe neve nem grandes tempestades... mas o Oceano sempre faz soprar as brisas do Zéfiro” (*Odisseia*. IV. 563-568. apud Geografia. I. 1. 4).

O que dessa passagem indica para o geógrafo que se trata de uma alusão ao Oeste, especificamente à Ibéria, são não só as condições favoráveis para a vida como a ausência de neve e grandes tempestades ou a proximidade com os limites do mundo habitado, mas também a presença do vento do Zéfiro. Dali, isto é, do Oeste, comenta Estrabão, “o Zéfiro sopra, e ali o poeta colocou os Campos Elísios” (I. 1. 4). O mesmo tópico, de que Homero conheceu essa região, voltou a ser discutido pelo geógrafo em mais detalhes no livro III, dedicado à descrição da Ibéria, especificamente na descrição dos Tartessos. Segundo Estrabão, existem dois argumentos usados para defender a autoridade do poeta sobre esse assunto, um pior e outro melhor e mais confiável. O pior é que o poeta sabia que se tratava de

uma região no extremo Oeste do mundo habitado, e que lá a luz do Sol caía no oceano e trazia a noite escura, o que seria um sinal de mau agouro ligado ao Hades. Com base nisso, escreveu Estrabão, “alguns poderiam apontar que porque ele ouviu sobre os Tartessos, ele derivou dessa palavra o Tártaro para se referir aos lugares mais distantes da terra, alterando a palavra e preservando a qualidade poética” (III. 2. 12).

Esse argumento não convenceu Estrabão, que apontou para motivos que, segundo ele, seriam muito mais merecedores de confiança. O geógrafo argumentou que as expedições de Hércules bem como a dos fenícios - que passaram a habitar a região até a conquista dos romanos - indicaram para o poeta que os ibéricos possuíam muitas riquezas. Além disso, Estrabão também recorreu à historicidade das viagens de Odisseu. Ao considerar que a guerra de Tróia forneceu aos gregos uma “vitória “Cadméia” - isto é, uma vitória que deu prejuízo tanto aos derrotados quanto aos vencedores -, tanto os heróis gregos quanto os troianos sobreviventes tiveram que se dedicar a pirataria, pois não seria um gesto honrável para esses heróis “ficar tanto tempo longe das famílias e voltar de mãos vazias” (Ilíada. II. 298. apud Geografia. III. 2. 13). Portanto, para Estrabão, as viagens de Odisseu - e também as de Enéias, Antenor, Diomedes e Menelau - foram, na verdade, viagens de piratas, e chegaram até mesmo à Ibéria, deixando vestígios históricos. O trabalho do poeta foi articular essas viagens em uma nova narrativa com tom poético:

“A expedição de Odisseu parece, para mim, ter chegado até aí, provendo ele [Homero] com um pretexto histórico. Portanto, ele transferiu a *Odisseia* - bem como a *Ilíada* - de algo que realmente aconteceu para dentro de uma composição mítica familiar aos poetas.

Não apenas os lugares próximos à Itália, Sicília e alguns outros indicam sinais dessa passagem, mas na Ibéria existe uma cidade chamada *Odyseia*, bem como um santuário de Atenas e uma miríade de outros traços dessa expedição” (III. 2. 13)

Conhecendo, portanto, esses lugares por causa das expedições dos heróis que se sucederam à guerra de Tróia, e sabendo da riqueza e outras virtudes da região indicada pela presença dos fenícios, Homero representou a Ibéria de forma mítica associada aos Campos Elísios. Além disso, “tanto o ar puro e os ventos gentis do Zéfiro pertencem a essa região” (III. 2. 13). Com isso, Estrabão espera convencer seus leitores que Homero conheceu e representou a Ibéria, mesmo que não de forma explícita, o que, vale notar, seria um

conhecimento extraordinário capaz de elevar o poeta ao mais alto patamar da geografia, se considerarmos a antiguidade de Homero na tradição grega e a grande distância entre a Ibéria e as regiões que faziam parte do mundo conhecido pelos gregos antes de os romanos conquistarem Cartago.

Homero também teria conhecido os povos que viviam no Norte, embora não tenha dado nomes a eles, fato que, de acordo com o geógrafo, não chega a ser um problema, uma vez que até mesmo em sua época não havia um nome comum para todos eles. Mas ainda assim o poeta os identificou pelo seu modo de vida, chamando-os de "nômades e 'nobres criadores de éguas, bebedores de leite'" (Ilíada. XIII. 5-6. apud. Geografia. I. 1. 6).

Existem uma série de passagens nos poemas que Estrabão tomou como evidência de que Homero sabia que o mundo habitado era uma ilha rodeada pelo mar. Em primeiro lugar, o poeta colocou o nascer e o pôr do sol no oceano, portanto tornando o oceano presente nos extremos Leste e Oeste do mundo habitado, como demonstra esses versos citados juntos em I. 1. 3:

“O Sol começava a levantar seus raios sobre os campos, / erguendo-se do Oceano com fundas correntes de brando fluir” (Ilíada. VII. 421-422)

“A radiosa luz do Sol caiu no Oceano, / arrastando a negra noite por cima da terra produtora de cereais” (Ilíada. VIII. 485-486).

Outras formas que o poeta teria aludido a essa natureza do mundo habitado como uma ilha foram mencionadas por Estrabão em I. 1. 7, como a seguinte fala de Hera: “Irei visitar os limites da terra provedora de dons / e o Oceano, progenitor dos deuses” (Ilíada. XIV. 200-201), onde Homero teria dito que o oceano pode ser encontrado nos limites da terra habitada, contornando-a; e na conhecida passagem da forja das armas, onde o poeta “posicionou o Oceano em um círculo na borda do escudo de Aquiles” (I. 1. 7).

Outro ponto que, para Estrabão, teria sido apresentado pelo poeta evidenciando sua *polymatheia* é o seu conhecimento sobre o regime das marés, expresso através da referência ao oceano como “oceano vazante” (Ilíada. XVIII. 399. apud. Geografia. I. 1. 7) e que a água “três vezes ao dia vomita e três vezes suga de volta” (Odisseia. XII. 105. apud. Geografia. I. 1. 7). Sobre esta última passagem, Estrabão comenta que, mesmo que se tenha dito “três vezes” no lugar de duas, que seria o correto, a ideia base do movimento das marés continua a mesma. Os motivos para a informação errada, comenta Estrabão, podem ser um erro de

Homero ou um erro na transmissão da informação, embora mais a frente o geógrafo ofereceu uma explicação alternativa, que analisaremos mais de perto no tópico 4 deste capítulo, “Como ler Homero?”, envolvendo o próprio enredo e os personagens da narrativa - Odisseu, Circe e a criatura marinha Caríbdis. Além disso, a alusão ao oceano como tendo “correntes de brando fluir” (Odisseia. XIX. 434) também sugere, para Estrabão, o comportamento das marés “que tem uma abordagem mais suave sem uma corrente que flui rapidamente” (I. 1. 7).

Estrabão ainda discute a opinião de Posidônio sobre uma passagem homérica que descreve as pedras no oceano ora cobertas pelas ondas, ora descobertas, bem como uma outra passagem que compara o oceano com um rio. Estrabão nos informou que Posidônio supôs que o poeta falou das marés nesses dois momentos. Estrabão concordou com a primeira suposição, mas discordou da segunda, porque “a cheia das marés não é como a corrente de um rio, e o recuo é ainda menos similar”, de modo que o geógrafo prefere a leitura mais plausível de Crates de Malos, que argumentou que quando Homero compara o oceano a um rio ele compara apenas partes dele e não o todo, como no verso “Quando a nau deixou a corrente do rio Oceano, / chegou às ondas do mar de amplos caminhos” (Odisseia. XII. 1-2). Desse modo, comenta Estrabão seguindo a posição de Crates, trata-se de “um tipo de estuário ou golfo”, que ainda é parte do oceano que está em relação a ele como um rio (I. 1. 7).

Como já vimos, o estudo das marés foi um dos temas fundamentais no desenvolvimento das idéias geográficas, levantado inicialmente por Píteas e longamente discutido por Posidônio. O impacto da contribuição de Píteas com suas observações sobre as marés foi grande não só por ter introduzido um tema que se tornou clássico dentro do escopo da geografia antiga, mas também por ser um registro sobre um fenômeno muito pouco conhecido entre os gregos até então, devido a falta de experiência com o dito “mar exterior”, no caso o oceano Atlântico. Portanto, quando Estrabão atribui a Homero o conhecimento sobre o regime das marés ele não só eleva o poeta ao grau de superioridade reivindicado na sua introdução, como também transfere de Píteas, que ele considera um charlatão, ao poeta o mérito por introduzir o tema na geografia.

Essas primeiras referências a Homero são ainda de caráter introdutório e servem na narrativa da *Geografia* apenas para sustentar sua afirmação inicial de que o poeta foi o primeiro geógrafo (I. 1. 11), de modo que Estrabão fecha a primeira parte dessa discussão que será retomada pouco mais adiante, ainda no primeiro livro da *Geografia*. Até aí, Estrabão julgou que seria evidência suficiente para sustentar seu ponto de vista oferecer um sumário

das regiões descritas pelo poeta, do seu conhecimento sobre o modo de vida de alguns povos que viviam em regiões limítrofes do mundo habitado, sobre esse mundo ser rodeado pelo mar e sobre os movimentos das marés, concluindo que “portanto, o Poeta conhece e descreve claramente as mais distantes partes do mundo habitado e seus entornos, assim como as regiões do mar interior [Mediterrâneo]” (I. 1. 10), justificando, dessa forma, o posto de fundador da geografia bem como a superioridade do poeta.

Homero volta a figurar na *Geografia* quando Estrabão se propõe a revisar a obra de Eratóstenes, o principal crítico do poeta com quem o geógrafo se indisputa diretamente sobre o assunto. Isso porque, como já vimos, Eratóstenes questionou não só a autoridade de Homero, mas de todos os poetas e da poesia em geral como instrumento da transmissão de conhecimento. É nessa altura da obra (I. 2. 1-40) que Estrabão elabora sua apologia da poesia e de Homero, extrapolando por vezes o escopo da autoridade geográfica de Homero e tocando em outros temas como moral, política e retórica, que serão analisados no próximo tópico deste capítulo, “ 3. 3. Homero além da geografia”. Por enquanto fiquemos apenas com a imagem de Homero enquanto geógrafo.

Em primeiro lugar, Homero, diferente do que dizia Eratóstenes, não falou apenas sobre lugares próximos, mas também sobre outros muito distantes (I. 2. 7). A melhor forma, de entender as viagens de Odisseu, continua Estrabão, é entendê-las como fatos reelaborados pelo poeta, de modo que é possível encontrar os vestígios de suas viagens - assim como das viagens de muitos outros - não apenas próximo à Itália, mas até mesmo nas mais distantes regiões da Ibéria; mas também é necessário entender que nem toda elaboração poética corresponde exatamente com a história, e aqueles que entendem assim estão tão enganados quanto aqueles que negam a sabedoria de Homero, pois “o Oceano²⁷, o Hades, o rebanho do Sol, a estadia entre as deusas, mutações, grandes Ciclopes e Lestrigões, a forma de Sila, as distâncias navegadas e muitas outras coisas similares são claramente fantasia” (I. 2. 11), fato que, no entanto, não significa que essas histórias mais improváveis não possuíssem algum fundamento ou relação com a realidade, como veremos adiante.

Eratóstenes, no entanto, segundo nos conta Estrabão, deu pouco crédito ao valor geográfico dos versos homéricos, afirmando que “todos os poetas contam falsidades e que a experiência deles com relação aos lugares não leva à virtude”, e que os lugares mencionados nas viagens de Odisseu foram criados pelo poeta, de modo que, segundo o Eratóstenes

²⁷ Neste contexto, *Okeanos* se refere à entidade mitológica, não ao oceano.

transmitido por Estrabão, “aqueles que dizem que os lugares não foram inventados mas sim fundamentados com a realidade estão condenados à mentira, porque eles não concordam nem entre eles próprios” (I. 2. 12). A discordância a que se refere no caso, se deu na localização das Sereias, que alguns estabeleceram no Cabo Peloriade (Sicília) e outros nas Sireusas (cabo formado pelos montes em Sorrento), que distam do primeiro “mais de dois mil estádios” (I. 2. 12). No entanto, para Estrabão, esse choque entre as informações não é um problema, mas algo que apenas reforça a autoridade do poeta:

“Aqueles que dizem que elas [as Sereias] estão no cabo Peloriade discordam daqueles que as colocam nas Sireusas, mas não discordam de ninguém ao dizer que o lugar correto é em torno da Sicília e da Itália, dando ao poeta ainda mais credibilidade, já que mesmo que eles não a colocam no mesmo exato lugar, ainda assim eles não a tiram da região da Itália e Sicília” (I. 2. 13).

A conclusão de Estrabão sobre essa questão é que Homero não conheceu cada fato com precisão, e que nem se deve procurar esse grau de precisão na sua poesia, mas ao menos não se pode dizer, como disse Eratóstenes, que Homero “aprendeu a cantar sobre as viagens [de Odisseu] sem ao menos conhecer onde e como elas se passaram” (I. 2. 13). Ou seja, a elaboração mítica das Sereias na *Odisseia* tem como base a passagem de Odisseu por entre a costa ocidental da península itálica e a Sicília, não sendo necessário conhecer mais detalhes sobre a localização imaginada para elas, como o topônimo exato e suas características.

Políbio também apontou, segundo Estrabão, que Homero introduziu a Sicília e a Itália dentro das viagens de Odisseu, e sobre isso o geógrafo acredita que “Políbio disse corretamente”, embora não esteja correto ao negar que o poeta também situou alguns dos eventos no oceano Atlântico, como, na visão de Estrabão, evidenciam os seguintes versos:

“‘quando o navio, saindo da corrente do rio Oceano...’ (Odisseia. XII. 1-2), e ‘na ilha de Ogygia, onde está o centro mar’ (Odisseia. I. 50), e que a filha de Atlas vive lá²⁸. Tem ainda esse sobre os feácios: ‘nós vivemos distantes no mar com suas muitas ondas, o mais distante dos povos, e nenhum outro mortal tem contato com nós’ (Odisseia. VI. 204-5). É manifestamente claro

²⁸A filha de Atlas é a ninfa Calipso, que reteve Odisseu em sua ilha. A alusão à ela na *Geografia* carece de explicação porque talvez se supunha ser de conhecimento comum, mas a sua importância para o argumento de Estrabão é a relação existente entre Calipso, Atlas e o oceano Atlântico. Estrabão imagina a inserção da ilha no centro mar rodeada por ondas onde vive a filha de Atlas - entidade que dá nome ao oceano - como uma forma do poeta indicar, através da linguagem mítica e poética, a passagem de Odisseu pelo oceano Atlântico.

que tudo isso é imaginado para estar no oceano Atlântico, porém Políbio negligenciou o que foi dito claramente, e sobre isso não está correto” (I. 2. 18)

O que Estrabão quis dizer com isso - saindo de Políbio e voltando para Eratóstenes - é que mesmo as criações míticas possuem um pé na história e geografia reais, mesmo quando se trata de lugares extremamente distantes como a Ibéria e o Atlântico, diferente do que pensava Eratóstenes que disse que o poeta direcionou a narrativa para o extremo oeste com o objetivo de desenvolver as cenas com maior tom poético e fantástico. Estrabão pode até concordar com o efeito poético criado, mas não que esse era o principal objetivo de Homero, já que Eratóstenes “está errado sobre o motivo do poeta, que não era a tolice, mas sim o benefício [da audiência]” (I. 2. 19). Para Eratóstenes, a adição de contos e mitos nos lugares distantes feita por Homero aconteceu porque é mais seguro contar mentiras sobre esses lugares, o que Estrabão rebate argumentando que o número de mitos em lugares distantes é muito menor do que os que foram associados à Grécia e regiões próximas, concluindo que os mitos, especialmente os contados por Homero, não foram totalmente criados, mas sim acrescidos de “uma grande quantidade de detalhes míticos”, podendo as pessoas “procurar pela verdade com relação aos lugares e povos que tiveram esses detalhes míticos adicionados” (I. 2. 19).

Outra crítica de Eratóstenes à geografia de Homero é que o poeta não teria conhecido a foz do rio Nilo, um dos pontos mais notáveis e conhecidos do mundo antigo. Em defesa do poeta, Estrabão argumenta que ele falou sobre muitas outras coisas próximas ao Nilo, como os etíopes e os árabes, e que, portanto, seria difícil acreditar que ele não conhecia o Nilo, muito mais famoso. Além disso, o fato de não mencionar o rio não deve ser tomado como evidência da ignorância de Homero, afinal, “ele não menciona nem mesmo sua região de origem e muitos outros lugares. Preferivelmente, poderíamos dizer, o poeta acreditou que o que já era bem conhecido não precisava ser citado para aqueles que já sabiam sobre” (I. 2. 22).

Ainda sobre o Egito, Estrabão nos informa que Eratóstenes acusou o poeta de ignorância por se referir à ilha de Faros como estando no meio do mar aberto. Na verdade, comenta Estrabão, essa informação confirma os conhecimentos do poeta sobre tudo o que se disse sobre o Egito e o Nilo. O raciocínio do geógrafo segue da seguinte maneira: na narrativa, a informação sobre a ilha de Faros foi passada por Menelau, que “como todos

aqueles que contam sobre suas viagens, era um alardeador” (I. 2. 23). Menelau, comenta o geógrafo, se informou sobre as cheias do Nilo, da quantidade de terra de aluvião que o rio depositava por todo o território e de todo o espaço que na sua foz havia se juntado ao continente devido a acumulação de sedimentos - o que, para Estrabão, justifica a famosa máxima de Heródoto de que o Egito é um dom do rio. Menelau foi informado também que a ilha de Faros já esteve em alto mar, mas o poeta escolheu colocar mentiras na fala de Menelau sobre a situação atual da ilha, em seu tempo já anexada ao continente. Com base nessa suposição, Estrabão conclui que “é possível argumentar que Homero também conhecia as cheias e a foz do Nilo” (I. 2. 23), ou seja, por meio da escolha do poeta por representar a ilha de Faros conforme sua situação antiga, Estrabão infere que ele conhecia a ilha bem como o fenômeno geológico que a anexou ao Egito, isto é, o depósito de sedimentos na foz do rio.

Estrabão também sugere que o poeta conhecia o motivo para que esses sedimentos se acumulassem na foz dos rios em vez de continuar fluindo pelo mar. Nesse momento, Homero já não é mais o foco da discussão, mas sim o fenômeno em si na revisão da obra de Eratóstenes. Mas Estrabão citou três versos da *Iliada* ilustrando o fenômeno. A explicação é a que se segue: a água dos rios com os sedimentos encontram grande resistência para avançar no mar, que por ser “naturalmente refruente, os direciona de volta” (I. 3. 8). Essa agitação do mar, continua Estrabão, produz um movimento contínuo em sua superfície, que mesmo quando está mais calmo ainda possui “força considerável e joga todo tipo de matéria na terra ‘espalhando muita alga marinha na praia’ (Iliada. IX. 7)”. Esse fenômeno, nos informa o geógrafo, acontece não só junto com ventos, mas também acontece sem eles e até mesmo quando os ventos sopram contra o mar. Estrabão (I. 3. 8) diz que isso acontece como nos seguintes versos: “[as ondas] em torno dos promontórios incham e se levantam, cuspindo no ar a espuma salgada” (Iliada. IV. 425-426) e “Tal como quando na foz de um rio alimentado pelo céu / a onda brame contra a corrente e os promontórios / em redor ecoam com o som de fora do mar marulhante” (Iliada. XVII. 263-265)²⁹.

Nessa passagem, Estrabão não faz nenhuma defesa explícita de que Homero produziu esses versos para se referir ao fenômeno discutido. Pelo contrário, as citações parecem ter um caráter mais ornamental do que propriamente argumentativo. No entanto, levando-se em consideração o que já foi discutido antes pelo geógrafo - de que Homero conhecia o

²⁹Neste caso, Estrabão cita apenas o verso 265. Trata-se de um dos símiles homéricos, figura de linguagem utilizada para ilustrar uma outra situação, no caso um ataque dos troianos liderados por Heitor. Preferimos trazer o símile completo (263-265) para facilitar a compreensão do contexto em que Estrabão fez a citação.

movimento das marés, os depósitos de aluvião do rio Nilo e a anexação da ilha de Faros ao continente africano - nos parece muito provável que na perspectiva de Estrabão o poeta também conhecia esse fenômeno que impede os sedimentos de avançar no mar, que está intimamente conectado com os tópicos onde Estrabão defende o conhecimento de Homero.

Além dessas citações que visaram sustentar a imagem de Homero apresentada na abertura da *Geografia* - que ele foi o primeiro geógrafo e superior a todos os outros -, e que visaram tirar do poeta a carga de ignorância sobre os assuntos geográficos atribuída a ele por parte da crítica, principalmente Eratóstenes, Estrabão também usou os versos homéricos como fonte de informação para sua própria obra, e são para algumas passagens dessa natureza que agora olharemos mais de perto. É evidente que se a defesa de Homero enquanto a maior autoridade geográfica ocupou tanto espaço dentro do primeiro livro da *Geografia*, essa autoridade deve ter sido confirmada também na prática, isto é, a partir do uso da poesia homérica como fonte de informação.

No entanto, Estrabão sabia das dificuldades inerentes ao uso dos poemas homéricos como fonte de conhecimento geográfico, tanto por conta da natureza da composição poética e sua estreita relação com a linguagem mítica quanto pela antiguidade do testemunho histórico e geográfico do poeta, sobre quem “precisamos considerar as colocações criticamente, uma vez que ele fala poeticamente e não sobre as coisas de hoje, mas sim de situações antigas, as quais o tempo obscureceu em grande medida” (VIII. 1. 1).

As citações que atestam o uso de Homero enquanto fonte de conhecimento geográfico são muito numerosas ao longo da *Geografia* e podem render um trabalho à parte tão volumoso ou mais quanto o presente trabalho³⁰. Focaremos apenas em algumas dessas citações que se destacam das demais por ilustrar com mais precisão o que temos dito sobre a abordagem homérica de Estrabão.

Uma das citações homéricas mais interessantes feita pelo geógrafo diz respeito ao conhecimento do poeta sobre as Ilhas Lipari, um arquipélago vulcânico situado no Mar Tirreno ao norte da Sicília. Estrabão argumenta que Homero situou nessas ilhas Éolo, o “guardião dos ventos” (Odisseia. X. 21), e que ele na verdade foi um indivíduo que governou o arquipélago (I. 2. 9; I. 2. 15). Descrevendo esse lugar, Estrabão trouxe um relato de Políbio

³⁰De fato, esse trabalho já foi empreendido por William Kahles em 1976 em sua dissertação para aquisição do grau de Doctor of Philosophy pela Loyola University of Chicago, chamada “*Strabo and Homer: The Homeric Citations in the Geography of Strabo*”. Kahles analisou todas as referências a Homero ao longo da *Geografia*, produzindo um extenso trabalho de 215 páginas.

sobre um fenômeno natural que envolve a ação dos ventos e a atividade vulcânica: existem lá três crateras, das quais a maior exala fogo e pedras, e que, a partir de observações, “acredita-se que o fogo é provocado pelos ventos, e que quando um para o outro também para” (VI. 2. 10). Políbio, continua o geógrafo, disse que

“quando está para soprar um vento do sul, uma nuvem espessa se estende ao redor da ilha, de modo que não se pode ver nem mesmo a Sicília; mas quando sopra um vento do norte, as chamas claras sobem a uma grande altura acima da cratera e grandes estrondos podem ser ouvidos; enquanto que quando sopra um vento oeste os efeitos produzidos são intermediários entre esses dois” (VI. 2. 10).

Com esse fenômeno, nos informa Estrabão, é possível prever a natureza dos ventos que soprarão com três dias de antecedência a partir do grau de intensidade dos estrondos, das nuvens exaladas e do fogo, de modo que, conclui o geógrafo:

“de fato, até o que parece ser a mais fabulosa invenção do poeta não foi escrito sem fundamento, e ele [Homero] parece ter apenas usado um estilo alegórico, enquanto esteve orientado para a verdade quando diz que ‘Éolo é o guardião dos ventos’” (VI. 2. 10).

O que Estrabão quis dizer com isso é que transformar Éolo em uma entidade mítica capaz de aprisionar os ventos para guiar os barcos foi a forma que o poeta encontrou para falar sobre duas situações reais: a relação entre os fenômenos sísmicos e os ventos na região, capazes de orientar a navegação com antecedência; e parte da história das ilhas, governadas por Éolo em determinado momento, de modo que mesmo a narrativa estando embebida de uma situação mítica improvável, a sua base é puramente histórica e geográfica.

Onde as citações homéricas utilizadas como fonte de conhecimento geográfico aparecem com mais frequência é nos livros dedicados à descrição da Grécia. Aqui, a poesia homérica, especialmente o Catálogo das Naus, é a base utilizada por Estrabão. Segundo o geógrafo, Homero foi o primeiro a discutir a geografia dessa região (VIII. 1. 1). Estrabão compara a condição geográfica presente com aquela descrita pelo poeta, em primeiro lugar por causa da reputação e familiaridade com sua obra, e também porque ter Homero como um espelho, argumenta Estrabão, confere credibilidade à sua *Geografia* por causa da autoridade do poeta:

“todos concluirão que nossa investigação presente está sendo conduzida da maneira correta se não for possível encontrar nada contraditório com as suas considerações sobre os lugares, que tem sido recebida com muita confiança a respeito de sua credibilidade e veracidade” (VIII. 3. 3).

Nesse tom se deu a discussão sobre a Élide, no Peloponeso (VIII. 3. 1), que em seu tempo equivalia a toda a costa entre Achaia e Messênia, mas que antigamente era dividida em duas partes: uma entre os Epeus e outra governada por Nestor:

“como disse Homero ao chamar com o nome de Élide a terra dos Epeus: ‘ao longo da divina Élide, onde reinam os Epeus’ (Odisseia. XV. 298); e com o nome de Pilos a região governada por Nestor, através da qual disse que passa o rio Alfeu: ‘o Alfeu, que flui na sua amplidão através da terra dos Pílios’ (Ilíada. V. 545)” (VIII. 3. 1).

Podemos observar aqui que ao estabelecer a narrativa de Homero como uma forma de guia, Estrabão não pôde deixar de comentar sobre a forma como o poeta havia descrito a situação antiga da Élide. Para o geógrafo, isso era necessário tanto por causa da autoridade de Homero dentro da tradição geográfica quanto por um outro fator: a importância da história - mesmo que a mais antiga - na configuração geográfica presente. Ou seja, também fazem parte da identidade geográfica de uma região seus eventos históricos, pelo menos os mais notáveis. Descrever a região que um dia governou Nestor implica necessariamente em dizer que ali um dia governou Nestor. De forma semelhante não se descreve a Tróade sem mencionar a guerra de Tróia. Mas a presença dos eventos históricos não se limita apenas aos antigos ou descritos por Homero: na descrição do Egito, por exemplo, Estrabão nos informa sobre as relações de Cleópatra com César e Antônio e o que aconteceu em torno dessas relações (XVII. 1. 11). Mas ainda assim os eventos históricos ligados a Homero possuem um certo destaque, afinal eles servem de evidência para o geógrafo sobre o conhecimento do poeta, além, é claro, de reafirmarem a importância da tradição homérica - e consequentemente da tradição cultural grega - no estabelecimento da identidade presente de diversos lugares do mundo habitado, mesmo que sob controle ou influência romana, questão essa que nos remete automaticamente à discussão feita no primeiro capítulo dessa dissertação: a autoridade geográfica de Homero é também a autoridade cultural dos gregos, e a reivindicação dessa autoridade não deixa de ser um gesto político de um Estrabão que diz que muito antes de os romanos se entenderem como

tal, os gregos já haviam conquistado ao menos intelectualmente boa parte do mundo que os romanos passaram a controlar. A *polymatheia* de Homero é a evidência que Estrabão usa para reivindicar o lugar dos gregos nesse mundo que se torna cada vez mais romano.

Notamos, enfim, ao longo dessa seção do texto, que Estrabão se preocupou não só em alegar a autoridade geográfica de Homero, como também em demonstrar como a poesia homérica pode ser usada como fonte de informação caso seja submetida a uma leitura crítica que leve em consideração a sua dimensão mítica e poética, bem como a antiguidade do testemunho, sem perder de vista o real objetivo dos versos, que é a verdade e a instrução da sua audiência. A ocorrência das citações e discussões homéricas ao longo da obra certamente atendem a três objetivos: o de atribuir ao poeta uma posição de proeminência na história da geografia - e sustentar essa posição por meio das discussões sobre as interpretações corretas dos versos -; validar o uso do texto homérico como fonte de informações valiosas para a formação histórica e geográfica - ainda que sobre situações muito antigas - de todo um público, do qual Estrabão de fato fez parte, tendo em vista sua formação intelectual dentro da tradição grega e orientada aos estudos homéricos. E, além disso, argumentamos que existe um forte componente político nessa retomada de Homero: sua antiguidade e sua sabedoria devem garantir a superioridade e a sobrevivência da cultura grega em Roma.

3. 3. Homero além da geografia

Vimos, até aqui, que Homero foi parte importante da educação de Estrabão, tendo acompanhado o geógrafo desde os anos iniciais de sua formação até a escrita da *Geografia*, sendo o autor mais referenciado ao longo da obra. Dessas referências já vimos que Estrabão defendeu, talvez com um pé na ideia de *mimesis* de Aristóteles, a orientação pedagógica da poesia homérica, conciliada com sua qualidade mítica e poética capaz de, ao mesmo tempo, instruir e entreter uma audiência cuja atenção é conquistada pela presença dos mitos, pela qualidade da composição poética e os sentimentos que ela provoca, mas também uma audiência que não deixa de ser educada por, dentre outras coisas, os exemplos dos feitos e das virtudes, ou dos destinos trágicos dos heróis apresentados nos mitos.

Vimos também que dentro do escopo da educação homérica uma das maiores preocupações do poeta, conforme argumentou Estrabão, foi transmitir seu conhecimento geográfico sobre diversas regiões do mundo habitado. Nesse sentido, Estrabão defendeu a autoridade do poeta como primeiro e melhor dos geógrafos, argumentando contra seus críticos - particularmente Eratóstenes - e demonstrando como uma leitura correta dos versos homéricos revelam o conhecimento do poeta acerca da Ibéria, do oceano Atlântico, do comportamento das marés, das extremidades do mundo habitado e do mar que o circunda, de fenômenos sísmicos e geológicos bem como as mudanças provocadas por esses fenômenos, além do conhecimento sobre diversos eventos históricos, como a própria guerra de Tróia e as viagens de Odisseu e Menelau, eventos esses considerados reais, mas reelaborados poeticamente com adição de mitos e maravilhas.

É evidente que as alusões à inclinação do poeta em transmitir conhecimentos geográficos se destacam ao longo da *Geografia*. Na verdade, toda discussão homérica gira em torno das preocupações propriamente geográficas do poeta, afinal, foi para defender a posição de Homero como polímata fundador da geografia e defendê-lo das acusações de ignorância a respeito das regiões do mundo habitado dirigidas a ele que Estrabão iniciou e aprofundou toda discussão homérica. No entanto, isso não quer dizer que para Estrabão o poeta tenha sido apenas um geógrafo - ainda que o maior e mais confiável - ou seja, não quer dizer que para Estrabão as lições deixadas por Homero foram limitadas ao escopo da geografia. Se Estrabão focou em discutir as lições geográficas, isso aconteceu acima de tudo porque esse era o plano definido pelo geógrafo para sua obra, isto é, o que é pertinente à geografia.

Entretanto, podemos observar alguns momentos em que Estrabão extrapolou os limites da geografia e deixou transparecer em sua obra a inclinação do poeta para a instrução de alguns outros assuntos além dos geográficos. Esses momentos, no entanto, são poucos e não são centrais na obra. Na verdade, eles aparecem apenas como um suporte para o argumento de Estrabão sobre a autoridade geográfica do poeta ao construir uma imagem geral da sabedoria homérica, mas quando analisados em conjunto podem nos ajudar a complementar a imagem de Homero na perspectiva do geógrafo, tornando possível a nós inferir outros detalhes a respeito da influência das poesias homéricas na formação de Estrabão para além da geografia.

Antes de entrarmos em contato direto com essas referências, podemos de antemão inferir pela lógica algumas características imaginadas para o poeta por Estrabão. Assumindo, como vimos, que Estrabão considerava a *polymatheia* como uma qualidade necessária para a geografia, podendo ser alcançada apenas por um tipo específico de homem - o *philosophos* -, tendo no próprio Homero não só um exemplo possível, mas um exemplo acima de todos os outros *philosophoi*, podemos inferir sem hesitar que para Estrabão o poeta teve familiaridade com um amplo leque de conhecimentos que se estendem desde a informação topográfica natural do mundo habitado até os detalhes sobre a divisão política das cidades e regiões gregas, a história e os modos de vidas de diversos grupos humanos. Essa consideração já nos permite afirmar que a geografia homérica, na perspectiva de Estrabão, possuía um forte componente humano, diferente do que imaginamos para os primeiros *periploi* como listas lineares de sequências topográficas que cumpriam estritamente a função de roteiro para viagens.

Mas, apesar de a alusão à *polymatheia* própria da geografia já prever de forma implícita que os componentes humanos fazem parte de uma descrição geográfica apropriada - e consequentemente da descrição geográfica homérica -, Estrabão também atribuiu o conhecimento humano ao poeta de forma explícita ainda no começo da *Geografia* (I. 1. 2): Homero se esforçou para aprender e transmitir informações referentes a não só cada lugar do mundo habitado, como também se interessou pelas atividades humanas, afinal, ele tinha muita experiência com a vida política (*ton bion empeiriai ton politikon*).

Essa informação aparece na *Geografia* logo abaixo da atribuição do posto de geógrafo superior aos antigos e recentes e fundador dos estudos geográficos ao poeta, e tem, claramente, o objetivo de construir uma imagem mais sólida para Homero que seja capaz de

sustentar a carga da posição que Estrabão lhe atribuiu. Em seguida Estrabão menciona, como já vimos no tópico anterior, alguns versos homéricos que ilustram a autoridade geográfica do poeta. As referências que nos interessam agora, isto é, aquelas fora do escopo da geografia, voltam a ocorrer na revisão da obra de Eratóstenes, isso porque quando ele acusou os poetas de conduzir sua narrativa ao entretenimento e não à educação, não foi só a autoridade geográfica dos poetas [e de Homero] que Eratóstenes atacou, mas sim a educação em todos os assuntos feita a partir da poesia (I. 2. 3), de modo que coube a Estrabão defender Homero também fora da geografia.

Uma das questões levantadas por Eratóstenes que Estrabão transmitiu foi a seguinte: qual o benefício para a qualidade de um poeta possuir conhecimentos sobre “lugares, comando militar, agricultura, retórica ou tudo o mais que desejam atribuir a eles?” (I. 2. 3). A questão de Eratóstenes parece retomar de forma direta a teoria de Platão, para quem os poetas são imitadores que “não tem conhecimentos que valham nada sobre aquilo que imitam, mas que a imitação é uma brincadeira sem seriedade” (República. 602b).

Estrabão entende, e até concorda com Eratóstenes, que existe um forte desejo por parte de alguns pensadores de atribuir a Homero uma quantidade de conhecimentos além do limite adequado, e Eratóstenes está certo quando critica essa tendência. Mas, - e aqui Estrabão se dirige a Eratóstenes na segunda pessoa - “você não está certo quando remove dele seu amplo conhecimento, e declara que sua criação é como a história de velhas mulheres a quem está permitido fabricar, como você diz, o que as diverte” (I. 2. 3). Dito isso, Estrabão enfatiza que os poetas possuem conhecimentos sobre os lugares, comando militar, agricultura e retórica, tudo isso sendo qualidades que podem ser adquiridas pela audiência através do contato com a composição poética dos temas (I. 2. 3).

Estrabão cita passagens homéricas que evidenciam o conhecimento do poeta sobre esses tópicos. Em primeiro lugar, todas essas qualidades foram dadas pelo poeta a Odisseu, que ‘viu muitas cidades e conheceu as mentes de muitos homens’ (Odisseia. I. 3) e era ‘bem informado em todos os tipos de ardis e sábios conselhos’ (Ilíada. III. 202)” (I. 2. 4). É Odisseu quem “exibe suas habilidades nos trabalhos da terra no que diz respeito à colher ... e arar” (I. 2. 4) nos seguintes versos: “... num descampado / cheio de ervas; eu teria na mão uma foice recurva, e tu outra igual / e que houvesse muita erva para nos pormos à prova” (Odisseia. XVIII. 367-369) e “então verias se eu sou ou não capaz de arar direito!” (Odisseia. XVIII. 375).

Além disso, Estrabão argumenta que o poeta demonstra sua habilidade em retórica ao longo da obra através de Odisseu, “aquele que ‘quando do peito emitia a sua voz poderosa / suas palavras como flocos de neve em dia de inverno, / então outro mortal não havia que rivalizasse com Odisseu’ (Ilíada. III. 221-223)” (I. 2. 5). Embora Estrabão não tenha incorporado os versos que ilustram a habilidade retórica de Odisseu ele mencionou três momentos da *Ilíada* pelos seus nomes comuns que exemplificam a excelência retórica de Odisseu: no *Julgamento*, nas *Súplicas* e na *Embaixada*, que se referem, respectivamente, aos momentos em que Odisseu convence os gregos a permanecerem em Tróia (canto II); que Odisseu, junto com Fênix e Ajax tentam acalmar a cólera de Aquiles para que ele se reconcilie com Agamenon (canto IX); e ao momento aludido por Antenor em que Odisseu e Menelau vão a Tróia exigir a devolução de Helena (canto III).

Estrabão parece supor que as passagens são de conhecimento comum e não precisam ser transpostas na sua obra, e talvez também porque isso o afastaria ainda mais de seu objetivo, isto é, a autoridade geográfica de Homero. Estrabão ainda comenta que o poeta não só conhecia esses assuntos, como também todas pessoas esclarecidas consideram que Homero fala corretamente. Aqui Estrabão conclui retomando a sua noção de *mimesis*:

“quem, então, poderia assumir que um poeta que é capaz de introduzir terceiros como oradores ou comandantes ou outras manifestações de feitos virtuosos é, ele próprio, um charlatão, hábil apenas em enfeitiçar e lisonjear sua audiência em vez de ajudá-la? Poderíamos dizer que um poeta não tem outra qualidade além de imitar a vida mediante palavras (*mimetiken tou biou dia logon*). Como ele poderia imitar a vida se carece de experiência ou inteligência? Nós não falamos da qualidade de um poeta como falamos da de um carpinteiro ou bronzista, porque o trabalho desses não está ligado com a beleza ou a nobreza, enquanto que o do poeta está vinculado à vida humana, e não se pode ser um bom poeta sem que antes se tenha se tornado um bom homem (*andra agathon*)” (I. 2. 5).

O argumento de Estrabão, endereçado a Eratóstenes, se choca frontalmente contra a crítica platônica. Para o filósofo, o poeta não possui conhecimento algum sobre a real natureza dos objetos narrados, enquanto que para o geógrafo simplesmente não é possível imitar situações da vida - que é, propriamente, o trabalho dos poetas - sem que antes não se tenha uma bagagem considerável na vida. Isso vale, sem sombra de dúvidas, para os lugares

do mundo habitado que Homero narrou, assim como vale para todas as situações narradas: as batalhas, os discursos e até mesmo o conteúdo das falas dos personagens, de modo que o que disse Odisseu sobre a agricultura, por exemplo, é evidência suficiente para Estrabão argumentar que Homero possuía esse conhecimento e o transmitiu ao longo de seus versos para o benefício da audiência.

Agora, se somarmos o que foi exposto nesse tópico, isto é, que para Estrabão o poeta tinha conhecimentos que iam muito além dos geográficos, com aquilo que estamos escrevendo desde os tópicos anteriores - que Estrabão foi educado desde criança com Homero, que considerou seus poemas, mesmo as passagens mais míticas e fabulosas, como uma obra didática e orientada à instrução - podemos concluir seguramente que a influência do poeta na formação de Estrabão extrapolou os limites da geografia, o que consequentemente nos leva a inferir, também, que devem existir ecos dessa influência em passagens da *Geografia* que talvez possam revelar um vínculo entre as concepções do geógrafo sobre seu próprio tempo com os valores transmitidos pelos versos homéricos na forma em que eles foram interpretados pelo geógrafo. Se essa influência, no entanto, não é constantemente mencionada explicitamente como foi a influência geográfica, argumentamos que isso se deve muito mais ao fato de tais discussões não terem espaço dentro do plano da obra. Mas a alusão de Estrabão a Homero - e aos bons poetas em geral - como sendo necessariamente um *aner agathos*, um bom homem, é bastante sugestiva não só sobre as qualidades do poeta referentes a sua capacidade de imitar a vida, mas também, e principalmente, sobre a sua experiência e conhecimento adquirido em torno da vida que antecede a criação poética ou ato de imitação da vida.

3. 4. Como ler Homero?

Como vimos até aqui, Estrabão atribuiu a Homero não só a posse de amplos conhecimentos em vários assuntos, como também atribuiu ao poeta uma grande preocupação por repassar todo esse conhecimento por meio dos seus versos. Porém, como vimos, Estrabão demonstrou estar ciente de que seria um erro considerar a narrativa homérica com toda sua carga mítica e fantástica como um espelho da realidade, e que, para de fato o conhecimento ser percebido pelo público, a narrativa deveria ser submetida a uma forma correta de leitura, por meio da qual o leitor estaria apto a desvelar a sabedoria do poeta que havia sido habilmente mesclada em um enredo situado entre a ficção e a realidade histórica e geográfica, como Estrabão acreditava ser uma característica própria da composição poética.

Preocupado em defender o propósito e a autoridade de Homero das críticas de Eratóstenes, Estrabão escreveu algumas linhas bastante sugestivas no sentido de como realizar a leitura correta dos versos, bem como alguns exemplos dessa leitura aplicada. No entanto, como já dissemos, a maior parte da questão homérica no texto da *Geografia* está delimitada pelo escopo das discussões geográficas, fato que, conforme já foi mencionado, não deve delimitar a influência do poeta sobre Estrabão apenas no âmbito da geografia. Foi na parte da *Geografia* dedicada à revisão das ideias de Eratóstenes que Estrabão desenvolveu sua discussão a respeito da natureza da poesia homérica e da leitura e interpretação correta dos versos, afinal, se o geógrafo estava defendendo Homero de acusações que reduziam sua obra à condição de invenções criadas para satisfazer unicamente o prazer de uma audiência, desviando os versos do que Estrabão acreditava ser seu principal propósito, isto é, a instrução, então coube ao geógrafo não só argumentar contra Eratóstenes, explicando a natureza e o propósito da poesia homérica possuir uma carga mítica e fantástica tão grande, mas também demonstrar como era possível extrair esses conhecimentos do texto homérico até mesmo como forma de validar seu próprio argumento.

Para Estrabão, como também já vimos, os motivos para a introdução de conteúdo mítico e fantástico nos poemas homéricos eram tanto o fato de tornarem os versos mais atraentes para a atenção da audiência devido a gama de sentimentos que eles provocam, como o fato de as próprias histórias míticas trazerem consigo lições e exemplos para os cidadãos, de modo que, para o geógrafo, essas histórias não só não desviaram Homero de seu propósito pedagógico, como na verdade reforçaram esses propósito ao juntar num mesmo texto a

instrução e o entretenimento. Nessa perspectiva, existiu uma preocupação de natureza retórica por parte do poeta no ato da composição de seus versos. No entanto, ao recorrer a recursos retóricos que embelezam os cantos, Homero não deixou de visar a instrução. Para o geógrafo, aliando o mito com a educação, o poeta “buscou a verdade. Mas acrescentou nela, também, falsidades, para melhor conduzir as massas”, de modo que “colocou o mito em torno da verdade, adoçando e adornando o estilo, mas visando o mesmo fim que os historiadores ou aqueles que narram os acontecimentos reais” (I. 2. 9). Sobre isso, Estrabão deu maiores detalhes: “o objetivo da disposição dos elementos retóricos é a expressividade (*energeia*), como quando Homero introduz homens lutando; objetivo do mito é o de dar prazer (*hedone*) e causar consternação (*ekplekseis*)” (I. 2. 17).

Com isso, fica claro que para Estrabão, a composição poética de Homero pode ser entendida como um trabalho de adornar uma história real e informativa de modo a torná-la mais agradável ao público sem que com isso essa história perca seu vínculo com o núcleo de realidade em que se baseia, e nem que deixe de servir ao seu principal propósito, que é a educação. Essa constatação concorda com a forma que Estrabão apresentou o poeta no começo da *Geografia*: “superou todos, antigos e recentes, na excelência de sua poesia e seu conhecimento acerca da vida política” (I. 1. 2). Ou seja, ainda mais do que um polímata, Homero foi também o maior poeta, justamente por conseguir expressar todo seu conhecimento em versos que, ao mesmo tempo, são capazes de conquistar a audiência devido a sua qualidade poética sem deixar de apresentar informações úteis para essa audiência. No entanto, para conhecer essas informações, por estarem acrescidas dos mitos e demais recursos retóricos, exigia-se, para Estrabão, um certo procedimento de leitura que levasse em consideração a condição da obra de Homero entre a ficção e realidade.

A ideia de que o conhecimento na poesia homérica não está, assim por dizer, na superfície do texto, mas sim nas suas entrelinhas, ou naquilo que não foi dito explicitamente, essa ideia não foi uma novidade nos tempos de Estrabão. Na verdade, uma referência que já fizemos a Platão nos revela que ainda antes dele esse foi o argumento utilizado por aqueles que defendiam a autoridade do poeta das críticas que questionavam a moralidade do texto homérico. Segundo Platão, o banimento da poesia homérica na sua cidade ideal deveria ser mantido ainda que se argumentasse que existe nos versos uma alegoria (*hyponoia*), isto é, um significado mais profundo do que aparentam na sua superfície de contato imediata, pois as

crianças da cidade não teriam capacidade de “distinguir o que é alegoria do que não é” (República. 378d).

De fato, segundo Mikolaj Domaradzki, Teágenes de Régio, um contemporâneo de Xenófanes de Cólofon, propôs que uma leitura correta de Homero deveria levar em consideração a sua dimensão alegórica. De acordo com Domaradzki, tendo como objetivo tirar de Homero a carga de impiedade que lhe vinha sendo atribuída, Teágenes argumentou que o episódio da *Theomachia* no canto XX da *Iliada* deveria ser entendido como uma alegoria da relação de oposição entre os elementos da natureza, e não como um conflito desmoralizante entre os deuses: “a batalha entre os deuses se transforma em uma batalha entre os elementos, onde o seco se choca contra o úmido, o quente contra o frio e o leve contra o pesado” (DOMARADZKI, M. 2011, p. 211). Domaradzki (2011, p. 215) argumenta que a proposta de Teágenes deve ter sido o resultado do contato com as ideias que vinham sendo desenvolvidas no âmbito da filosofia natural, e oferece uma alternativa para defender a autoridade de Homero a partir de uma via de leitura racional capaz de revelar o que de fato o poeta quis dizer de forma figurada além daquilo que pode ser compreendido na superfície textual. As ideias de Xenófanes de Cólofon e Teágenes de Régio nos revelam que desde pelo menos o século VI. a. C. a autoridade de Homero esteve em disputa, e que pelo menos desde então a noção de que existe uma forma correta de se ler e interpretar Homero para revelar seu verdadeiro conhecimento foi utilizada em defesa do poeta.

Outro nome que pode ser citado entre os que defenderam a autoridade de Homero sugerindo a existência de informações subentendidas devido ao tratamento próprio que os poetas davam aos seus versos foi Heródoto. Para ele, o poeta conheceu a verdade dos fatos em torno dos eventos narrados, mas nem sempre escolheu narrá-los como aconteceram porque nem sempre a realidade era adequada para os propósitos da poesia épica. Nesse sentido foi que Heródoto entendeu o caso sobre os eventos em torno do rapto de Helena (História. II. 112-120), em que ele afirma ter ouvido dos sacerdotes no Egito uma versão alternativa à homérica que ele próprio acredita ser a verdadeira. De acordo com essa versão, Páris, depois de raptar Helena, partiu de Esparta em direção a Tróia; mas, ainda no Egeu, os ventos o empurraram para o Egito, onde existia uma lei que proibia que qualquer escravo que se refugiasse no templo de Hércules fosse feito cativo novamente, tornando-se servo da divindade no templo; alguns dos escravos que acompanhavam Páris, tomando conhecimento da lei, fugiram para a proteção do templo, e lá contaram aos sacerdotes e autoridades locais

sobre o rapto de Helena. Sabendo disso, Proteu, o monarca egípcio, proferiu a seguinte ordem, de acordo com a narrativa de Heródoto:

vou me limitar agora a não permitir que leves essa mulher nem esses tesouros; eu os guardarei para seu anfitrião grego até que ele, pessoalmente, venha buscá-los; e quanto a você e seus marinheiros, os ordeno a zarpar de minhas terras com outro rumo no prazo de três dias, se não serão tratados como inimigos (História. II. 115. 4-6).

Essa versão alternativa é completamente diferente da homérica em que Helena está em Tróia durante todo o conflito. Para Heródoto, na verdade, Helena nunca chegou a Tróia, tendo ficado no Egito aguardando que Menelau viesse buscá-la. Para ele, porém, Homero “também chegou a conhecer essa versão”, mas não a narrou porque “não era tão apropriada para a epopeia, como a outra que utilizou”, tendo deixado, no entanto, “entrever que também conhecia essa história” (História. II. 116. 1-2). Heródoto (História. II. 116. 2-6) argumentou que Homero indicou que conhecia essa versão alternativa em um momento da *Iliada* (VI. 289-292) e em outras duas partes da *Odisseia* (IV. 227-230; IV. 351-352). A passagem da *Iliada* ilustra melhor a situação: “... onde estavam as suas vestes ricamente bordadas, / trabalho de mulheres sidônias, que da Sidônia trouxera / o próprio [Páris] Alexandre divino, quando navegou o mar vasto / naquele caminho em que trouxera a nobre Helena” (*Iliada*. VI. 289-292). Para Heródoto, nesses versos Homero deixou uma referência à viagem errante de Páris Alexandre pela região próxima ao Egito que teria como consequência, de acordo com a versão dos sacerdotes, a estadia de Helena como hóspede no Egito no lugar de Tróia, pois, de acordo com o historiador, “a Síria tem fronteira com o Egito, e os fenícios, a quem Sidon pertence, habitam a Síria” (História. II. 116. 6).

Dessa forma, Heródoto preservou a autoridade de Homero ao afirmar que ele conheceu a verdade dos fatos que narrou, mas também argumentou que ele submeteu a versão verdadeira aos seus interesses como poeta, isto é, inventando um novo enredo mais adequado para a epopeia. No entanto, pelo fato de o poeta ter indicado os acontecimentos tidos como reais, Heródoto não rompeu com a tradição homérica, mas deixou claro que aquele que busca o conhecimento do poeta em seus versos deve estar atento tanto para o fato de que a narrativa está submetida aos interesses próprios da poesia quanto para o fato de que o poeta, sendo uma

autoridade, não deixou de indicar a verdade por meio de algumas referências como as que ele citou.

Apesar das diferenças nítidas que existem nas formas como Teágenes de Régio e Heródoto pensaram a poesia homérica - o primeiro argumentou que o poeta antecipou os temas da filosofia pré-socrática de forma alegórica, enquanto o segundo discutiu a natureza da verdade histórica nos poemas -, ambos autores partilham alguns pontos em comum: que Homero foi uma autoridade e sua poesia um veículo de informações e conhecimento; e também que esse conhecimento não foi apresentado de forma explícita, mas sim que deveria ser encontrado através de uma leitura que fosse além do que a narrativa apresentava na sua superfície de contato imediata.

Como temos visto, Estrabão também partiu desses pontos em comum. Mas, um olhar para as diferenças, especialmente entre o geógrafo e Heródoto, também pode ser particularmente revelador, pois se de um lado Heródoto acreditava que Homero teve um maior compromisso com a forma poética do que com a verdade histórica, deixando esta última apenas à sombra de uma versão inventada e poeticamente mais adequada, Estrabão, por outro lado, construiu seu argumento defendendo que o maior propósito do poeta foi sempre a verdade. Diferente de Heródoto, para quem a verdade foi submetida pelo interesse poético predominante, para Estrabão é a forma poética que se rendeu ao interesse maior da instrução da verdade, se tornando um instrumento pensado para potencializar a eficiência da poesia enquanto veículo do conhecimento. Estrabão chegou até mesmo a usar um símile homérico para ilustrar o processo de como o poeta acrescentou falsidades às verdades na narrativa (I. 2. 9). O símile utilizado está no canto VI da *Odisseia*, e se refere ao momento em que a deusa Atena modificou a aparência de Odisseu para que ele não se apresentasse como um náufrago à Nausícaa, filha Alcínoo, rei dos Feácios. Nos versos se lê que a deusa fez essa transformação

tal como derrama ouro sobre prata um artífice, / a quem Hefesto e Atena ensinaram toda a espécie / de técnicas, e assim faz uma obra graciosa - assim a deusa / derramou a graciosidade sobre a cabeça e os ombros de Odisseu (Odisseia. VI. 232-235)

O símile homérico é bastante claro: verter ouro sobre prata aparece com o significado de acrescentar beleza a algo ou alguém sem modificar substancialmente aquilo que se tinha

antes, a não ser na aparência. Então, da mesma forma que na narrativa homérica o *símile* ilustra a forma como Atena melhorou a aparência de Odisseu sem transformá-lo em outra pessoa, para Estrabão o *símile* ilustra como o poeta, no ato da composição, ornou seus versos com falsidades sem com isso afetar negativamente o objetivo da obra, que era para ele a instrução da verdade.

Para Estrabão, quando a narrativa homérica apresenta situações fantásticas e evidentemente irreais, o leitor não deve nem a tomar cegamente como literalmente reais, nem assumir uma postura totalmente cética diante delas, mas sim entendê-las como ornamentos e ferramentas retóricas que desempenham um papel no processo de transmissão do conhecimento, uma vez que a composição é feita sobre uma base real, que é o que deve ser buscada pelo leitor. Enquanto que para Heródoto a verdade em Homero foi deixada de lado - embora indicada pelo poeta - porque não era a melhor versão para ser apresentada em uma poesia épica, para Estrabão a verdade foi camuflada com a mentira, como que em uma relação de simbiose que potencializa a própria poesia como meio de educação e transmissão dessa mesma verdade.

Ou seja, se para Heródoto a realidade não ocupava um lugar central na narrativa, para o geógrafo foi a própria realidade que delimitou a adição de falsidades - apenas na medida em que essas falsidades não desviassem os versos de seu objetivo. Mas, para Estrabão, a existência dessas adições que altera a aparência das verdades nos versos precisa ser corretamente lida e interpretada, caso contrário as mentiras poderiam ser tomadas como verdades pelos mais ingênuos, ou simplesmente poderiam resultar no descrédito da autoridade de Homero, como fez Eratóstenes ao considerar a carga mítica como apenas invenções sem propósitos além do entretenimento. O leitor deve, segundo Lawrence Kim, “reverter o processo poético e separar as elaborações míticas e adições para descobrir a base factual a partir da qual o poeta começou o processo criativo” (KIM, L. 2010, p. 71). Para Estrabão, descobrir a base factual sobre a qual o poeta compôs os versos revertendo o processo poético e separando o falso do verdadeiro é, portanto, o objetivo da exegese homérica, a forma a partir da qual o leitor consegue acessar o conhecimento bruto que o poeta ornou para tornar o texto mais agradável.

Além de indicar como a leitura de Homero deve ser feita, Estrabão também demonstrou o procedimento na prática. Os casos já citados do escudo de Aquiles como representação do mundo habitado como uma ilha rodeada pelo Oceano, e o caso do domínio

de Éolo como uma referência à dinâmica dos ventos, atividade sísmica e navegação nas Ilhas Lipari são bons exemplos de como Homero, para Estrabão, elaborou sua narrativa com base em informações reais e que “até o que parece ser a mais fabulosa invenção do poeta não foi escrito sem fundamento” (VI. 2. 10).

Foi argumentando que o poeta conheceu o Estreito de Messina entre a Península Itálica e a Sicília, bem como a perigosa passagem náutica dificultada pelo regime das marés na região, que Estrabão desenvolveu de forma mais complexa a reversão do processo criativo do poeta. O trecho que, segundo Estrabão, é uma alusão ao Estreito de Messina foi tirado do canto XII da *Odisseia* em que se passa o seguinte: retornando do Hades, Odisseu e seus companheiros foram notados pela deusa feiticeira Circe, que ofereceu pão, carne e vinho aos marinheiros. Após a refeição, a deusa aconselhou Odisseu sobre como seguir sua viagem. Foi dela o conselho de tapar os ouvidos dos marinheiros com cera e amarrar Odisseu no mastro durante a passagem entre as Sirenas, e também advertiu sobre um perigo que encontraria mais adiante: a passagem entre dois rochedos que antes só havia sido transposta pelos Argonautas com a ajuda de Hera. De um lado estava a morada de Cila, um monstro de doze pernas e seis cabeças que fica com “até a cintura escondida na gruta / mas eleva as cabeças para fora do terrível abismo / para aí se pôr à pesca, procurando perto do rochedo / golfinhos, cães marinhos e criaturas ainda maiores” (*Odisseia*. XII. 93-96). Cada uma das cabeças poderia arrebatrar um tripulante por vez; do outro lado da passagem havia um rochedo com uma grande figueira. Ali era a morada de Caríbdis, que, segundo Circe disse a Odisseu, “suga a água escura. / Três vezes por dia a vomita; três vezes a suga com um barulho terrível. / Que lá não estejas quando sugar a água! Pois ninguém te poderia salvar da desgraça” (*Odisseia*. XII. 104-107).

Segundo Estrabão, Políbio, antes dele, já havia argumentado que os mitos de Cila e Caríbdis eram elaborações poéticas que se referiam à passagem de Odisseu pelo Estreito de Messina. Nessa perspectiva, a criatura Cila foi tida como uma alusão à pesca do peixe espada que era praticada na região: dois homens dividem um pequeno barco, “um rema e o outro fica em pé com uma lança; o primeiro avisa a aparição do peixe... Quando está perto de encostar no barco, um dos homens o golpeia”. A partir desses fatos, continua Estrabão, “Políbio afirma que se poderia conjecturar que para Homero as viagens de Odisseu passaram pela Sicília, dado que relacionou com Cila esse tipo de pesca, que é típica sobretudo na região” (I. 2. 16).

Estrabão nos conta que o mito de Caríbdis também reforçou o argumento de Políbio, pois o que o poeta disse sobre a criatura se parece com o regime das marés no Estreito, com o detalhe que Políbio acreditava haver um erro de grafia ou da própria informação onde se disse “três vezes por dia a vomita”, sendo mais adequado apenas duas, como de fato acontecia com o fluxo e refluxo das marés (I. 2. 16). Embora Estrabão reconheceu que a informação estava errada, ele afirmou que o erro não se devia à ignorância de Homero. Para o geógrafo, o erro tinha como objetivo aumentar “o efeito trágico, e para despertar o medo que Circe tenta colocar em seu discurso para impedir Odisseu de partir” (I. 2. 36). Estrabão destacou que a voz que transmitiu a informação errada dentro do poema foi a de Circe, e que ela própria queria impedir o retorno de Odisseu. O que comprova que Homero usou Circe como uma personagem mentirosa é o fato de que ela também havia dito que Odisseu não poderia sobreviver à passagem pelo Estreito se escolhesse passar pela extremidade próxima a Caríbdis, sendo melhor evitá-la, navegando próximo ao rochedo que abrigava Cila. Essa escolha, argumentou Circe, era melhor pois teria maiores chances de sobreviver, podendo fugir enquanto a criatura se alimentava dos seis marinheiros que seriam pegos no primeiro ataque. Para ela, “é preferível lamentares a morte / de seis companheiros na nau do que a morte de todos” (Odisseia. XII. 109-110). Mas, no momento da passagem, Odisseu foi levado pelos ventos para perto de Caríbdis, tendo sobrevivido ao fluxo e refluxo da água por ter saltado até a figueira sobre o rochedo (Odisseia. XII. 432-433), de modo que, conclui Estrabão, “Circe mentiu” (Geografia. I. 2. 36).

Estrabão foi ainda além para defender a autoridade do poeta com relação a esse assunto, pois para ele o intervalo de tempo que Odisseu ficou sobre a figueira esperando o refluxo de Caríbdis com os restos da sua embarcação sugerem que o fenômeno só poderia acontecer duas vezes por dia:

“o longo tempo em que os restos do naufrágio permaneceram em baixo da água, enquanto Odisseu esteve agarrado aos galhos da figueira esperando ansiosamente sua subida, concorda muito melhor com o fluxo e o refluxo acontecendo duas vezes durante o período de um dia do que três vezes” (I. 2. 36).

Na prática, o método de Estrabão para a correta interpretação dos mitos de Cila e Caríbdis, que conduz o leitor às informações reais sobre o Estreito de Messina, foi separar as

vozes de Homero enquanto autor e de Circe enquanto personagem. Não foi Homero quem disse que o fenômeno acontecia três vezes ao dia, mas sim Circe. O objetivo dessa informação falsa e aumentada no enredo era causar medo em Odisseu para impedi-lo de partir - e talvez também no público. Mas a voz homérica não permitiu que a informação falsa se sobrepôs à verdadeira: Odisseu sobreviveu ao ataque de Caríbdis e esperou o refluxo das águas em um intervalo de tempo que está em concordância com o fenômeno das marés da região do Estreito. A conclusão do geógrafo é que “Caríbdis foi desenvolvida como mito pelo poeta a partir dos fluxos e refluxos da maré, sem que ela seja plenamente uma ficção homérica, mas sim criada a partir das informações relativas ao Estreito da Sicília” (I. 2. 36)

Portanto, sem perder de vista seu objetivo de instruir, Homero habilmente teceu uma trama em que o falso e o verdadeiro se confundem. A informação real está no texto, mas o leitor desavisado ou o leitor que não via no poeta uma autoridade intelectual, e por isso não via necessidade de sujeitar o texto a uma leitura mais profunda, deixou de percebê-la. Isso porque, sendo uma autoridade, Homero não poderia deixar de indicar a verdade; mas, por outro lado, sendo um poeta, não poderia apresentar a verdade de forma crua, sendo seu papel usar dos recursos da linguagem e do mito para provocar as mais diversas sensações no seu público. Cabia, então, do ponto de vista de Estrabão, a cada um dos leitores de Homero ler e interpretar os versos da forma correta sempre tendo em mente que o grande objetivo do poeta era a instrução, e que os mitos exercem apenas uma função ornamental, não devendo ser entendidos na sua literalidade, nem ignorados por mais fantasiosos que podiam parecer, mas sim submetidos a um processo de reversão da criação poética para alcançar o núcleo da realidade que serviu de base para o poeta.

APÊNDICE: Os políticos romanos na *Geografia*

Para entendermos a posição da *Geografia* e de Estrabão entre a situação política romana da época do Principado e a longa formação cultural do geógrafo orgulhoso da sua origem grega, precisamos olhar tanto para a forma como os políticos romanos foram mencionados ao longo da obra quanto para as informações que nos permitam inferir sobre o processo de sua formação. Esta parte já fizemos ao longo dos capítulos 2. *A paideia de Estrabão*, e 3. *Homero segundo Estrabão*, enfatizando o papel de Homero como o principal pilar da cultura grega que atuou na formação de Estrabão. A partir de agora, veremos como os políticos romanos apareceram na obra, bem como o contexto da narrativa em que aparecem.

Mas, assim como no caso da análise da formação cultural do geógrafo, em que foi preciso selecionar do todo aquilo que mais se destacava, aqui também foi preciso escolher quais políticos romanos deveriam ser destacados do texto da *Geografia*, e, também, quais das referências aos políticos escolhidos se destacam umas das outras. E, uma vez que nosso objetivo é entender a relação da obra e do autor com o contexto do Principado de Augusto, selecionamos apenas as passagens em que são mencionados Júlio César, Otávio Augusto e Tibério. A escolha desses três nomes se justifica porque, ao longo do processo de fim do antigo regime romano e o nascimento e consolidação do novo, esses três foram não só os principais protagonistas, como também existiu um elo de continuidade entre eles.

Podemos discutir se antes de Júlio César a República romana já estava condenada pelo desgaste das instituições causado pelas guerras civis e pelo constante advento de poderosos e influentes generais com seus exércitos privados que lutavam pelas suas causas particulares, mas não temos como negar que depois de César, a República, como fora conhecida antes, não poderia voltar a existir. Após a morte de César iniciou-se uma disputa em torno de seu legado entre Antônio, homem de confiança de César, e seu sobrinho, filho adotivo e herdeiro Caio Otávio, tornado Caio Júlio César Otaviano no ato da adoção. O desfecho da disputa, bem sabemos, foi a vitória deste último em 27 a. C. no *Ácio*, onde ganhou o mais bem conhecido título de Augusto e de *princeps*, termos que usaremos mais frequentemente.

Além da adoção e escolha do então Caio Otávio como herdeiro, a continuidade política entre César e Augusto se fez sentir também no discurso político adotado pelo *princeps* que, de acordo com Pierre Grimal, explorou politicamente o vínculo com seu pai adotivo (GRIMAL, P. 2008, p. 23-25). Isso fica evidente em alguns momentos no texto da *Res*

Gestae de Augusto que, ainda no começo, registrou o desejo de vingar seu tio, bem como na consumação da vingança contra os que assassinaram César (R. G. 2).

A continuidade entre Augusto e Tibério é ainda mais evidente, afinal, este, mesmo que não tenha sido a primeira opção de Augusto para a sucessão, foi definitivamente escolhido como seu herdeiro quando passou a compartilhar de poderes e prerrogativas similares às do próprio *princeps*, conforme argumenta Erich. S. Gruen (2005, p. 50), evitando dar a aparência de uma dinastia para a transmissão do poder, ao mesmo tempo em que garantiu que essa transmissão ocorreria, pois a morte de Augusto não causaria uma interrupção ou um vazio de poder.

Desse modo, justifica-se a escolha pela análise das passagens da *Geografia* em que Estrabão mencionou Júlio César, Otávio Augusto e Tibério: historicamente foram os protagonistas do fim da República, nascimento e consolidação do Principado, indicados como uma linha sucessória, o que nos permite argumentar que representam, também, a perpetuação de um mesmo grupo político no poder. Esta ao menos foi, como veremos, a percepção de Estrabão.

É bastante nítido que para o geógrafo a sucessão entre César, Augusto e Tibério significou a continuidade de um mesmo grupo político no poder. Na visão geral que Estrabão escreveu da história dos romanos no final da descrição da Península Itálica, César e Augusto foram mencionados como responsáveis pela conquista completa da Gália (VI. 4. 2); da mesma forma, o evento envolvendo as embaixadas britânicas enviadas para Augusto em busca da amizade dos romanos foi escrito como o desfecho da história iniciada por César na ilha, quando este a invadiu mas não conseguiu realizar nada de muito expressivo lá (IV. 5. 3); ainda, a menção à pintura de Vênus, que Augusto tirou do templo de Asclépio em Kós e levou para Roma para dedicar a César como fundadora da sua família revela a percepção sobre essa continuidade, não só pelos laços familiares que o ato evoca, mas também pela própria inclinação do *princeps* em associar politicamente sua imagem à de seu tio (XIV. 2. 19). Já a continuidade entre Augusto e Tibério é explícita, já que este, além de ter sido adotado como filho e escolhido como sucessor, segundo o geógrafo, Tibério tomou Augusto como “modelo de governo e administração” (VI. 4. 2).

Para encontrar cada referência no texto da *Geografia*, utilizamos como guia o índice onomástico disponível no final de cada livro das edições espanholas publicadas pela editora Gredos, bem como a ferramenta de pesquisa do leitor de PDF na edição digital de volume

único traduzida por Duane Roller e publicada pela Cambridge University Press. E, apesar de termos separado todas as referências a César, Augusto e Tibério, nem todas elas serão analisadas, pois uma boa quantidade delas trazem informações bastante pontuais e sem revelar a posição de Estrabão diante destes políticos e de seus feitos, de modo que não acrescentam muito para a discussão da problemática proposta na nossa pesquisa.

São deste tipo de referência, por exemplo, trechos da *Geografia* em que Estrabão mencionou César e Augusto apenas porque eles possuem algum tipo de relação menor com o espaço geográfico descrito, seja porque simplesmente em algum momento passaram pela região em questão, ou por terem tido algum grau de proximidade com os cidadãos locais. É o caso da descrição de Betis, cidade que se destaca das demais unicamente por ter sido escolhida pelos soldados de César como quartel (III. 2. 1); ou ainda da descrição de Obulco, onde César foi mencionado porque chegou na cidade desde Roma em 27 dias de marcha antes da batalha de Munda, segundo as fontes de Estrabão (III. 4. 9). Da mesma forma, uma breve menção sobre a forma como César e Augusto dividiram o território da Céltica não parece importante para nossa discussão (IV. 1. 1), assim como saber que o rei Burebista, dos getas, foi aquele “contra quem César preparou uma expedição” (VII. 3. 5), ou que o rei Juba I da Mauritânia foi “aquele que lutou contra César” (XVII. 3. 7).

Referências a personalidades locais de determinadas cidades descritas também foram, vez ou outra, acompanhadas de referências a vínculos pessoais com políticos romanos ilustres, como César, Augusto e Tibério, mas, assim como nos casos citados acima, estas referências também não acrescentam informações preciosas para nossa investigação, excetuando-se referências a intelectuais gregos que foram amigos ou professores de Augusto ou que tiveram relações pessoais com o próprio Estrabão. Na descrição de Pérgamo, por exemplo, um certo Mitridates, filho de uma possível concubina do rei Mitridates do Ponto, foi mencionado por ter sido favorecido pela sua amizade com César (XIII. 4. 3); entre os nobres e ilustres germânicos, Estrabão comentou sobre Marobóduo, criado dentro de Roma e favorecido por Augusto, e que mais tarde se tornou rei de um conjunto de tribos germânicas (VII. 1. 3); e, entre os ilustres da lacônia, Estrabão mencionou um Euricles, que parece ter abusado da sua amizade com o *princeps* para manter a autoridade sobre a população local (VIII. 5. 5).

Como se vê, referências deste tipo não revelam o que Estrabão pensava sobre nenhum dos políticos em questão, e nem sobre o Principado. Sobre elas, podemos no máximo pontuar

que Estrabão, nos seus recortes e nas suas escolhas do que escrever ou não na *Geografia*, eventualmente considerou que a relação de alguns espaços ou de algumas pessoas com César, Augusto e Tibério era um fator de destaque por si só, sem acrescentar maiores e mais importantes informações, o que poderia ser esperado do geógrafo, considerando o que escreveu no primeiro livro da obra, comparando a *Geografia* com sua obra anterior, os *Comentários Históricos*:

“assim como antes, em que o que aconteceu nas vidas dos homens ilustres foi registrado, mas aquilo que era trivial e duvidável foi omitido, agora o que é trivial e incerto também será rejeitado, em favor daquilo que é notável e importante, junto com o que é prático, memorável e prazeroso” (I. I. 23)

Embora, para o nosso propósito, tais referências sejam triviais e de pouca utilidade, talvez valha a pena especular um pouco sobre os possíveis motivos do geógrafo em trazê-las para a obra. A amizade de um indivíduo de fora de Roma com os grandes protagonistas da política romana, ou a referência a algum evento histórico em que estes políticos participaram durante a descrição do espaço geográfico pode ter sido considerado por Estrabão um fator de destaque porque, em uma perspectiva corográfica, isto é, na perspectiva de uma escala reduzida da descrição local, tais fatos podem ter sido importantes. Em uma história de Roma ou de Augusto, a amizade do *princeps* com Euricles, por exemplo, talvez não seria mencionada pelos critérios do geógrafo, mas na descrição da região da lacônia o fato pode ter assumido uma proporção maior e se tornado digno de nota dentro dos critérios de Estrabão.

Algo que vale comentar antes de entrarmos propriamente na análise dos trechos selecionados da obra é que em nenhum momento essas passagens constituem uma história cronologicamente coerente; não foi em torno do tempo histórico que a escrita da *Geografia* foi pensada e organizada, mas sim do espaço geográfico. Nesse sentido, tanto os eventos históricos quanto as pessoas mencionadas não são centrais na obra, e apenas aparecem porque, de alguma forma, estão relacionados com eventos de cada região descrita. Na verdade, conforme argumenta Katherine Clarke, a história faz parte da identidade geográfica presente nos mais variados lugares, de modo que “os aspectos temporais de um lugar formam uma parte integral da descrição do espaço” (CLARKE, Katherine. 1999, p. 1).

De antemão, já podemos escrever que, no geral, a forma como Estrabão se referiu aos três políticos é bastante positiva. Júlio César parece se destacar pelos seus feitos militares

vitoriosos: ele e alguns de seus tenentes, como Dolabela, foram mencionados pelas vitórias obtidas contra Pompeu e seus homens (III. 4. 9; III. 4. 10; XIV. 1. 37); pelas vitórias contra cidades, tribos e até povos inteiros, como no caso de Alexandria (XVII. 1. 6) e dos arvernos (IV. 2. 3); e até mesmo quando seus feitos não foram dos mais expressivos, como na sua experiência na Britânia, ele ainda assim foi descrito como vitorioso:

“Atravessou duas vezes para a ilha, mas voltou rapidamente sem realizar nada importante nem entrar muito nela. Foi impedido pelas revoltas que surgiram em território celta, tanto por parte dos bárbaros como de seus próprios soldados, bem como pela perda de navios pelo fluxo e refluxo das marés em dias de lua cheia. No entanto, venceu os britânicos duas ou três vezes com as duas únicas legiões do exército que atravessaram o estreito, e voltou com reféns, escravos e um bom e variado butim” (IV. 5. 3)

Existem, ainda, algumas referências a César fora do âmbito militar. Estrabão registrou que ele ampliou a colônia de Como enviando 5.000 homens para lá, dos quais os mais ilustres eram 500 gregos (V. 1. 6); que foi um dos romanos que, em determinado momento histórico, decidiram se ocupar também do embelezamento das suas cidades (V. 3. 8); que reconstruiu e repovoou com colonos a cidade de Corinto ao perceber as boas condições naturais da região (VIII. 6. 23); Estrabão também considerou notável o fato de César, em nome da antiga amizade dos romanos com Marselha, ter perdoado a cidade e os seus cidadãos por terem tomado o partido de Pompeu nas guerras, preservando o direito da cidade de se governar segundo suas antigas leis (IV. 1. 5).

Uma das referências a César que mais chama atenção pela singularidade é a benevolência do general com a cidade de Tróia. Esta não foi a única cidade que César beneficiou: Corinto e Como, por exemplo, receberam cuidados especiais do general. O que chama a atenção no caso troiano são os motivos de César que revelam a importância do sítio para o general e, principalmente, para o próprio Estrabão, que se alongou um pouco mais sobre o assunto:

“Em nosso tempo, César deu aos troianos ainda mais favores, em imitação a Alexandre. Ele estava inclinado a favorecer eles, também, com o propósito de renovar sua conexão familiar com os troianos, e também como um admirador de Homero [...] César, que admirava Alexandre, e tinha fortes provas de suas ligações com os troianos, tinha um grande desejo de ser seu benfeitor. As provas de suas conexões com os troianos eram fortes; primeiro,

por ser romano - uma vez que os romanos consideram Eneias o fundador de sua estirpe; e também pelo nome Júlio, de Iulo, um de seus ancestrais e também descendente de Enéias. Ele, então, deu à cidade um distrito, garantiu sua liberdade e a isentou de impostos, e os troianos gozam destes benefícios até os dias de hoje” (XIII. 1. 27)

Os três motivos mencionados pelo geógrafo significam o reconhecimento da importância do passado da cultura grega no presente romano: a emulação de Alexandre; o reencontro romano com seu passado mítico na guerra de Tróia, embebido de cultura grega; e ainda a admiração por Homero, um dos principais pilares da cultura grega, a quem Alexandre também admirava.

Nos casos de Corinto e Como, os motivos para os cuidados de César foram, respectivamente, as boas condições naturais da região, e a falta de habitantes, motivos que podemos descrever como práticos. Já no caso de Tróia, os motivos elencados por Estrabão pertencem claramente a outra categoria, e parecem reafirmar uma posição que já expusemos ao longo do trabalho: a condição da cultura grega como superior dentro de um mundo politicamente dominado pelos romanos. Estrabão não pôde - e provavelmente nem quis - lutar contra a realidade da dominação romana, mas pôde - e o fez recorrentemente - reafirmar a superioridade grega no âmbito da cultura, e reivindicar um lugar para os gregos dentro da nova ordem política inaugurada pelos romanos. O César benfeitor de Tróia é um César que olha para a cidade de cima para baixo, com o poder de decidir sobre seu futuro, mas que não pôde deixar de reverenciar um lugar tão significativo pela conexão com Alexandre, Homero, sua própria linhagem mítica e, em suma, com o passado grego.

Numericamente, as referências a Augusto superam com folga as feitas a César. Algumas destas referências são apenas a pequenos fatos que revelam o mesmo padrão narrativo que já observamos em Estrabão, que tende a mencionar pessoas ilustres quando se relacionam de alguma forma com as regiões descritas, e pouco revelam propriamente sobre a postura do geógrafo diante dos assuntos de governo. São deste tipo alusões ao fato de Augusto ter tomado a Ilha Capri como propriedade particular (V. 4. 9); Sexto Pompeu ter usado Messina como base na guerra contra Augusto (VI. 2. 3); um habitante de aldeia de pescadores nas ilhas Cíclades que foi procurar Augusto em Corinto para pedir redução nos tributos (X. 5. 3) ou então ter passado o reinado da Mauritânia para Juba II (XVII. 3. 7).

Algo que parece ter chamado bastante a atenção de Estrabão no perfil dos políticos romanos é o cuidado dedicado às cidades. Augusto, assim como César, também foi lembrado pelo geógrafo por este motivo. Na descrição da cidade de Roma, Estrabão mencionou Augusto três vezes, primeiro contando sobre as medidas tomadas contra os incêndios e desmoronamento de construções altas (V. 3. 7); depois, por ter sido um dos que se dedicaram a embelezar a cidade; e, por fim, Estrabão achou válido descrever seu Mausoléu, o mais notável no Campo de Marte, onde se encontrava uma estátua do *princeps*, bem como seus restos mortais (V. 3. 8). Mas, além de Roma, outras cidades como Régio (VI. 1. 6), Siracusa, Catania e Centoripa (VI. 2. 4), Tralles e Laodiceia (XII. 8. 18) também receberam cuidados direto do *princeps*, seja na forma de recursos para reconstrução após conflitos ou terremotos, seja na forma de envio de habitantes para repovoar as cidades. Ainda, nesse sentido, podemos entender as honras conferidas a Polemo, cidadão ilustre de Laodiceia que tanto Antônio quanto Augusto consideraram digno de realeza devido sua integridade e também por se dedicar a embelezar a cidade (XII. 8. 16).

Já comentamos que as vezes em que os políticos romanos que estamos analisando foram mencionados por conta das relações pessoais que tiveram com cidadãos ilustres das regiões descritas são passagens que acrescentam pouco para nossa pesquisa, com exceção daquelas referências à relação entre Augusto e intelectuais de origem grega. Destas, gostaríamos de destacar três: Apolodoro, cidadão ilustre de Pérgamo e professor de oratória de Augusto (XIII. 4. 3); Xenarco, cidadão ilustre de Holmos, que foi amigo pessoal do filósofo Ário e de Augusto (XIV. 5. 4); e Atenodoro, cidadão ilustre de Tarso que foi amigo e professor de Augusto (XIV. 5. 14). A partir daqui, começamos a ver um esboço da postura de Augusto com relação ao mundo grego: ele teve relações muito próximas com o círculo de intelectuais gregos que ensinavam em Roma, círculo este que Estrabão, se não fez parte ele próprio, ao menos teve contato, já que Xenarco foi um de seus professores e Atenodoro foi um de seus amigos e fonte de informação sobre a cidade de Tarso. Além dessa possível ponte entre o *princeps* e o geógrafo, vale ainda ressaltar que a proximidade de Augusto com estes intelectuais gregos, além de ter agradado Estrabão e facilitado o surgimento de uma certa afinidade, deve ter influenciado suas decisões no âmbito do governo, como revela, por exemplo, a passagem de Plutarco sobre a tomada de Alexandria em que a cidade foi poupada graças à intercessão de Ário, que era um filósofo e professor de Augusto nativo da cidade (Plut. Ant. 80).

Talvez, esta educação grega e este contato íntimo com intelectuais de origem grega ajudem a explicar um outro tipo de referência ao *princeps*, aquelas que revelam uma postura reverente diante das obras de arte gregas, fato que Estrabão considerou digno de nota. Na descrição de Samos, Estrabão escreveu que Antônio pegou três estátuas da cidade, uma de Atena, Hércules e Zeus. Augusto devolveu as duas primeiras, e levou a de Zeus para o Capitólio em Roma (XIV. 1. 14). Eventos similares foram recorrentes, e foi na descrição de Retio que o geógrafo manifestou de forma mais contundente a sua posição, pois dali Antônio levou uma estátua para o Egito, a qual Augusto restituiu à cidade “da mesma forma que fez com outras. Antônio tomou as mais belas oferendas dos santuários mais ilustres para agraciar a egípcia [Cleópatra], mas Augusto deu de volta aos deuses” (XIII. 1. 30).

Vale notar que, na percepção de Estrabão, a reverência de Augusto era tanto com os objetos enquanto obras de arte grega, quanto como objetos de um culto a serem respeitados e ainda como patrimônio dos cidadãos. Pois, quando Augusto levou a pintura de Vênus do templo de Asclépio, em Kós, para dedicar a César em Roma, o fato não foi reprovado pelo geógrafo porque, talvez, Augusto tivesse o direito de fazê-lo por ser a deusa considerada fundadora da sua família, e também, principalmente, porque Augusto deu como compensação uma redução de 100 talentos nos tributos dos cidadãos (XIV. 2. 19). Emerge aqui, portanto, um Augusto não só reverente à cultura e à arte grega, mas também que respeitava os deuses, os cidadãos gregos e, em suma, o mundo cultural grego. Além disso, a atitude exemplar do *princeps* foi construída narrativamente como uma oposição à postura de Antônio, e até mesmo a menção à Cleópatra como simplesmente “a egípcia” parece sugerir reprovação por parte de Estrabão. A postura de Estrabão diante de Antônio e Cleópatra fica ainda mais evidente na descrição dos eventos finais das Guerras Civis, pois Augusto os perseguiu e “pôs fim ao seu poder e resgatou o Egito da desordem e de um mau governo” (XVII. 1. 11).

Também, de grande importância para nossa investigação, são as passagens em que Augusto foi mencionado como um promotor da paz no mundo mediterrâneo. Evidentemente que, nesses casos, o que se entende por paz não é uma situação alcançada pacificamente e sem o emprego de violência, mas antes uma ausência de conflito resultante da dominação e presença militar romana. É o caso dos cantabros e seus vizinhos, povos das montanhas da península Ibérica que Augusto subjugou. Segundo Estrabão, estes montanheses viviam de forma rude, em constante estado de guerra e isolados, até que Augusto os conquistou e pacificou (III. 3. 8). Da mesma forma, Augusto foi mencionado por ter acabado com os

bandos de ladrões e subjuguado os salassos que habitavam os Alpes, pacificando e fundando uma cidade na região (IV. 6. 6-7). Existe, ainda, dos iapodas, subjuguados por Augusto por terem sido considerados belicosos (VII. 5. 4), e os dalmatas, que por terem feito guerra contra os romanos tiveram seus numerosos assentamentos queimados por Augusto (VII. 5. 5).

Outro tipo de referência que chama muito a atenção são aquelas em que a autoridade de Augusto foi reconhecida por outros povos que buscavam a amizade do *princeps* e dos romanos. Nesse sentido, Augusto recebeu o reconhecimento de todos os galatos que dedicaram para ele um templo e um altar na cidade de Lungdunum, atual Lyon (IV. 3. 2). Os britânicos também solicitaram a amizade dos romanos e de Augusto. Na narrativa da *Geografia*, este é o desfecho da história que César havia começado quando invadiu a ilha. O general parece ter sido descrito com uma vitória parcial: não conseguiu avançar muito no território, mas também não voltou da Britânia de mãos vazias. Mas, segundo Estrabão, o reconhecimento da autoridade romana só aconteceu com Augusto, que recebeu embaixadas das autoridades britânicas que passaram a pagar tributos aos romanos (IV. 5. 3); Augusto também recebeu dos cimbrios uma solicitação semelhante: enviaram um artefato sagrado como pedido de desculpas pelos conflitos passados (VII. 2. 1); outro povo que buscou a amizade de Augusto foram os persas, mas, segundo o geógrafo, eles também buscavam a amizade dos partos (XI. 13. 2).

Um caso emblemático que Estrabão também mencionou foi a embaixada indiana enviada para pedir não só a amizade de Augusto, como também oferecer ajuda e passagem para os romanos dentro do território indiano (XV. 1. 4). Integrar a Índia dentro do grande mosaico de territórios submissos a Roma deve ter sido algo bastante significativo para os antigos, não só por se tratar de um lugar distante e exótico aos olhos do mundo mediterrânico, mas também por ter sido o ponto final das expedições de Alexandre. Segundo o geógrafo, foi um rei de nome Pandion, ou Porus, quem enviou a embaixada. A fonte desta informação foi Nicolau de Damasco, que registrou ter encontrado os embaixadores na Antioquia, e que eles carregavam uma carta escrita pelo próprio rei indiano, e que o rei, “embora fosse soberano de outros 600 reis, estimava muito a amizade de Augusto; e que lhe permitiria passar através de qualquer parte e o ajudaria em qualquer empreendimento que fosse justo” (XV. 1. 73).

Também, foi com Augusto que a rivalidade com os partos chegou ao fim quando estes buscaram a amizade do *princeps*, devolvendo os troféus capturados de Crasso (XVI. 1. 28) e ainda enviando os herdeiros de Fraates para serem criados com os romanos (VI. 4. 2). A

submissão dos partos é particularmente significativa, pois foi com a resolução desta situação que, na *Geografia*, os romanos alcançaram, sob os auspícios de Augusto, a posição de senhora do mundo.

Entre povos que passaram a cooperar com os romanos porque Augusto os subjugou, e povos que passaram a reconhecer a autoridade de Augusto buscando a amizade dos romanos, forma-se uma imagem bastante impressionante daquilo que, começando com Políbio, e que ganhou sua forma mais madura na época de Augusto, foi adotado por artistas, historiadores e geógrafos do período como a forma para se entender o Império Romano: a conquista geral. Entre territórios diretamente administrados pelos romanos, reinos clientes e reinos aliados, o Império passou a se estender por quase todo o mundo conhecido, e, na visão de Estrabão, o grande artífice deste feito notável foi Augusto.

A imensa maioria das referências a atos e decisões de Augusto revelam uma postura favorável de Estrabão ao *princeps* e ao seu governo. No entanto, existe uma única vez em que Estrabão demonstrou discordar de uma decisão de Augusto, que foi quando este honrou Cleonte, um renomado e influente ladrão da Bitínia, mais do que o geógrafo considerou justo. Segundo Estrabão, Cleonte serviu Antônio, mas se juntou com Augusto na batalha do Ácio, e, ao fazê-lo, foi honrado pelo *princeps* que, nas palavras do geógrafo, “cobriu com aparência de dinastia a sua condição de bandido” (XII. 8. 9).

Esta passagem é muito importante para nossa análise por pelo menos dois motivos: em primeiro lugar, apesar de isolada, ela revela que Augusto não esteve acima das críticas quando sua conduta foi destoante dos valores que Estrabão considerava corretos; e, em segundo lugar, também nos revela um destes valores, pois se aqui Augusto foi criticado por ter honrado um ladrão, Estrabão também considerou importante mencionar quando o *princeps* se livrou deles tornando alguns lugares seguros, especialmente caminhos e estradas em regiões montanhosas (IV. 6. 6-7). Este é um assunto que deve ter interessado Estrabão diretamente, tanto porque a garantia de segurança nos caminhos devia ser fundamental para um bom funcionamento das atividades econômicas do Império, quanto porque a presença de grupos de ladrões nos caminhos devia tornar as viagens como as que ele próprio fez menos seguras.

Por fim, das referências a Augusto, duas que valem um olhar mais de perto são aquelas em que Estrabão comentou sobre o governo de Augusto. Antes de escrever sobre como o *princeps* havia feito a divisão administrativa de todo o território do Império, Estrabão comentou sobre como o governo de Augusto começou: ele recebeu a autoridade e o poder do

povo romano para se tornar governante na guerra e na paz (XVII. 3. 25). Neste ponto, devemos olhar novamente para a forma como o próprio Augusto apresentou a situação na *Res Gestae*:

“depois de ter acabado com as guerras civis, e no momento em que, com consenso universal, eu estava no total controle dos assuntos, eu transferi a república do meu poder para o domínio do Senado e do Povo Romano. Por este serviço eu fui nomeado Augusto por decisão do Senado [...]. Depois disso, eu superei a todos em influência [*auctoritas*], embora não tenha possuído nenhum poder oficial [*potestas*] a mais que meus colegas magistrados" (RG. 34)

Como já vimos, Augusto foi responsável por um esforço narrativo imenso para evitar dar ao seu governo a aparência daquilo que ele de fato era, isto é, uma monarquia. Isto explica a sua postura hesitante de ser o cidadão mais poderoso de Roma e devolver esse poder para as instituições da república romana para recebê-lo de volta como um acúmulo de títulos, prerrogativas e sua *auctoritas*. A partir deste ponto de vista, Augusto produziu uma autoimagem de um líder que não tinha grandes ambições com relação ao poder e que preferiria ver as tradicionais instituições da República preservadas, mas que por fim aceita o poder de volta do Senado e do Povo Romano. Estrabão não deu, na sua narrativa, a mesma riqueza de detalhes que vemos no texto da *Res Gestae*, até porque o objetivo do geógrafo no momento era descrever a forma como o *princeps* organizou a administração territorial das províncias, e não descrever como Augusto chegou à sua posição de governante. Mas não deixa de ser evidente o paralelo entre os dois textos: em nenhum deles Augusto tomou o poder para si, mas o recebeu dos próprios romanos.

A outra referência que vale nos determos um pouco é a passagem onde o geógrafo de fato emitiu uma opinião geral sobre Augusto e seu governo. Depois de descrever a geografia da Península Itálica, Estrabão decidiu dedicar algumas palavras para sumarizar a história dos romanos. Inicialmente, Roma foi governada sabiamente por reis durante muitas gerações, até que o último destes reis governou mal e foi deposto. Então, os romanos criaram um governo “que era uma mistura de monarquia com aristocracia” (VI. 4. 2), e desta forma começaram a lutar pelo controle da Itália, e depois pelo controle de quase todos os lugares do mundo conhecido. Por fim, Estrabão comenta que a Itália e a própria Roma, mesmo frequentemente

dividida por facções, foi “prevenida pela qualidade de seu governo e de seus líderes de se aprofundar em erros e desordem”. Em seguida, Estrabão comenta que

“Seria difícil administrar um território tão grande sem que o poder ficasse nas mãos de uma só pessoa, como se fosse um pai. Nunca antes os romanos e seus aliados tiveram a oportunidade de desfrutar de uma paz e abundância de recursos semelhantes a essa que César Augusto proporcionou desde que assumiu o poder absoluto” (VI. 4. 2).

É claro que na maioria das referências que já analisamos existe a construção de uma imagem positiva de Augusto, mas, enquanto nas outras passagens vemos mais a aprovação de Estrabão por decisões tomadas em contextos específicos, como a devolução das obras de artes para seus templos de origem e a reconstrução de cidades danificadas pelas guerras e terremotos, aqui, Estrabão, enfim, emitiu uma opinião geral sobre o governo de Augusto. O *princeps* não só foi um líder qualificado que evitou que Roma caísse nas mãos de um mau governo da facção de Antônio, como também foi capaz de administrar o território romano e proporcionar a todos os povos integrantes da ordem romana uma paz e abundância de recursos inéditas na sua história. Essa paz, já sabemos, não significou a ausência de conflitos. Na verdade, foi exatamente o contrário, pois, como vimos, algumas regiões foram pacificadas justamente por meio da guerra e subjugação das populações que ali habitavam. Além disso, podemos entender como partes constituintes dessa situação pacífica os diversos reinos que, segundo Estrabão, espontaneamente buscaram a amizade de Augusto e dos romanos; e também o encerramento dos conflitos civis que chegaram ao fim justamente com a vitória de Augusto sobre Antônio.

Aqui também existe uma boa semelhança com o texto da *Res Gestae*, em que Augusto clama ter tornado o mar pacífico e livre de piratas (RG. 25), bem como ter levado a paz para as províncias das Gália, Espanha e Germânia, e assegurado a pacificação dos Alpes “desde o distrito mais próximo ao Adriático até o mar Toscano, sem levar guerra injusta contra nenhum povo” (RG. 26). Além disso, Augusto escreveu que os portões de Jano Quirino eram fechados quando a paz por terra e mar estivesse assegurada em todo o Império, e que desde a fundação da cidade ele havia sido fechado duas vezes, mas que em seu governo ele foi fechado em três ocasiões (RG. 13).

É quase certo que Estrabão conheceu o texto da *Res Gestae*, uma vez que era um desejo de Augusto que ele fosse inscrito em bronze na frente de seu Mausoléu, onde Estrabão certamente esteve após a morte do *princeps*, como indica sua vívida descrição do lugar onde os restos mortais de Augusto já descansavam. Mas este fato por si só não garante que os ecos da *Res Gestae* que observamos na *Geografia* sejam necessariamente frutos desse contato, pois podemos supor seguramente que Estrabão teve muitas outras fontes para essas informações. O fato é que, apesar das críticas isoladas que Estrabão esboçou sobre o tratamento dado por Augusto ao ladrão Cleonte, a imagem geral do *princeps* e de seu governo é bastante positiva.

É evidente que, dentre as personalidades romanas escolhidas para analisarmos a forma como foram descritas por Estrabão na *Geografia*, Augusto foi a mais importante de todas, superando-as não só em quantidade de referências, mas também pela própria influência que exerceu em Tibério, seu sucessor, que na maioria das vezes em que apareceu na obra, foi com relação a Augusto. De fato, tirando a referência à uma expedição militar que Tibério e seu irmão Druso lideraram contra os nóricos na região do Golfo Adriático (IV. 6. 9), uma referência à ilha no centro do Lago de Constança que Tibério usou como base de operações militares na batalha contra a tribo gaulesa dos vindélicos (VII. 1. 5), e a referência à reconstrução de Sardes que Tibério fez após a cidade ser danificada por um terremoto (XIII. 4. 8), todas as outras ocorrências de seu nome foram juntas ao nome de Augusto. E, na verdade, o próprio episódio da reconstrução de Sardes já havia sido apresentado anteriormente com relação a Augusto. Segundo Estrabão, Tibério enviou dinheiro para reconstrução de Sardes e outras cidades da mesma forma que Augusto havia feito antes com Tralles e Laodiceia (XII. 8. 18).

Mas, aos olhos de Estrabão, o fato de as referências a Tibério estarem relacionadas com Augusto não tiram daquele o mérito de seus atos. Sobre a reconstrução de Sardes, Estrabão comentou que a cidade foi restaurada pela providência e bons atos de Tibério (XIII. 4. 8). Na verdade, dada a grande importância e a alta estima que Estrabão conferiu a Augusto na *Geografia*, estar à sombra do *princeps* não chega a ser um demérito, porque se este foi um bom governante, é um fato positivo que Tibério seja reconhecido pelo geógrafo por ter tomado Augusto como modelo de governo e administração (VI. 4. 2). Foi neste sentido que Estrabão fez a primeira referência a Tibério na obra: ele sucedeu a Augusto e levou adiante seus planos de estabelecer nas montanhas ibéricas uma força de três legiões, garantindo não

só a paz, mas também a adoção de um modo de vida mais adequado para os padrões romanos (III. 3. 8).

Podemos concluir, portanto, que o grupo político representado por César, Augusto e Tibério foi descrito por Estrabão como composto por bons governantes. Cada um deles exerceu um papel importante no estabelecimento da posição hegemônica que os romanos passaram a ocupar na *oikoumene*, sendo César e Augusto os principais. Além disso, foi Augusto quem impediu que a facção de Antônio, que governava mal o Egito, viciasse também a política romana; foi com o *princeps* que os romanos começaram a viver uma nova era de paz e prosperidade inédita, e foi com Tibério que, tomando Augusto como seu modelo, garantiu a continuidade deste bom governo. A posição crítica esboçada no caso de Cleonte pouco muda a visão geral favorável de Estrabão a Augusto, mas ele está ali e sua presença não pode ser ignorada, revelando que nem mesmo Augusto esteve acima dos erros e das críticas.

Mas, como buscamos enfatizar na apresentação das referências, nenhum destes políticos proeminentes ocupam uma posição central na *Geografia*, e não foram em nenhum momento o motivo da obra, sendo às vezes evocados simplesmente porque os eventos históricos de que fizeram parte, ou porque os cidadãos locais com quem se relacionaram podiam acrescentar algo de destaque para a descrição do espaço geográfico. Portanto, se ao fim da análise dessas passagens não temos dúvidas da postura quase que integralmente favorável de Estrabão diante dos atos e decisões desses políticos, sabemos que isto por si só não responde à questão central que tem movido nossa investigação, isto é, qual o lugar da *Geografia* de Estrabão entre a cultura grega e a política romana de seu tempo, tema sobre o qual nos dedicaremos a seguir no texto da conclusão.

CONCLUSÃO:

Um dos primeiros contatos que tivemos com as discussões em torno de Estrabão foi através da *Introducción General* escrita por J. Garcia Blanco, no primeiro livro da *Geografia* publicado pela editora Gredos. Neste texto, o autor não hesitou em afirmar que a etnografia de Estrabão estava a serviço do imperialismo romano (BLANCO, J. 1991, p. 48); ainda escreveu que Estrabão foi "dócil receptor da *propaganda oficial* de Augusto" e que existem claros ecos do texto das *Res Gestae* na obra (BLANCO, J. 1991, p. 50). De forma semelhante, o historiador francês Claude Nicolet, em *Space, Geography and Politics in the Early Roman Empire*, argumentou que a *Geografia* era estritamente política, e que o próprio Estrabão "foi completamente conquistado pelo novo poder romano, que esteve na companhia da classe governante, especialmente daqueles envolvidos com a administração do Império" (NICOLET, C. 1991, p. 73).

No entanto, na medida em que o contato com a fonte, bem como com outros autores aumentou, começamos a perceber que falar em propaganda ou classificar a *Geografia* como estritamente política e Estrabão como completamente conquistado pelo poder romano parecia reduzir muito o escopo da obra. O primeiro traço da *Geografia* que nos chamou a atenção para este ponto foi a extensa apresentação da apologia homérica que abre a obra, afinal, de que serviria a defesa das virtudes e qualidades intelectuais de um antigo poeta grego para um livro em que se pretendia promover Augusto e as políticas romanas? Ou ainda, como conciliar a perspectiva de que a *Geografia* foi concebida como propaganda política com a constante inclinação de Estrabão em exaltar a cultura grega? Em que tipo de propaganda pró-romana seria cabível a menção explícita à superioridade dos historiadores gregos sobre os romanos (III. 4. 19), sendo estes últimos apenas copiadore dos gregos que não contribuíam com o conhecimento de nada novo?

É verdade que algumas passagens da *Geografia* dão abertura para esse tipo de interpretação, e, após conhecê-las, é bastante tentador chegar a conclusões semelhantes. Vejamos alguns exemplos: já vimos em 2. 2. *Geografia e política* que Estrabão nos informou que a geografia - tanto a sua própria como a produzida por outros - é particularmente orientada para os assuntos da política (I. 1. 16). Vimos também que ele próprio sabia que o conhecimento geográfico poderia ser instrumentalizado, e eventualmente até distorcido, para glorificar os feitos de uma determinada personalidade política, no caso Alexandre, que teve o

alcance de seus feitos super dimensionados pelos geógrafos que acompanharam suas expedições (XI. 5. 5). Além disso, outra informação que nos interessa nessa linha de análise é a amizade de Estrabão com Élio Galo, governador do Egito durante o Principado de Augusto, a quem o geógrafo acompanhou durante uma expedição enviada para a Arabia por ordens do próprio *princeps* (II. 5. 12; XVI. 4. 22-24). Não sabemos muito mais sobre a relação entre o geógrafo e o governador, mas provavelmente foi a partir do fato de Estrabão ter mencionado Élio Galo como amigo e companheiro (*aner philos hemin kai etairos*) e por tê-lo acompanhado na expedição que Nicolet concluiu que o geógrafo esteve na companhia da classe governante e, por isso, alinhou sua *Geografia* com a perspectiva da política romana.

Sabendo disso, não poderíamos, então, inferir que, quando representou o mundo conhecido como completamente dominado pelos romanos sob os auspícios de Augusto, Estrabão foi movido por um impulso semelhante ao dos geógrafos que instrumentalizam o conhecimento geográfico para promover seus governantes? Ou, ainda, somando-se a essas informações aquela passagem em que Augusto foi mencionado como o responsável por propiciar uma paz e abundância de bens inédita aos romanos (VI. 4. 2), não poderíamos concluir que a *Geografia* foi concebida como uma propaganda augustana?

A sequência em que apresentamos essas passagens ajudam a construir a ideia de um Estrabão “completamente conquistado pelo poder romano” ou “receptor dócil da propaganda oficial de Augusto”, uma ideia bastante sugestiva, mas ainda assim questionável. Em primeiro lugar porque, como escrevemos em 2. 2. *Geografia e política*, a orientação política própria da geografia que Estrabão mencionou diz mais respeito à sua dimensão prática enquanto um conhecimento que é capaz de orientar os políticos na execução das atividades de governo como comércio, guerra e administração territorial; além disso, a consciência que Estrabão demonstrou sobre a possibilidade de instrumentalizar a geografia enquanto símbolo de poder para fins de promoção de líderes políticos não implica que ele próprio tenha feito isso. Pelo contrário, na passagem em questão, Estrabão está reprovando os geógrafos de Alexandre por esse tipo de postura (XI. 5. 5).

Sobre sua amizade com Élio Galo, a única coisa que sabemos é que Estrabão o acompanhou em expedição e o mencionou como amigo, e isso não é suficiente para afirmar que Estrabão esteve cercado pela classe governante romana, e, ainda que assim fosse, cabe a pergunta: até que ponto isso implicaria na perda de sua autonomia como intelectual e escritor? Pois, se por um lado, como afirmou Nicolet e nós mesmos em 4. *Os políticos romanos na*

Geografia, de fato existem passagens que parecem ecoar as *Res Gestae*, por outro lado a narrativa sobre a expedição de Élio Galo na Arábia, especificamente, não parece ser o caso. Uma breve comparação entre o texto de Augusto e o de Estrabão pode esclarecer a situação:

“Sob meu comando e sob meus auspícios, dois exércitos foram levados ao mesmo tempo para a Etiópia e para a Arábia; vastas forças inimigas de ambos povos foram destruídas em batalha, e muitas cidades capturadas. Adentramos na Etiópia até a cidade de Nabata, que fica ao lado de Meroe; na Arábia o exército avançou no território dos sabeus, na cidade de Marib” (RG. 26)

A narrativa de Estrabão é um pouco mais longa para citarmos integralmente (XVI. 4. 22-24), mas, segundo o geógrafo, o objetivo de Augusto com a expedição era conhecer o território dos árabes e sua natureza, e ter acesso às riquezas pelas quais eles eram famosos, e, para isso, esperava contar com a ajuda prometida dos nabateus, que guiariam a frota e o exército romano por uma rota segura. Segundo Estrabão, Sileu, ministro do rei encarregado como guia, “nem os guiou por uma rota segura ao longo da costa, nem por uma estrada segura para o exército, como prometido, mas expôs tanto a frota quanto o exército ao perigo” (XVI. 4. 23). Por conta desta postura traiçoeira, a expedição foi conduzida para um desastre, e, embora foram poucos os romanos que morreram em batalha, muitos pereceram de outras causas: “ele [Élio Galo] chegou em Alexandria com o máximo que conseguiu salvar de seu exército. O restante foi perdido, não pelos inimigos, mas por doenças, fadiga, fome e marchas através de estradas ruins” (XVI. 4. 22).

É evidente a diferença entre a forma como a expedição de Élio Galo foi descrita nas *Res Gestae* e na *Geografia*. Claro que não podemos esperar das *Res Gestae* a mesma riqueza de detalhes que encontramos na narrativa de Estrabão, afinal, são gêneros textuais muito diferentes. Mas, tampouco podemos sugerir que a *Geografia* ecoa o texto de Augusto no que diz respeito à expedição na Arábia. Mas, ainda assim, autores como Glen Bowersock veem indícios de propaganda augustana na narrativa de Estrabão, pois, segundo ele, “a expedição de Galo se transformou em um terrível desastre; e Estrabão, não querendo culpar seu amigo e patrono, encontrou no ministro Sileu um bode expiatório adequado” (BOWERSOCK, G. 1983, p. 47). Bowersock considera Élio Galo um patrono do geógrafo, mas, como já dissemos, além da alusão à amizade e o fato de ter acompanhado a expedição, não podemos

saber de mais nada a respeito da relação entre Estrabão e Galo, de modo que sugerir uma relação de patronato entre ambos parece no mínimo precipitado. E, acima de tudo, a narrativa da *Geografia* continua muito distante da expedição de sucesso absoluto descrito no que, talvez, poderíamos arriscar chamar de “propaganda oficial” de Augusto nas *Res Gestae*.

Em suma, nos parece que classificar Estrabão simplesmente como receptor da ideologia imperial augustana, e a *Geografia* como obra orientada para a promoção de Augusto e do Império Romano sob seu governo é uma conclusão frágil. Não porque faltam referências que legitimem tal postura, mas antes porque esta conclusão é reflexo de um determinado recorte do campo de análise da fonte. É verdade, como vimos, que a imagem produzida dos romanos na *Geografia* é majoritariamente positiva, assim como também é positiva a imagem produzida em torno de seus principais líderes políticos contemporâneos envolvidos com a construção do Principado, mas, a *Geografia* não se limita a isso, como atestam as longas discussões sobre o universo cultural e intelectual grego, por exemplo.

Além de que, é necessário salientar, Roma e seus políticos ocupam um lugar muito bem determinado dentro da narrativa da *Geografia*. Sobre os políticos, vimos no *Apêndice* que não possuem qualquer tipo de centralidade na obra, e foram mencionados, algumas vezes até de forma banal, apenas na medida em que tinham algum grau de relação com o espaço descrito. Já o lugar de Roma na narrativa talvez seja um pouco mais complexo: ela é o centro da *oikoumene* e, como tal, o centro conceitual da narrativa, ou seja, é em torno da centralidade de Roma que a obra foi organizada. Neste sentido, concordamos com Katherine Clarke, para quem Estrabão conceituou um modelo de espaço para entender o mundo como um todo “construído de acordo com um modelo circular de uma forma que foi historicamente determinado pela consolidação do Império Romano” (CLARKE, K. 1999, p. 210).

Segundo Clarke (1999, p. 219), essa centralidade de Roma foi expressa principalmente pela afluência de recursos para a capital, sendo estes recursos de várias naturezas: humana, material e intelectual. Não se trata apenas de centralidade no sentido de posição geográfica, mas sim de um centro de certa forma magnético que exerce influência em seu entorno e atrai daí diversos recursos. Resta agora nos perguntar quais as consequências desta constatação da centralidade de Roma para a problemática da nossa pesquisa e da presente discussão: teria Estrabão construído um modelo circular em torno de uma Roma hegemônica para promover os romanos e seus governantes? Para tentar responder esta pergunta, gostaríamos de nos apoiar em um trecho do romance realista francês *O Vermelho e o Negro*, escrito por Stendhal,

pseudônimo de Henri-Marie Beyle, e publicado no ano 1830, como base para nossa reflexão sobre a relação entre a narrativa construída e a realidade que se pretende narrar.

Neste romance, em que poderíamos arriscar dizer que o autor se propôs a contar “a verdade, a áspera verdade”³¹, Stendhal narrou a história fictícia de Julien Sorel, um plebeu que, combinando suas qualidades intelectuais e mnemônicas com enganos, conseguiu circular entre os espaços aristocráticos. Ao longo da narrativa, Stendhal produziu a imagem de uma nobreza francesa adúltera, hipócrita e conspiracionista. Em determinado ponto, o fio da narrativa foi interrompido com uma emblemática reflexão sobre a natureza do romance, que ecoa muito da perspectiva da literatura realista da época:

“Um romance é um espelho que passeia por uma longa estrada. Ele tanto reflete ante os olhos o azul dos céus, quanto a lama dos lodaçais do caminho. E o homem que traz no alforje o espelho será acusado de imoral! Seu espelho reflete a lama e vocês acusam o espelho! Acusem antes o caminho onde se depõe o lodaçal, ou melhor ainda, o inspetor das estradas que deixa que a água empoce e forme o lodaçal” (STENDHAL. 1995, p. 363-364)

A constatação de Stendhal é clara: ele, como escritor de um romance que se pretende realista, não é responsável pelo estado das situações que narra, e seu “romance-espelho” apenas reflete a realidade social. Não precisamos nos aprofundar nas complexas discussões da crítica literária ou dos historiadores da chamada *virada linguística* como Hayden White para dizer que a ambição do romance-espelho de Stendhal era, no mínimo, desmedida. Não que o romance não seja um importante testemunho sobre a França, mas a relação entre a narrativa e a realidade é muito mais complexa por pelo menos um fator: o autor é um agente ativo no processo de concepção, seleção e escrita da obra, o que, por si só, é mais do que o suficiente para questionar a noção de um romance - bem como qualquer outro gênero textual - como um espelho que passivamente reflete o seu entorno.

Mas, mesmo sendo exageradas as pretensões de Stendhal, ainda assim *O Vermelho e o Negro* possui um valor histórico imensurável pelas informações que traz sobre, por exemplo, as relações e estratificações sociais da França. Isso porque, mesmo não sendo o espelho que o autor reivindicou, seu romance ainda tem alguma relação com a realidade narrada.

³¹ Ao longo do romance, encontramos epígrafes com citações na abertura das duas partes do livro, bem como em cada capítulo. A epígrafe da primeira parte, “a verdade, a áspera verdade”, é uma frase de Danton, um importante personagem da Revolução Francesa, e a sua ocorrência é bastante sugestiva das intenções de Stendhal como escritor realista.

Evidentemente que Estrabão, sendo um geógrafo, não teve preocupações similares às de Stendhal para precisar reivindicar para a *Geografia* a condição de narrativa-espelho, acima de tudo porque essa preocupação era própria de um romancista do realismo francês moderno. Em uma obra de geografia antiga é explícita a intenção do autor em descrever a realidade geográfica - junto de todo o leque temático da *polymatheia* própria da geografia antiga. O ponto do trecho de *O Vermelho e o Negro* que dialoga diretamente com nossa problemática pode ser visto da seguinte maneira: se fosse possível a nós perguntar ao próprio Estrabão por quê ele representou o Império Romano como uma potência hegemônica e por quê este Império ocupou uma posição central em sua obra, não poderia o geógrafo responder, de forma parecida com Stendhal, que ele próprio não tinha responsabilidade sobre a configuração política do mundo, e estava apenas a refletindo? Não era, de fato, o Império Romano uma potência hegemônica cujos limites territoriais quase coincidiam com o conhecimento geográfico da época? E não era, de fato, Roma a capital e o centro deste Império, para onde recursos e pessoas se direcionavam?

Não é que a *Geografia* seja como um reflexo perfeito do mundo conhecido, mas a ideia de narrar a realidade geográfica da *oikoumene* no período augustano passa necessariamente por narrar a geografia de um mundo em grande medida romano que foi construído sob o nome de seus principais políticos e generais; enxergar neste fato qualquer indício de que a *Geografia* tenha sido concebida por Estrabão como um veículo da propaganda imperial augustana é uma precipitação. Talvez, com base nisso, seria mais verossímil afirmar que a *Geografia*, como foi escrita, atendeu aos interesses desta propaganda ao ajudar a consolidar uma imagem positiva de Roma, Augusto e Tibério - embora não sabemos nada sobre sua recepção e circulação nos tempos em que foi escrita. Mas não existem indícios que sustentem a suposição de que essa tenha sido a intenção de um Estrabão “dócil receptor da ideologia imperial de Augusto”.

Não tendo muita expectativa nas análises que buscaram entender a *Geografia* apenas como uma obra restrita ao campo da política, tentamos olhar para a obra e para Estrabão a partir de, também, uma outra perspectiva que privilegia a inserção do autor e da obra dentro de uma tradição cultural e intelectual com a qual ele se identifica; mas, isso também sem deixar de olhar para a postura do geógrafo diante do poder político, que no momento era exercido a partir de um ponto diferente de onde suas raízes culturais estavam fixadas. Mas, apesar do esforço de conceituar essas duas perspectivas separadamente, se faz necessário

agora entendê-las como de fato são, isto é, uma unidade, pois, se por um lado é verdade que podemos separar na *Geografia* uma cultura grega de uma política romana, também é verdade que no *Século de Augusto* encontramos já a síntese destes dois mundos, que havia começado quando os romanos conquistaram a Grécia e se admiraram das conquistas do gênio grego, em estado bastante avançado. Dão testemunho disto, por exemplo, os versos de Horácio que dizem que “a Grécia, depois de capturada, chegou a conquistar o feroz conquistador, e trouxe as artes para o rústico Lácio” (Epístolas. II. 156-157); ou ainda o grande número de intelectuais gregos que ensinavam em Roma, instruindo até mesmo os mais influentes cidadãos romanos, como o próprio Augusto. As proclamadas conquistas, isto é, a conquista política romana sobre o mundo, e a conquista cultural grega sobre os romanos são processos históricos que se desenrolaram juntos.

É evidente que o contexto de Estrabão é, portanto, ao mesmo tempo o da consolidação política de Roma através de diversas relações de poder como potência hegemônica no mundo conhecido, e também o de um estágio avançado de um processo de assimilação e empréstimos culturais com o mundo grego, e é sob a luz deste contexto que acreditamos que a *Geografia* deve ser lida se quisermos evitar cair em leituras como as de Garcia Blanco e Claude Nicolet que reduzem Estrabão dentro do seu escopo político e classificam a *Geografia*, explícita ou implicitamente, como uma obra de promoção das políticas romanas e do próprio Augusto em pessoa.

Se, por um lado, é verdade que Estrabão parece endereçar a *Geografia* para os políticos romanos devido a relação quase que orgânica imaginada entre uma geografia da *oikoumene* e a política imperial de um mundo quase que completamente romano, por outro lado, também é verdade que sua obra evoca a todo momento o universo cultural e intelectual helênico. Como vimos em *1. 2. Os gregos e a superioridade cultural*, Estrabão considerava os historiadores latinos nada mais do que imitadores dos gregos; vimos também que todos os intelectuais e homens de alta reputação citados na obra são de origem grega, exceto o “semi-grego” Enio de Rudia; e mesmo os grandes poetas latinos como Virgílio e Horácio foram simplesmente omitidos, lembrando que as obras destes poetas romanos são frequentemente classificadas como propaganda política de Augusto; além disso, vimos ainda que a própria apologia homérica e as numerosas citações aos versos do poeta, muito mais do que uma postura intelectual de quem estudou Homero desde a infância, era também a defesa e a promoção de um material fundamental para a definição da própria identidade grega.

Nossa proposta de compreensão da *Geografia* dentro deste contexto de síntese da política romana com a cultura grega é que Estrabão, ao invés de ser um porta voz da política imperial romana e do Principado de Augusto, estava muito mais preocupado em oferecer referenciais da cultura grega dentro da nova configuração política construída pelos romanos, e, com isso, reivindicar um lugar de destaque para esta cultura em Roma. Não se trata de uma luta de suporte ou de resistência à dominação romana, mas sim uma luta pela sobrevivência e continuidade da identidade grega dentro do mundo da política romana com base no anúncio do vigor, da antiguidade, da superioridade, e até mesmo da utilidade da tradição e da cultura helênica para a realidade contemporânea dos romanos.

É nesse sentido que podemos entender a constante preocupação de Estrabão em reivindicar para Homero não só a posição de fundador dos estudos geográficos, como também a de um dos mais importantes de toda uma antiga tradição intelectual composta apenas por gregos - cujos temas estudados não se limitavam apenas ao escopo da geografia. O vigor do valor intelectual da poesia homérica, que Estrabão se esforça não só para anunciar e argumentar em seu favor, mas até mesmo provar e demonstrar o método de leitura que permite o acesso à sabedoria do poeta, é, para o geógrafo, o próprio vigor da cultura grega, afinal, como já vimos, a educação homérica foi fundamental na história dos gregos e deve ter influenciado até mesmo na definição da identidade grega. Além disso, quando Estrabão limita os bons estudos históricos e geográficos a autores gregos e defende a utilidade prática desse tipo de estudo para a atividade política, aumenta ainda mais o valor da cultura grega entre os romanos. A mensagem é clara: mais vale para um general romano preocupado em aprender geografia ler a antiga poesia homérica do que ler qualquer outro autor latino.

E, talvez, seja esse forte sentimento de filo-helenismo de Estrabão que pode nos ajudar a entender a afinidade do geógrafo com o grupo político de Augusto. Basta nos voltarmos para algumas das referências a Júlio César e Augusto que analisamos no *Apêndice*. Os comentários do geógrafo sobre o favorecimento de César com a cidade de Tróia, nesse sentido, são muito emblemáticos, pois revelam ao mesmo tempo a reverência de uma das maiores figuras da história romana com o passado grego do ciclo troiano, cuja narrativa foi transmitida principalmente por Homero; a reverência de César com Alexandre; e, ainda, revelam o respeito pela aclamada linhagem troiana dos romanos e, particularmente, do próprio César. Todos os motivos que levaram César a favorecer Tróia parecem ecoar os versos de Horácio sobre a “reconquista” cultural grega sobre o rude povo do lácio.

Além disso, Estrabão também julgou pertinente escrever que Augusto frequentemente restituiu as obras de arte gregas para os templos e cidades de origem quanto Antônio havia retirado. Argumentamos que estes gestos do *princeps* revelam uma postura reverente diante da cultura grega em oposição à de Antônio, e que tal postura não pode ser o reflexo de uma outra informação importante: que Augusto esteve cercado e foi educado por intelectuais gregos, e que estes intelectuais tinham tão grande prestígio em Roma que chegaram a influenciar em decisões políticas de Augusto, como fez Ário em Alexandria, ou até mesmo chegaram a ser investidos com autoridade política diretamente pelo *princeps* para atuar politicamente em sua terra natal, como foi o caso de Atenodoro de Tarso, amigo de Estrabão que foi também professor e amigo de Augusto.

Nos parece claro, portanto, que, para Estrabão, fazer parte dessa Roma augustana que se consolidava como potência hegemônica na *oikoumene* ao mesmo tempo em que prestava grandes homenagens e respeito à cultura grega não seria um grande problema, diferente, talvez, do que seria viver sob o governo de um Antônio que saqueava templos gregos. Melhor do que tentar explicar a postura favorável do geógrafo diante do Principado através da ideia de propaganda política, gostaríamos de propor como alternativa pensar a partir do conceito de *afinidades eletivas* tomado de empréstimo de Goethe, que por sua vez havia tomado da química do século XIX: o que explicaria a postura de Estrabão seria o surgimento de *afinidades eletivas* que ligariam o geógrafo ao grupo político de Augusto, sendo a comum reverência ao passado e à cultura grega o ponto desta ligação. Sendo a promoção da cultura grega dentro do mundo romano a maior preocupação do geógrafo, ele deve ter encontrado certo alívio na vitória de Augusto no Ácio, pois a Roma augustana oferecia boas condições para a existência e propagação da cultura grega. Se, como consequência, a obra atendeu aos interesses da propaganda do Principado é uma pergunta para outra pesquisa, mas, diante de tudo o que foi exposto aqui, nos parece pouco provável que a *Geografia* tenha sido concebida como tal.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALCOCK, Susan E. *Graecia Capta: The landscapes of Roman Greece*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.
- BASSELAAR, J. V. Humanitas Romana. In: *Revista de História*. São Paulo. Vol. 31. No. 64. pp. 265-286. 1965.
- BOWERSOCK, G. W. *Augustus and the Greek World*. London: Oxford University Press, 1965.
- BOWERSOCK, G. *Roman Arabia*. Harvard University Press, 1983.
- BRAUND, Susana Morton. Roman Assimilations of the Other: Humanitas at Rome. In: *Acta Classica*. 1997, pp. 15-32.
- BRISSON, Luc. Plato's Criticism of Homer in Book X of the Republic. *Anais de Filosofia Clássica*. v. 11, n. 22. 2017.
- BRUN, Jean. *El Estoicismo*. Universidad Autónoma del Estado de México, 1997.
- BRUNT, Peter. Augustan Imperialism. In: BRUNT, Peter. *Roman Imperial Themes*. Oxford University Press, 1990. pp. 96-109.
- BRUNT, Peter. Romanization of the Local Ruling Class. In: BRUNT, Peter. *Roman Imperial Themes*. Oxford University Press, 1990. pp. 267-281.
- CANNATELLA, Howard J. Plato and Aristotle's Educational Lessons from the Iliad. In: *Paideusis: Journal of the Canadian Philosophy of Education Society*. 2006.
- CLARKE, Katherine. *Between History and Geography: Hellenistic Constructions of the Roman World*. Oxford University Press, 1999.
- CLARKE, Katherine. Universal Perspective in Historiography. In: KRAUS, C. S. (ed). *The Limits of Historiography: Genre and Narrative in Ancient Historical Texts*. Leiden: Brill, 1999.
- COLLOBERT, Catherine. Poetry as Flawed Reproduction: Possession and Mimesis. In: DESTRÉE, P; HERMANN, F. G. (Ed.). *Plato and the Poets*. Leiden: Brill, 2011.
- DANDROW, Edward. Memory and the Greek City in Strabo's *Geography*. In: KEMEZIS, Adam M. (Ed.). *Urban Dreams and Realities in Antiquity: Remains and Representations of the Ancient City*. Leiden: Brill, 2015.
- DETIENNE, Marcel. *Os Mestres da Verdade na Grécia Arcaica*. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

- DICKS, D. R. *The Geographical Fragments of Hipparchus*. University of London: The Athlone Press, 1960.
- DUECK, Daniela. *Strabo of Amasia: A Greek man of letters in Augustan Rome*. Routledge: 2000.
- DUECK, Daniela. The Augustan Concept of 'An Empire without Limits'. In: *Göttinger Studien zur Asienforschung*. 2003. p. 211-227.
- DUECK, Daniela. *Geography in Classical Antiquity*. Cambridge University Press, 2012.
- EDER, Walter. Augustus and the Power of Tradition. In: GALINSKY, Karl (Ed.). *The Cambridge Companion to the Age of Augustus*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.
- EMIRAGLIOU, Pinar. *Geographical Knowledge and Imperial Culture in the Early Modern Ottoman Empire*. Oxon: Routledge, 2014.
- ENGELS, Johan. ἄδρες ἐνδοξοί or 'men of high reputation' in Strabo's Geography. In: DUECK; LINDSAY; POTHECARY (Eds.). *Strabo's Cultural Geography: the making of a Kolossourgia*. Cambridge University Press, 2005.
- ESPÍNDOLA, L. L. G. Providencia, Racionalidad y Ley Natural en el Estoicismo. In: *Universitas Philosophica*, v. 31. Bogotá: 2014. pp. 39 - 70.
- GABBA, Emilio. Political and Cultural Aspects of the Classicistic Revival in the Augustan Age. *Classical Antiquity*, Vol. 1, No. 1, University of California Press: 1982. p. 46 - 65.
- GALINSKY, Karl. *Augustan Culture: An Interpretive Introduction*. Princeton University Press, 1996.
- GEHRKE, Hans-Joachim. The "Revolution" of Alexander the Great. Old and New in the World's View. In: BIANCHETTI, S; CAUTADELLA, M. R; GEHRKE, H-J. (Ed.). *Brill's Companion to Ancient Geography*. Leiden: Koninklijke Brill, 2015.
- GOETHE, Johann Wolfgang Von. *As Afinidades Eletivas*. Tradução de Tercio Redondo. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2014.
- GRAZIOSI, Bárbara. *Inventing Homer: the early reception of the epic*. Cambridge University Press, 2002.
- GRIMAL, Pierre. *O Século de Augusto*. Coimbra: Edições 70, 2008.
- GRUEN, Erich. Augustus and the making of the Principate. In: GALINSKY, Karl (Ed.). *The Cambridge Companion to the Age of Augustus*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

- HATZIMICHALI, Myrto. Strabo's philosophy and Stoicism. In: DUECK, D (Ed.). *The Routledge Companion to Strabo*. Routledge: 2017.
- JONES, Peter. Introdução. In: HOMERO. *Ilíada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.
- KAHLES, William. *Strabo and Homer: The Homeric Citations in the Geography of Strabo*. Chicago, 1976. 215 f. Dissertation (Doctor of Philosophy). Loyola University Chicago, 1976.
- KIM, Lawrence. The Portrait of Homer in Strabo's Geography. *Classical Philology*. pp. 363-388. University of Chicago Press, 2007.
- KIM, Lawrence. *Homer Between History and Fiction in Imperial Greek Literature*. Cambridge University Press, 2010.
- KOSZEK, Rafal. Geopolitics in the Geographical Work of Strabo. *European Journal of Geopolitics*, 2015.
- KREBS, Christopher. "Imaginary Geography" in Caesar's "Bellum Gallicum". In: *The American Journal of Philology*. Vol. 127, No. 1. The Johns Hopkins University Press, 2006.
- LAURENT, Jérôme. Strabon et la philosophie stoïcienne. In: *Archives de Philosophie*. Vol. 7, 2001, p. 111 - 127.
- MALHADAS, D. et. al. *Dicionário Grego-Português*. Cotia-SP: Ateliê Editorial, 2009.
- MARROU, Henri-Irénée. *História da Educação na Antiguidade*. Campinas, SP: Kirion, 2017.
- MCGUIRE, Donald. *Aristotle's Attitude Towards Homer*. Dissertation: Loyola University Chicago, 1977.
- MENDES, Norma Musco. Império e Romanização: "Estratégias", Dominação e Colapso. In: *Brathair*. Vol 7. No. 1. 2007, pp. 25-48.
- MOMIGLIANO, Arnaldo. The Origins of Universal History. *Annali della Scuola Normale Superiore di Pisa. Classe di Lettere e Filosofia*, Série III. Vol. 12. No. 2. 1982. pp. 533-560.
- MOMMSEN, Theodor. *Historia de Roma*. Madrid: Turner Publicaciones, 2003.
- MORLEY, Neville; *The Roman Empire: Roots of Imperialism*. London: Pluto Press, 2010.
- MOST, Glenn, W. Homer in Greek Culture from the Archaic to the Hellenistic Period. In: MUTSCHLER, Fritz-Heiner (Ed.). *The Homeric Epics and the Chinese Book of Songs: Foundational Texts Compared*. Cambridge Scholars Publishing, 2018.
- NICOLET, Claude. *Space, Geography and Politics in the Early Roman Empire*. The University of Michigan Press, 1991.
- PASCUAL, Maria José Casillo. *Espacio en orden: el modelo gramático-romano de ordenación del territorio*. Universidad de la Rioja, Servicio de Publicaciones, 2011.

- POTHECARY, Sarah. "When I was young and when he was old": the significance of overlap in Strabo's Geography. In: *Phoenix*, v. 65. n. 1. 2011, pp. 39-52.
- ROLLER, Duane. *Ancient Geography: The Discovery of the World in Classical Greece and Rome*. London: I.B.Tauris, 2015.
- SCHIRONI, Francesca. Hellenistic Scholarship. In: FINKELBERG, Margalit (Ed.). *The Homer Encyclopedia*. Blackwell Publishing, 2011.
- STADLER, T. D. Creste, Ouviste, Viste. *Revista Diálogos Mediterrânicos*, n. 19, p. 82-98, 2020.
- STENDHAL. *O Vermelho e o Negro*. Tradução de Maria Cristina F. da Silva. Nova Cultural: 1995.
- TIERNEY, J. J. The Map of Agrippa. In: *Proceedings of the Royal Irish Academy*. Section C: Archeology, Celtic Studies, History, Linguistics, Literature. Vol. 63, pp. 151-166. Royal Irish Academy, 1963.
- WEST, Martin Litchfield. The Invention of Homer. *The Classical Quartely*. Vol. 49, No. 2. Cambridge University Press, 1999.
- WOOLF, Greg. Becoming Roman, Staying Greek: Culture, Identity and the Civilinzg Process in the Roman East. In: *The Cambridge Classical Journal*, 1994, pp. 116-143.
- WOOLF, Greg. The Formation of Roman Provincial Cultures. In: METZLER, J. *Integration in the Early Roman East: the role of culture and ideology*. Luxembourg: Musée National d'Histoire et d'Art, 1997, pp. 9-18.
- WOOLF, Greg. Beyond Romans and Natives. In: *World Archeology*, Vol 28, No. 3. 1997, pp. 339-350.

FONTES:

- ARISTÓTELES. *The Complete Works of Aristotle. Vol. I*. Edited by Jonathan Barnes. Princeton University Press, 1991.
- ARISTÓTELES. *The Complete Works of Aristotle. Vol. II*. Edited by Jonathan Barnes. Princeton University Press, 1991.
- ARISTÓTELES. *Poética*. Tradução de Paulo Pinheiro. São Paulo: Editora 34, 2017.
- AUGUSTUS. *Res Gestae Divi Augusti*. Translated by P. A. Brunt and J. M. Moore. Oxford University Press, 1967.

- CICERO. *On the Commonwealth and On the Laws*. Cambridge University Press, 1999.
- DIONYSIUS OF HALICARNASSUS. *The Roman Antiquities*. Translated by Earnest Cary. Harvard University Press, 1937.
- ÉSQUILO. *Agamenon*. Tradução de Jaa Torrano. São Paulo: Iluminuras FAPESP, 2004.
- EURÍPIDES. *Ifigênia em Áulis; As Fenícias; As Bacantes*. Tradução de Mário da Gama Kury. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.
- HESÍODO. *Teogonia*. Tradução de Christian Werner. São Paulo: Editora Hedra, 2013.
- HESÍODO. *Trabalhos e Dias*. Tradução de Christian Werner. São Paulo: Editora Hedra, 2013.
- HOMERO. *Iliada*. Tradução de Frederico Lourenço. Companhia das Letras, 2013.
- HOMERO. *Odisseia*. Tradução de Frederico Lourenço. Companhia das Letras, 2011.
- HORACE. *The Satires, Epistles and Ars Poetica*. Translated by A. S. Kline. Disponível em: <<https://www.poetryintranslation.com/PITBR/Latin/Horacehome.php>>.
- PLATO. *Ion*. In: Plato in Twelve Volumes, Vol. 9. Translated by W. R. M. Lamb. Harvard University Press, 1925.
- PLATÃO. *A República*. Tradução de Maria Helena da Rocha Pereira. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2017.
- POLYBIUS. *The Histories*. Translated by Robin Waterfield. Oxford University Press, 2010.
- SUETONIUS. *Lives of the Caesars*. Translated by Catharine Edwards. Oxford University Press, 2000.
- VIRGÍLIO. *Eneida*. Tradução de Carlos Alberto Nunes. São Paulo: Editora 34, 2016.
- XENOPHANES. *Fragments*. Translated by J. H. Lesher. Toronto: University of Toronto Press, 1992.